



ACADEMIA MILITAR

A Importância de uma Base Integrada de Dados ao Serviço da Investigação Criminal

Autora:

Aspirante Aluna Maria Rodrigues nº 795

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major Paulo Poiares

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 02 de agosto 2013



ACADEMIA MILITAR

A Importância de uma Base Integrada de Dados ao Serviço da Investigação Criminal

Autora:

Aspirante Aluna Maria Rodrigues nº 795

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Major Paulo Poiares

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, 02 de agosto 2013

Dedicatória

Aqueles que são os meus alicerces, e que me
mantiverem no caminho correto.

Agradecimentos

Ao Professor José Fontes apresento todo o meu reconhecimento e agradecimento pela disponibilidade demonstrada em orientar o meu trabalho, pelo tempo despendido, por ter esclarecido todas as dúvidas que surgiram e pela preocupação em que este trabalho fosse possível.

Ao Major da GNR Paulo Poiares por ter aceitado ser coorientador, pela ajuda em esclarecer dúvidas, disponibilizar informação e pela sua disponibilidade em me apoiar na elaboração do trabalho.

Ao Professor Francisco Corte Real Diretor do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, ao Juiz Conselheiro Manuel José Carrilho de Simas Santos, ao Sr. Carlos Farinha Diretor do Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária, ao Sr. David Freitas Inspetor da Polícia Judiciária, ao Coronel e Juiz Militar Rui Baleizão ao Coronel da GNR Albano Pereira e ao Major da GNR António Lobo de Carvalho por todo o tempo despendido, bem como pela entrevista concedida.

À minha família e amigos por todo o apoio prestado, contribuindo de forma muito especial para a realização deste trabalho.

Aos meus camaradas que direta ou indiretamente prestaram o seu contributo para a expressão desta investigação.

Resumo

A presente investigação tem como objetivo, através do método científico, saber se será possível a conexão do Sistema de Informação de Investigação Criminal com a Base de Dados de perfis de ADN, bem como determinar qual a sua importância para a investigação criminal.

Para resolver a problemática estabelecida, elaborou-se um estudo, a nível legal e concetual, consistindo, o trabalho de campo na aplicação de entrevistas estruturadas, a especialistas.

A temática abordada implica questões arroladas às leis constitucionais e de cabimento no ordenamento jurídico nacional. A nível constitucional, estas questões prendem-se com a admissibilidade e harmonia entre a Base Integrada de Dados com os direitos já consagrados enquanto que, na restante legislação, se procura encontrar alicerces para a possível existência desta Base Integrada de Dados.

Observando o quadro legal existente, a limitação surge com a necessidade da intervenção da autoridade judicial, através do mandado para consulta da Base de Dados de perfis de ADN, e com a impossibilidade de interconectar a referida com outra base de natureza diferente.

Para compreender as potencialidades da Base Integrada de Dados fez-se uma abordagem a outros sistemas, a nível europeu, nomeadamente, Espanha, França e Reino Unido.

Nesta investigação ficou bem clara a evidente interposição entre a Base Integrada de Dados e os Direitos Constitucionais. Esta interposição poderá, contudo, encontrar um equilíbrio entre a restrição dos Direitos Fundamentais e o “fim” a alcançar com este mecanismo, em prol da segurança coletiva da sociedade. Assim, a referida base seria um pressuposto de eficiência, celeridade e uniformização da informação da investigação criminal. Apesar de ter implícita a possível fuga de informação, exposição social do visado e consequente violação de direitos, estas limitações poderiam ser esbatidas com a implementação de mecanismos de fiscalização.

À semelhança do que acontece na atual Base de Dados de perfis de ADN, a Base Integrada de dados, a existir, apenas poderia conter os perfis de condenados, devido às limitações legais em vigor no nosso país. Porém, para que esta fosse eficaz, deveria englobar, também, perfis de arguidos e de suspeitos, traduzindo-se, assim, e só assim, num instrumento relevante para a investigação criminal.

Considerando a situação jurídica existente em Portugal e após um estudo exaustivo das questões relacionadas com a possível existência de uma Base Integrada de Dados (vantagens, desvantagens e legislação base) conclui-se que não é admissível a existência, dessa mesma base, pelo menos no contexto atual.

Palavras-Chave: Direitos. Investigação Criminal. Sistemas de Informação. Bases de dados. Perfis de ADN.

Abstract

The main objective of this investigation, which was made by the scientific method, is to know if it is possible to connect the Criminal Investigation and Information System with the database of DNA profiles and determine their importance to the criminal investigation.

This study intends to solve the problem established in the beginning that concerns to legal and conceptual aspects, in which the field work consists of applying structured interviews with experts.

The thematic implies issues related to constitutional laws and belong in the national legal system. In the constitutional level, these issues are related to the admissibility and harmony between the Integrated Database with the rights already enshrined while in other legislation, the idea is to find a foundation for the possible existence of Integrated Database.

Watching all the legal issues, the limitation appear from the need of the intervention of the judicial authority through the warrant sent for consulting the DNA profiles and the inability to interconnect this database with such other of a different nature.

To understand the potential of the integrated evidence database was made an approach of other systems in Europe, particularly Spain, France and the UK.

In this investigation it was clear the obvious interposition between the integrated evidence database and the constitutional rights. This interposition may find a balance between the restrictions of rights and aim to achieve with this mechanism for the society. This database would be an assumption of efficiency, speed, and standardization of the criminal investigation information. Despite of having implied the possible leak of information, social exposure of the person and consequent infringement of rights, these limitations could be dimmed with the implementation of surveillance mechanisms.

Similarly to what happens in the current database of DNA profiles, the Integrated Database could only contain convicted profiles due to legal restrictions in

force in our country. However, for the success of this database, it should also include suspects and defendants profiles.

Considering the legal situation in Portugal and after a thorough study of the issues related to the possible existence of an integrated database (advantages, disadvantages and base legislation), it was concluded that the existence of the database it is not possible, at least not in current context.

Keywords: Rights. Criminal Investigation. Information Systems. Databases. DNA profiling.

Índice Geral

| | |
|--|-------------|
| Dedicatória | ii |
| Agradecimentos | iii |
| Resumo | iv |
| Abstract | vi |
| Índice Geral..... | viii |
| Índice de gráficos..... | xi |
| Índice de quadros | xii |
| Índice de tabelas | xiii |
| Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos | xiv |
| Capítulo 1— Introdução | 1 |
| 1.1. Enquadramento da investigação | 1 |
| 1.2. Importância da investigação e justificação da escolha | 1 |
| 1.3. Definição dos objetivos | 3 |
| 1.4. Delimitação da investigação..... | 3 |
| 1.5. Metodologia | 3 |
| 1.6. Enunciado da estrutura do trabalho..... | 5 |
| Capítulo 2 — Revisão da Literatura – Enquadramento legal e concetual..... | 7 |
| 2.1. Enquadramento constitucional | 7 |
| 2.2. Enquadramento legal | 10 |
| 2.3. Da Prova: as Perícias de ADN | 16 |
| 2.3.1. Portugal | 16 |
| 2.3.2. Espanha: Um modelo restrito..... | 18 |
| 2.3.3. França: Um modelo em expansão | 19 |

| | |
|---|-----------|
| 2.3.4. Reino Unido: um modelo evoluído | 21 |
| Capítulo 3 — Metodologia e procedimentos | 23 |
| 3.1. Método de abordagem..... | 23 |
| 3.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados | 24 |
| 3.3. Local e data da pesquisa e recolha de dados | 24 |
| 3.4. Descrição dos procedimentos de recolha e análise de dados | 25 |
| 3.5. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados | 26 |
| Capítulo 4 — Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados..... | 27 |
| 4.1. Análise das entrevistas | 27 |
| 4.2. Caracterização dos entrevistados..... | 27 |
| 4.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados | 29 |
| 4.3.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1 | 30 |
| 4.3.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2 | 34 |
| 4.3.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3 | 36 |
| 4.3.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4 | 37 |
| 4.3.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5 | 39 |
| 4.3.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6 | 41 |
| 4.3.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7 | 43 |
| 4.3.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8 | 44 |
| 4.3.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9 | 46 |
| 4.3.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10 | 48 |
| Capítulo 5 — Conclusões e recomendações..... | 50 |
| 5.1. Conclusões | 50 |
| Limitações | 54 |
| 5.2. Recomendações e propostas..... | 54 |
| Capítulo 6 — Bibliografia | 55 |
| Livros | 55 |

| | |
|---|-----------|
| Dissertações | 56 |
| Legislação | 56 |
| Sítios na internet | 57 |
| Apêndice A — Esquema..... | 1 |
| Apêndice B — Entrevistas | 3 |
| B.1. Guião da Entrevista | 3 |
| B.2. Resumos das entrevistas | 4 |
| B.2.1. Entrevistado n.º 1 — Rui Baleizão | 4 |
| B.2.2. Entrevistado n.º 2 — David Freitas | 6 |
| B.2.3. Entrevistado n.º 3 — Benjamim Silva Rodrigues | 9 |
| B.2.4. Entrevistado n.º 4 — António Lobo de Carvalho | 10 |
| B.2.5. Entrevistado n.º 5 — Manuel Simas Santos | 13 |
| B.2.6. Entrevistado n.º 6 — Francisco Corte Real..... | 15 |
| B.2.7. Entrevistado n.º 7 — Albano Pereira | 17 |
| B.2.8. Entrevistado n.º 8 — Carlos Farinha | 23 |
| Anexo A | 28 |
| Anexo B..... | 29 |

Índice de gráficos

| | |
|--|-----------|
| Gráfico 1 – Análise da questão n.º 1.1..... | 32 |
| Gráfico 2 – Análise da questão n.º 1.2..... | 33 |
| Gráfico 3 – Análise da questão n.º 2..... | 35 |
| Gráfico 4 – Análise da questão n.º 3..... | 37 |
| Gráfico 5 – Análise da questão n.º 4..... | 39 |
| Gráfico 6 – Análise da questão n.º 5..... | 41 |
| Gráfico 7 – Análise da questão n.º 6..... | 42 |
| Gráfico 8 – Análise da questão n.º 7..... | 44 |
| Gráfico 9 – Análise da questão n.º 8..... | 46 |
| Gráfico 10 – Análise da questão n.º 9..... | 48 |
| Gráfico 11 – Análise da questão n.º 10..... | 49 |

Índice de quadros

| | |
|--|-----------|
| Quadro 1 — Data/Local das Entrevistas | 24 |
| Quadro 2 — Caraterização dos Entrevistados | 28 |
| Quadro 3 — Codificação Alfanumérica das Entrevistas | 29 |

Índice de tabelas

| | |
|--|-----------|
| Tabela 1- Análise quantitativa da questão n.º 1.1..... | 32 |
| Tabela 2 – Análise quantitativa da questão n.º 1.2..... | 33 |
| Tabela 3 – Análise quantitativa da questão n.º 2..... | 35 |
| Tabela 4 – Análise quantitativa da questão n.º 3..... | 37 |
| Tabela 5 – Análise quantitativa da questão n.º 4..... | 39 |
| Tabela 6 – Análise quantitativa da questão n.º 5..... | 41 |
| Tabela 7 – Análise quantitativa da questão n.º 6..... | 42 |
| Tabela 8 – Análise quantitativa da questão n.º 7..... | 44 |
| Tabela 9 – Análise quantitativa da questão n.º 8..... | 46 |
| Tabela 10 – Análise quantitativa da questão n.º 9..... | 47 |
| Tabela 11 – Análise quantitativa da questão n.º 10..... | 49 |

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

| | |
|---------|---|
| ADN | Ácido Desoxirribonucleico |
| AJ | Autoridade Judiciária |
| AM | Academia Militar |
| BD | Base de dados |
| BID | Base Integrada de Dados |
| CNECV | Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida |
| CNPD | Comissão Nacional de Proteção de Dados |
| CPP | Código de Processo Penal |
| CPPF | Código Processo Penal Francês |
| CRP | Constituição da República Portuguesa |
| DUDH | Declaração Universal dos Direitos Humanos |
| FNAEG | Ficheiro Nacional Automatizado de Impressões Genéticas |
| GNR | Guarda Nacional Republicana |
| H | Hipótese |
| IC | Investigação Criminal |
| INMLCF | Instituto Nacional de medicina Legal e Ciências Forenses |
| LISIOPC | Lei da Interoperabilidade entre Sistemas de Informação dos Órgãos de Polícia Criminal |
| LOIC | Lei da Organização da Investigação Criminal |
| LPDP | Lei de Proteção de Dados Pessoais |
| LSI | Lei de Segurança Interna |
| NEP | Normas de Execução Permanentes |
| OPC | Órgão de Polícia Criminal |

| | |
|--------|--|
| QD | Questão Derivada |
| QP | Questão Principal |
| SG SSI | Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna |
| SIIC | Sistema Integrado de Informações Criminal |
| STJ | Supremo Tribunal de Justiça |
| TEDH | Tribunal Europeu dos Direitos do Homem |
| TIA | Trabalho de Investigação Aplicada |
| UCO | Unidade Coordenação Operacional |
| PGR | Procurador Geral da República |

Capítulo 1— Introdução

1.1. Enquadramento da investigação

No culminar do curso na Academia Militar, o qual decorre dentro dos parâmetros dos mestrados de Bolonha, conferindo o grau de mestres aos que terminam o curso, surge a necessidade de elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada.

Este trabalho de investigação é realizado através da aplicação do método científico, a fim de obter os resultados estabelecidos para a investigação, visando, também, desenvolver conhecimentos relacionados com a temática em estudo, bem como constituir-se como ponto de partida para futuras investigações.

A temática desenvolvida subordina-se ao tema — A Importância de uma Base Integrada de Dados¹ ao Serviço da Investigação Criminal — como instrumento essencial, designadamente, à otimização de recursos, que decorre da utilização efetiva dos recursos de tecnologia de informação.

Sendo esta temática complexa e abrangente, não será possível o seu tratamento na íntegra, neste trabalho de investigação.

1.2. Importância da investigação e justificação da escolha

Está intrínseco à missão do Guarda² o prevenir, dissuadir e reduzir a criminalidade³. Toda a atividade desenvolvida, neste âmbito, deve ter em conta a Lei n.º

¹ O conceito de “*Base Integrada de Dados*” permanece, para o trabalho apresentado, relacionado com possibilidade do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) previsto na Lei (Lei n.º 73/2009 de 12 de Agosto) integrar um Sistema de Informações único, materializado pelo SIIC e por todo o conjunto de Base de Dados (BD), detentoras de informação de relevo para a atividade de Investigação Criminal (IC), desenvolvida pelos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), onde se inclui, para o efeito do presente trabalho, a Base de Dados de Perfis de ADN (Lei n.º 5/2008 de 12 de Fevereiro).

² De acordo com a Lei n.º 63/2007, de 6 novembro, no seu art.º 1.º n.º 2 “A Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a

17/2006, de 23 de maio, onde se estabelecem as orientações do combate à criminalidade. Competindo ao Procurador-Geral República⁴ (PGR) dar orientações para o efeito aos órgãos de polícia criminal (OPC). Quanto à cooperação entre OPC será assegurada pelo Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SG SSI)⁵.

A sociedade evoluiu para uma sociedade globalizada e cada vez mais informatizada. Esta evolução potencializou a evolução da criminalidade, também numa escala global, principalmente da criminalidade organizada e violenta.

Por sua vez, o Estado, no cumprimento das suas tarefas fundamentais, vê-se obrigado a conferir aos seus cidadãos segurança e, para o efeito, dispõe de órgãos executores dessa missão — OPC.

No cumprimento da sua missão os OPC encontram-se subordinados à Constituição e aos demais preceitos legais, sendo toda a sua atuação pautada pela legalidade e legitimidade.

Com a efetiva evolução social e criminal, os OPC veem-se na obrigação de acompanhar a evolução, de modo a proporcionar o sentimento de segurança.

No âmbito das ciências jurídicas, o presente trabalho de investigação aborda a *Importância de uma base integrada de dados (BID) ao serviço da investigação criminal (IC)*. A temática a desenvolver reveste-se de especial importância, na medida em que a existência de uma BID afeta ao serviço da investigação seria, na atualidade, uma contribuição significativa para fazer frente à enorme *evolução* da criminalidade. A BID permitiria, por exemplo, apenas a partir de um dado, a identificação de criminosos (primários), mesmo sem a existência de um suspeito.

Para que a IC colha resultados, é necessário que a prova obtida seja válida e não sofra de qualquer vício e ilegalidade, podendo ser utilizada, de forma positiva, pelo titular do processo e, em convicção, fazer justiça.

Este trabalho tem como finalidade aferir a importância que teria esta BID, nomeadamente para a IC.

segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.”

³ Ver art. 2.º da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho.

⁴ Ver art. 7.º da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho.

⁵ Cfr. art. 11 da Lei n.º 38/2009, de 20 de julho.

1.3. Definição dos objetivos

O objetivo principal da realização do presente TIA consiste em analisar, a nível legal, a possibilidade do cruzamento de dados no âmbito da IC, realizado através de ficheiros automatizados — Bases de Dados —, que inclui, ainda, o cruzamento da base de dados de perfis de ADN, a qual possui um enquadramento legal muito específico e restritivo.

Este cruzamento, revela-se de enorme importância e inovação para a IC e, por consequência, para a instituição, Guarda Nacional Republicana (GNR), para além de ser uma forma de demonstrar o contributo da rentabilização dos meios disponíveis, neste domínio.

Com a análise da legislação existente pretende-se a apresentação do quadro legal que possibilita o cruzamento de dados no domínio da IC, complementado com o trabalho de campo, que visa a recolha de depoimentos de especialistas. O tema é atual e com relevância para a IC e por sua vez, para a Instituição — GNR.

1.4. Delimitação da investigação

A temática de investigação é complexa e abrangente, pelo que se torna impossível o seu estudo pormenorizado. Deste modo, vemo-nos obrigados a restringir o objeto de estudo à possibilidade de, em termos legais, se poder executar o cruzamento de dados da Base de dados de perfis de ADN⁶ com o sistema integrado de informações criminais (SIIC), criado ao abrigo do art.º 11.º LOIC, e materializado através da LISIOPC.

1.5. Metodologia

A metodologia aplicada para a realização do presente trabalho de investigação científica possui dois momentos. Um momento materializado neste subcapítulo de

⁶ “O ADN (desoxyribonucleic acid) é a molécula em que se encontram codificadas as características genéticas de cada pessoa” (CNECV, 2007, p. 5), ou seja “ADN” (correspondente a ácido desoxirribonucleico).

caráter mais genérico, e um posterior, no capítulo 3, no qual será explanada a metodologia do trabalho, principalmente do trabalho de campo — entrevistas estruturadas.

Após leituras exploratórias de literatura e de textos legais, tendo em consideração as matérias relacionadas com a instituição GNR, chegámos à questão principal (QP) do presente trabalho — Qual a importância de uma Base Integrada de Dados ao serviço da Investigação Criminal?

Com a aplicação do procedimento científico nesta investigação visamos obter a resposta à questão principal, a partir da qual desenvolvemos a problemática.

Numa primeira etapa da elaboração desta investigação, realizamos leituras exploratórias de modo a explorar o universo de conhecimento relacionado com a questão de partida, a fim de estabelecermos a problemática de estudo.

A elaboração da introdução e da revisão da literatura, capítulos 1 e 2 respetivamente, foram concebidos com a finalidade de produzir conhecimento valorativo, sendo utilizado, por excelência, o método da pesquisa bibliográfica.

Na continuação de todo o processo científico, e com vista a resolver a problemática estabelecida — Será possível o cruzamento dos dados pertencentes à Base de dados de perfis de ADN com o SIIC? — foi realizada uma pesquisa bibliográfica que se materializa fundamentalmente no capítulo 2, complementada com a recolha de testemunhos de especialistas, relacionados com a temática, através da realização de entrevistas estruturadas as quais são apresentadas, tratadas e discutidas no capítulo 3, de forma pormenorizada.

No desenvolver da problemática surge a necessidade da construção de um modelo de análise com vista a responder às questões derivadas, a partir das quais, quando conjugadas com o conhecimento absorvido durante a exploração do tema, foram também geradas as questões derivadas (QD), que visam contribuir para a resolução da problemática estabelecida, sendo elas:

QD₁ – Quais os impedimentos, legais, para a construção da BID?

QD₂ – Qual o contributo da BID para a segurança?

QD₃ – Quais as vantagens e as desvantagens da existência da BID?

QD₄ – Quem constará na BID?

Com o objetivo de responder estas questões, foi concebida uma rigorosa análise legal e concetual da temática estudada, conjugada com o trabalho de campo. Este procedimento foi adotado com vista a resolver a problemática abordada. Nesta fase formulamos as hipóteses (H), sendo elas as seguintes:

H_{1.1} – A BID limita os direitos fundamentais do cidadão

H_{2.1} – A BID seria um meio dissuasor de criminalidade.

H_{3.1} – A BID seria um pressuposto de eficiência.

H_{3.2} – A BID exponenciaria a possibilidade de fuga de informação.

H_{4.1} – Na BID poderão constar apenas condenados.

H_{4.2} – Na BID poderão constar arguidos.

H_{4.3} – Na BID poderão constar suspeitos.

Após a realização da investigação teórica e do trabalho de campo é chegado o momento de apresentação da análise da informação obtida, com o objetivo de responder às questões derivadas, que por sua vez darão resposta à questão principal.

Para terminar o processo científico, serão tecidas as conclusões e as considerações finais relativas à problemática.

1.6. Enunciado da estrutura do trabalho

A estrutura do presente trabalho de investigação aplicada obedece à estrutura estabelecida pelo anexo F à NEP 520/DE/30jun11/AM (2011), o qual define as normas em regência para a realização de um trabalho de investigação aplicada na Academia Militar. Deste modo, o trabalho é constituído por seis capítulos.

No capítulo 1 — Introdução — onde se faz uma exposição genérica de todo o trabalho, é estabelecida a problemática sobre qual a investigação incide.

No capítulo 2 — Revisão da Literatura — Enquadramento legal e Concetual — , encontra-se plasmado o estado da arte do tema abordado. Esta exposição incide especialmente no enquadramento constitucional e legal da temática no nosso

ordenamento jurídico, seguido de uma apresentação a nível de casos europeus, como sejam o da Espanha, o da França e do Reino Unido.

Passando de seguida para o capítulo 3 — Metodologia e procedimentos — aqui se realiza uma abordagem pormenorizada da metodologia empregue na realização da investigação e em especial do trabalho de campo — entrevistas estruturadas — ,sendo realizada uma apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos, com a finalidade de resolver a problemática estabelecida.

No capítulo 4 — Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados — faz-se a apresentação de todo o trabalho de campo, bem como os resultados obtidos e a respetiva análise. Sendo seguido do capítulo 5 — Conclusões e recomendações — apresenta-se a resolução à questão principal, sustentando-a nos resultados tratados no capítulo 4, e onde são mencionadas as considerações e propostas futuras.

No remate final temos o capítulo 6 — Bibliografia — onde constam as referências bibliográficas utilizadas neste trabalho científico.

Capítulo 2 – Revisão da Literatura – Enquadramento legal e concetual

2.1. Enquadramento constitucional

A nossa Constituição prevê, de forma expressa, alguns princípios fundamentais. Logo no seu artigo 1.º Portugal é definido como “(...) uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana⁷ e na vontade popular⁸ e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa⁹ e solidária” materializada num Estado de Direito democrático, consolidado “(...), no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades¹⁰ fundamentais e na separação de poderes¹¹ (...)”¹².

Numa sociedade estruturada, o Estado¹³ é o garante do cumprimento das tarefas fundamentais¹⁴. Como “garantir os direitos e liberdades fundamentais¹⁵ e o respeito pelos princípios do Estado de Direito democrático”¹⁶?

⁷De acordo com Miranda e Medeiros “A dignidade da pessoa humana é um *prius*. A vontade popular está-lhe subordinada; não se lhe contrapõe como princípio com que tenha de se harmonizar, porquanto é a própria ideia constitucional de dignidade da pessoa humana que a exige como forma de realização não há respeito da vontade do povo português (para repetir o preâmbulo) sem respeito da dignidade da pessoa humana.” (2005, p. 53).

⁸Cfr. “(...), baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular”, fixam-se os fundamentos e os limites da ação do Estado. Nem um nem outro elemento pairam em abstrato. A dignidade da pessoa humana concretiza-se em múltiplas normas sobretudo no campo dos direitos fundamentais” (Miranda e Medeiros, 2005, p. 53).

⁹De acordo com Miranda e Medeiros “A eficácia da Justiça é também um valor que deve ser perseguido, mas, porque numa sociedade livre os fins nunca justificam os meios, só é aceitável quando alcançada lealmente, pelo engenho e arte, nunca pela força bruta, pelo artifício ou pela mentira, que degradam quem os sofre, mas não menos quem os usa.” (2005, p. 361).

¹⁰Para Andrade “(...) a Constituição não se limita a reconhecer o valor da liberdade: liga os direitos a uma ideia de responsabilidade social e integra-os no conjunto dos valores comunitários.” (2012, p263).

¹¹Para Valente “A separação das funções, promove necessariamente o respeito pelo princípio da liberdade, porque a ponderação e análise factual é, sem dúvida, mais justa, a mais que exerce-se com independência, com imparcialidade e objetivamente, tendo como fim último a realização da pessoa humana e da sua dignidade.” (2012, p. 230).

¹² Ver art.º 2.º da CRP.

¹³Nas Palavras de Valente “(...), que fundamente e justifique a necessidade de um corpo organizado dotado de *ius imperi* na prossecução de uma das tarefas fundamentais do Estado: defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais.” (2012, p. 11).

¹⁴ Para Valente na realização das tarefas fundamentais “(...), todos nós reclamamos ao poder político que garanta a segurança na e da comunidade, que mantenha a justiça nas relações interpessoais e sociais e que promova o nosso bem-estar, preconizando “uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades”(art.º28.º DUDH) de todos os indivíduos, (...)” (2012, p. 104)

Devido à importância dos direitos e deveres¹⁷, o legislador reservou a Parte I da Constituição para consagra-los de igual modo para todos os cidadãos. Assim, “todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição”¹⁸. A garantia dos direitos dos cidadãos é fundamental levando o legislador a materializar que “os preceitos Constitucionais e legais relativos aos Direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem”¹⁹, ressalvando que só poderão ser restringidos “(...) nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitarem-se ao estritamente necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.”²⁰

No âmbito da atividade policial, desenvolve-se a IC²¹, que tem por objetivo estabelecer conexão entre os vestígios de uma cena de crime com os factos passados, a fim de carrear prova²² ao processo, para auxiliar o titular da instrução a formar a convicção da verdade²³ e, assim, penalizar o ilícito.

Porém “a lei estabelecerá garantias efetivas contra a obtenção e a utilização abusiva (...)”²⁴, nomeadamente “a lei garantirá a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano (...)”²⁵ sendo evidente que “a proibição de obtenção de provas para o processo criminal por meios proibidos resulta diretamente dos referidos preceitos constitucionais e das leis que os explicitam e a sua violação constitui crime” (Miranda e Medeiros, 2005, pp. 361 - 362).

¹⁵Para Santos, M. “(...) junto aos direitos fundamentais existe uma segunda dimensão, representada pelo deveres fundamentais, isto é, o dever do homem de respeitar determinados valores relevantes para a vida em comunidade” (s. d.), p. 34)

¹⁶ Ver al. b) do art.º 9.º da CRP.

¹⁷De acordo com Miranda e Medeiros “O dever é uma situação jurídica passiva, traduzido na imposição a alguém de agir ou não agir de alguma maneira; já a restrição se prende ao perfil específico de alguns direitos, ao modo como se apresentam na vida jurídica e à proteção que, assim, vêm a receber. O dever (não fundamental) pode não constar na Constituição; a restrição tem sempre de nela se estear; imediata ou mediatamente.” (2005, p. 160).

¹⁸ Cfr. art.º 12.º CRP.

¹⁹ Vide n.º2 artigo 16º da CRP.

²⁰Como se prevê no n.º 2 art.º 18.º da CRP.

²¹ De acordo com Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, no seu art.º 1.º “A investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da Lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.”

²² Cfr. (Rodrigues, 2010,p. 298) “A lei civil vem esclarecer que as provas têm por função a *demonstração da realidade dos factos*.”

²³Para Valente “A verdade só será plena quando se descobre a verdade material, prática, judicial e processualmente válida o agente do crime e não um agente do crime, a causa real de uma das partes.” (2012, p. 233).

²⁴ Ver n.º 2 do art.º 26.º da CRP.

²⁵ No n.º 3 do art.º 26.º da CRP.

Também na Constituição se limita a atuação²⁶ do Estado, prevendo-se que “todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação, (...)”²⁷ — Presunção de Inocência — e imputando a responsabilidade da descoberta da verdade ao titular da instrução. Esta última “é da competência de um juiz, o qual pode, nos termos da lei, delegar noutras entidades a prática de atos instrutórios que não se prendam diretamente com os direitos fundamentais²⁸”. A CRP, para além das garantias processuais, incumbe ao arguido observar uma série de deveres que, sempre cuidando de salvaguardar a sua dignidade de pessoa humana, a lei lhe impõe” (STJ, 2007, p. 4353). Reforçando a sua intenção, saliente-se que “São nulas todas as provas obtidas mediante (...)”²⁹ meios que o desrespeitem — princípio da proibição do excesso. De acordo com Oliveira (2013, p. 52), este princípio desdobra-se em três subprincípios, sendo eles: o da adequação, o da exigibilidade e o da proporcionalidade em sentido restrito. Devendo ter-se em consideração que a restrição dos direitos deve revelar-se como meio adequado à prossecução dos fins visados, sendo que estes fins não logram ser obtidos por outros meios, não restritivos, ou menos restritivos, proibindo-se a aplicação de medidas legais restritivas desproporcionadas, excessivas, relativamente aos fins obtidos. Este princípio deve estar sempre presente em toda a atividade desenvolvida de combate e de repressão da criminalidade ou seja, na atividade policial. Esta atividade, desenvolvida pelos órgãos executórios do Estado, visa garantir a segurança³⁰, sendo estes designados por forças policiais³¹. Todavia, a intervenção do Estado limita-se ao necessário³² para garantir os direitos de cada cidadão.

²⁶Para Miranda e Medeiros “O condicionamento não reduz o âmbito do direito, apenas implica, umas vezes, uma disciplina ou uma limitação da margem de liberdade do seu exercício, outras vezes, um ónus.” (2005, p. 159).

²⁷ Cfr. n.º 2 do art.º 32.º da CRP.

²⁸ Ver n.º 4 do art.º 32.º da CRP.

²⁹ Conforme o n.º 8 do art.º 32.º da CRP.

³⁰De acordo com Valente “A prossecução e garantia da segurança (interna) é função da POLÍCIA enquanto braço prossecutor de uma das tarefas fundamentais do Estado de direito democrático, cabendo àquela promovê-la, defendê-la e repô-la dentro dos princípios norteadores da atividade policial enquadrantes do pilar dos Estados pós-modernos: o princípio do *respeito da dignidade da pessoa humana*.” (2012, p. 116).

³¹Conforme Valente a “Polícia é ou deve ser, hoje, um garante da liberdade do cidadão face às ofensas ilícitas concretizadas e produzidas quer por outrem quer pelo próprio Estado.” (2012, pp. 45-46).

³²Na opinião de Miranda e Medeiros “A necessidade supõe a existência de um bem juridicamente protegido e de uma circunstância que imponha intervenção ou decisão; equivale a exigibilidade desta intervenção ou decisão. A adequação significa que a providência se mostra adequada ao objetivo almejado, se destina ao fim contemplado pela norma, e não a outro; significa, pois, correspondência de meios a fins. A racionalidade ou proporcionalidade *stricto sensu* implica justa medida; que o órgão competente proceda a uma correta avaliação da providência em termos quantitativos (e não só qualitativos); que a providência não fique aquém do que importa para se obter o resultado devido – nem mais, nem menos.

O Direito Internacional³³, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos do Humanos (DUDH), reconhece a dignidade de cada Ser humano como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo³⁴. Repare-se que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”³⁵. Porém, é a própria Declaração a consagrar que “no exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas por lei (...)”³⁶, a fim de limitar os abusos das autoridades. Já que “(...) integridade pessoal — e, em particular, da integridade física — impõe limites estritos a quaisquer intervenções não consentidas das autoridades públicas” (Miranda e Medeiros, 2005, p. 277). Saliente-se que “(...) a Constituição não se limita a reconhecer o valor da liberdade: liga os direitos a uma ideia de responsabilidade social e integra-os no conjunto dos valores comunitários” (Andrade, 2012, p. 263). Deste modo, “a segurança deve ser encarada como uma *garantia* real de gozo e do exercício pleno dos demais direitos e liberdades fundamentais e não tanto como um direito autónomo” (Valente, 2012, p. 359).

Deste modo, “não será seguramente novidade afirmar neste momento que os direitos fundamentais, mesmo os direitos, liberdades e garantias, não são absolutos nem ilimitados” (Andrade, 2012, p. 263) levando a condicionamentos para garantia de alguma necessidade coletiva³⁷ imperando, nestas situações, o respeito pelo princípio da proporcionalidade, uma vez que “(...) em determinadas situações consideradas proporcionais à luz do direito, à liberdade e do objetivo da realização da justiça, o legislador entendeu por bem permitir a lesão ou restrição do direito à liberdade e à segurança” (Rodrigues, 2010, p. 287).

2.2. Enquadramento legal

Com o enquadramento constitucional ficamos cientes de que em determinados casos a conflitualidade³⁸ entre direitos e deveres é inevitável. Deste modo “estes problemas

A falta de necessidade ou de adequação traduz-se em arbítrio. A falta de racionalidade, mais frequentemente, em excesso. E, por isso, fala-se, correntemente, também em princípio da proibição de arbítrio e da proibição de excesso.” (2005, p. 162).

³³ Integra através do art.º 8.º da CRP, o nosso ordenamento jurídico.

³⁴ No art.º 1.º da DUDH “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.”

³⁵ No art.º 3.º da DUDH.

³⁶ No n.º 2 do art.º 29.º da DUDH.

³⁷ Na opinião de Valente “Necessidade coletiva por ser concebida como bem jurídico supra-individual que a todos beneficia como *interesse público*, inato a uma comunidade democraticamente organizada, e por representar a face da cedência dos cidadãos ao poder político de uma das tarefas em troca de uma limitação estreita da liberdade.” (2012, p. 107).

³⁸ De acordo com Rodrigues “É sabido que existe uma tensão entre os direitos fundamentais que se reconhecem a todas as pessoas, por um lado, e o direito, dever ou obrigação que as autoridades judiciais detêm de averiguar a verdade como forma de repressão das condutas puníveis, bem como direito fundamental

de colisão³⁹ e de conflito, que implicam uma limitação recíproca dos direitos (...)” (Andrade, 2012, p. 265), só serão possíveis, de acordo com Rodrigues (2010, p. 257) com o fundamento da persecução de interesses do coletivo no combate à criminalidade de especial gravidade, limitando-se, assim, a atuação policial, impedindo excessos.

De acordo com Valente poderemos afirmar que “A investigação criminal pode funcionar como a trave mestra da segurança (interna) — tarefa fundamental do Estado — (...)” (2012, p. 115) de modo a concretizar a justiça⁴⁰, caracterizada pelos “ (...) princípios como os da igualdade e da imparcialidade enformadores da atividade policial” (Valente, 2012, p. 224) tendo em atenção que de entre os aspetos que incumbe ao Estado garantir, destaca-se a eficiência dos sistemas de segurança interna e de investigação criminal (Pereira, A., 2012, p. 132).

A atividade policial visa a criação do sentimento de “(...) insegurança⁴¹ quanto aos atos delituosos que pretendam efetuar, porque sabem que a máquina de prevenção e investigação criminal é eficaz e eficiente na sua atuação e na descoberta dos autores dos crimes” (Valente, 2012, p. 148). Todavia, para que a IC⁴² funcione como meio dissuasor de criminalidade, é necessário obter resultados concretos perante a justiça. Assim, torna-se essencial arrolar prova⁴³ suficiente para que a AJ possa, em convicção, fazer o seu

da sociedade e da vítima que viram os seus bens jurídicos atingidos em se atingir a verdade material, como finalidade teleológica do processo, mediante respeito dos direitos e liberdades fundamentais ínsitos na Lei Fundamental.” (2010, p. 224).

³⁹Para Andrade “Haverá colisão ou conflito sempre que se deva entender que a Constituição protege simultaneamente dois valores ou bens em contradição numa determinada situação concreta (...)” (2012, p. 299).

⁴⁰De acordo com Valente “(...), ter-se-á de investigar para que a AJ possa desenvolver as diligências capazes de descobrir a verdade, realizar a justiça no respeito dos direitos fundamentais e possa alcançar a paz jurídica e para que não se gere o sentimento de impunibilidade — *danos* esses que devem merecer *tutela jurídica* e não estar à disposição da discricionariedade.” (2012, p. 49).

⁴¹Na opinião de Valente “A descoberta de quem comete delitos — dos autores — e a sua provável responsabilização — provoca no seio da comunidade, principalmente, no âmago dos “criminosos”, um sentimento de receio, um sentimento de insegurança quanto aos atos delituosos que pretendam efetuar, porque sabem que a máquina investigadora é eficaz na sua atuação e eficiência na descoberta dos autores dos crimes, prosseguindo-se assim prevenção geral negativa e positiva e a prevenção especial do direito punitivo, i. e., promove a prevenção criminal e, conseqüente emente, o estado físico e cognitivo da segurança.

Um sentimento de possível punidade pelos atos violadores das normas que tutelam jurídico-criminalmente os bens jurídicos fundamentais instalar-se-á, o que promoverá uma diminuição da criminalidade, que conseqüentemente refletirá uma maior segurança real e psicológica dos cidadãos.” (2012, p. 114).

⁴²De acordo com Carvalho, A. “A atividade de IC, dirigida pelo tutelar da ação penal MP, exige que os OPC possuam capacidades e que essas capacidades sejam garantidas pelo SGSSI, de acordo com as suas competências de direção.” (2011, p. 32)

⁴³Para Rodrigues “Não nos restam dúvidas de que «provar significa convencer o juiz sobre a certeza da existência de um facto (...)». No fundo, trata-se do esforço metódico através do qual são demonstrados, mediante uso de várias técnicas ou juízos racionais ou científicos, os factos relevantes para a existência do crime, punibilidade do arguido e determinação das consequências jurídicas aplicáveis ao caso concreto (...)” (2010, pp. 298-299).

trabalho, imputar a responsabilidade pelos ilícitos criminais aos seus autores e, desta forma, criar o sentimento de segurança na sociedade.

Para além de todo o enquadramento constitucional, para se limitar os direitos fundamentais é necessário existir lei especial que preveja expressamente tal restrição, bem como especificar todos os requisitos necessários, para o efeito. Assim, o nosso ordenamento jurídico tem vindo a sofrer diversas alterações até à atual conjuntura.

Quando limitamos/condicionamos o exercício de direitos, é necessário ter em consideração os requisitos previstos⁴⁴, relativos ao tratamento⁴⁵ de dados pessoais⁴⁶ e a possibilidade de existir um tratamento com interconexão⁴⁷ dos dados, sendo o consentimento do titular dos dados o pilar da legitimação do tratamento destes.

Para que a justiça não fique limitada, o legislador consagrou na legislação algumas exceções, de entre as quais, a “execução de uma missão de interesse público ou o exercício de autoridade pública em que esteja investido o responsável pelo tratamento ou um terceiro a quem os dados sejam comunicados”⁴⁸.

O tratamento de dados pessoais⁴⁹ e a sua interconexão carece⁵⁰ de lei específica, no caso, a Lei da Interoperabilidade entre Sistemas de Informação dos Órgãos de Polícia Criminal (LISIOPC) que vem possibilitar a materialização do SIIC⁵¹. Mas, para que os

⁴⁴Na lei de proteção de dados pessoais (LPDP), lei que regula o tratamento de dados quando o objetivo é a segurança pública.

⁴⁵Conforme al. b) art.º 3.º da LPDP: “«Tratamento de dados pessoais» («tratamento»): qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efetuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição;”.

⁴⁶Vide al. a) art.º 3.º da LPDP: “«Dados pessoais»: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;”.

⁴⁷Cfr. al. i) art.º 3.º da LPDP: “«Interconexão de dados»: forma de tratamento que consiste na possibilidade de relacionamento dos dados de um ficheiro com os dados de um ficheiro ou ficheiros mantidos por outro ou outros responsáveis, ou mantidos pelo mesmo responsável com outra finalidade;”.

⁴⁸Ver al. d) do art.º 6.º da LPDP.

⁴⁹De acordo com o n.º 2 e o n.º 3 do art.º 8.º da LPDP é “O tratamento de dados pessoais relativos a suspeitas de atividades ilícitas, infrações penais, contraordenações e decisões que apliquem penas, medidas de segurança, coimas e sanções acessórias pode ser autorizado pela CNPD, observadas as normas de proteção de dados e de segurança da informação, quando tal tratamento for necessário à execução de finalidades legítimas do seu responsável, desde que não prevaleçam os direitos, liberdades e garantias do titular dos dados.”, e “O tratamento de dados pessoais para fins de investigação policial deve limitar-se ao necessário para a prevenção de um perigo concreto ou repressão de uma infração determinada, para o exercício de competências previstas no respetivo estatuto orgânico ou noutra disposição legal e ainda nos termos de acordo ou convenção internacional de que Portugal seja parte.”.

⁵⁰Como se prevê no art.º 9.º LPDP.

⁵¹Para Valente “Um sistema integrado de informações criminais pressupõe a existência de uma só base de dados de informações criminais, detentora de todos os registos, tratamento (análise, estudo, recomendações), conservação, sob alçada de uma entidade diferente de qualquer OPC, para a qual todos os OPC remetem

direitos fundamentais dos cidadãos, sujeitos ao registo, não sejam lesados de forma arbitrária, estes veem-se rodeados de diversos direitos, nomeadamente do direito de oposição. Esta partilha de informação deve ser assegurada e coordenada⁵² pelo SG SSI⁵³, órgão que atualmente⁵⁴ é também responsável por garantir a interoperabilidade dos sistemas de informação dos OPC.

A LISIOPC⁵⁵ é um reflexo do reconhecimento da importância que as novas tecnologias têm para o combate da criminalidade. Assim, a lei prevê que os OPC tenham uma base de informações e que todas as organizações as cruzem para a investigação obter mais resultados, criando um sentimento de segurança na sociedade e rentabilizando os meios disponíveis.

O intercâmbio destas informações “(...) não depende de acordo ou autorização da Autoridade Judiciária (...)”⁵⁶, com exceção dos processos em segredo de justiça, mas a Autoridade Judiciária (AJ), titular do processo, terá um nível de acesso que lhe possibilite a todo o momento, a consulta da informação relativa à informação do processo⁵⁷. Por outro lado, “é o próprio legislador a reconhecer a incapacidade de implementar em pleno um sistema integrado de informações criminais” (Valente, 2012, p. 462), tornando a LISIOPC uma Lei ineficaz.

Para além das informações constantes das bases de dados dos OPC, no nosso país existe também a base de dados de perfis de ADN, que possui elevado relevo para o desenvolvimento da IC e consequente descoberta da verdade material dos ilícitos. A sua utilização encontra-se extremamente condicionada com requisitos e burocracias, estas referidas como a salvaguarda de Direitos Fundamentais do cidadão. A ligação desta base ao sistema integrado encontra-se limitada pelo requisito exigido para consulta — o mandado judicial⁵⁸.

Porém “para o Tribunal Constitucional, à luz do artigo 172.º, n.º 1, do CPP e artigo 6.º, n.º 1, da Lei n.º 45/2004, antes da entrada em vigor da Lei n.º 5/2008, seria já possível,

obrigatoriamente, sob pena da prática de crime de abuso de poder e de denegação de justiça, todos os dados informativos criminais, base essa fiscalizada pelas AJ e Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), cujo acesso à base se faria por níveis de competência funcional e material.” (2012, pp. 457-458). Sistema, este previsto no art.º 11.º da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC).

⁵² Cfr. Art.º 15.º da LOIC

⁵³ De acordo com a al. c) do n.º 2.º do art.º 16.º da LSI o SG SSI é responsável por “reforçar a colaboração entre as forças e os serviços de segurança, garantindo o acesso às informações necessárias.” Bem como a al. c) do n.º 3.º do art.º 16.º da LSI deve garantir a partilha de informação.

⁵⁴ Ver art.º 5.º da LISIOPC

⁵⁵ Aprovada pela Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto.

⁵⁶ Como se prevê no n.º 3 do art.º 9.º da LISIOPC.

⁵⁷ Como se prevê no n.º 4 do art.º 10.º LISIOPC.

⁵⁸ De acordo com o art.º 19.º do Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro.

sem qualquer juízo de censura constitucional, autorizar, mesmo contra a vontade do arguido visado, a recolha de amostras biológicas com vista à realização de exames periciais de ADN no Instituto de Medicina Legal” (Rodrigues, 2010, p. 375).

Com a entrada em vigor da Lei n.º 5/2008, de 12 agosto⁵⁹, e tendo em consideração os princípios gerais⁶⁰ “qualquer pessoa tem o direito de não ficar sujeita a nenhuma decisão que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que a afete de modo significativo, tomada exclusivamente com base num tratamento de dados”. Neste âmbito,

“as finalidades de investigação criminal são prosseguidas através da comparação de perfis de ADN, relativos a amostras de material biológico colhidas em locais de crimes com os das pessoas, que direta ou indiretamente, a eles possam estar associados, com vista à identificação dos respetivos agentes, e com os perfis existentes na base de dados de perfis de ADN, com as limitações previstas no artigo 20.”⁶¹

A recolha⁶² de amostras para a realização dos perfis de ADN é possível a pedido do arguido ou ordenada, por despacho de juiz, ao abrigo do art.º 172.º CPP, após o julgamento caso o arguido seja condenado por crime doloso, com pena concreta igual ou superior a três anos de acordo com a Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro. No caso da recolha de amostras em cadáveres, esta só é possível ao abrigo do art.º 171.º CPP. Em todas as situações realizar-se-á “(...) a entrega, sempre que possível, no próprio ato, de documento de que constem a identificação do processo e os direitos e deveres decorrentes da aplicação da lei e, com as necessárias adaptações, da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, LPDP.”

Os resultados⁶³ da análise e comparação com os ficheiros da base de dados de perfis de ADN, “(...) são comunicados pelo INMLCF ao juiz competente consoante o tipo ou fase do processo, mediante requerimento fundamentado”⁶⁴, e “o juiz (...) comunica os dados em questão, quando necessário ou mediante requerimento fundamentado, ao Ministério Público ou aos órgãos de polícia criminal, proferindo para o efeito despacho fundamentado.”⁶⁵.

A possibilidade de interconexão⁶⁶ de dados, no âmbito da base de dados de perfis de ADN, no caso de uma amostra problema⁶⁷, recolhida num local do crime⁶⁸, e dos perfis

⁵⁹ Aprova a criação da base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal.

⁶⁰ Ver n.º 4 do art.º 3.º da lei 5/2008, de 12 de fevereiro.

⁶¹ Como se prevê no n.º 3 art.º 4.º Lei n.º 5/2008, de 12 agosto.

⁶² De acordo com o art.º 8.º Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

⁶³ Decorrem em conformidade com o art.º 19.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

⁶⁴ Como se prevê al. a) do art.º 19.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

⁶⁵ Ver al. b) do art.º 19.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

⁶⁶ Encontra-se prevista no art.º 20.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

⁶⁷ Ver al. c) do art.º 2.º da lei 5/2008 de 12 de agosto: “«Amostra problema» a amostra, sob investigação, cuja identificação se pretende esclarecer;”.

⁶⁸ Ver n.º 4 do art.º 20.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

de ADN obtidos de pessoas condenadas em processo-crime⁶⁹, é possível, podendo ainda ser cruzados com os outros ficheiros⁷⁰, da base de dados de perfis de ADN, com a exceção do ficheiro das pessoas desaparecidas e seus parentes⁷¹.

No funcionamento da base de dados de perfis de ADN⁷², supra referida, teremos de ter em consideração, relativamente à ponderação da prova, que “o perfil de ADN constitui prova a ser ponderada em articulação com as outras provas existentes no processo”, não devendo ser utilizada de forma isolada para fundamentar a condenação de determinado arguido.

A recolha das amostras “ (...) é feita em duplicado, através da colheita de células da mucosa bucal ou de outro método não invasivo que respeite a dignidade humana e a integridade física e moral individual”⁷³. E uma vez que é garantida a cadeia de custódia, é possível a inserção dos perfis de ADN e dos dados pessoais na base de dados, não esquecendo que esta deve ser comprovada, com o preenchimento e assinatura do auto de colheita e de identificação⁷⁴. Novamente, a utilização desta técnica permite identificar o responsável por determinado ilícito e “a salvaguarda ou a conservação dos meios de prova emerge da necessidade de carrear para o processo crime os elementos probatórios – pessoais ou reais – capazes e suficientes a induzir ao titular do processo uma decisão fundada na «verdade material» (...)” (Valente, 2012, p. 288).

Importa referir que “ninguém pode eximir-se de ser submetido a qualquer exame médico-legal quando este se mostrar necessário ao inquérito ou à instrução de qualquer processo e desde que ordenado pela autoridade judiciária competente, nos termos da lei”⁷⁵. Mesmo para “(...) o Tribunal Constitucional (...) tratando-se de recolha de prova, sem alternativas, dada a falta de testemunhas, em matéria de crime de muita elevada gravidade, e exigência de densificação da lei como exigência de constitucionalidade não consideraria a “necessidade investigatória” urgente em confronto com a medida diminuta de sacrifício dos direitos fundamentais no caso concreto” (Rodrigues, 2010, p. 383), considera que a limitação de direitos terá de se efetuar quando um bem jurídico de maior valor está em causa.

⁶⁹ Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do art.º 8.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

⁷⁰ Previstos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

⁷¹ Vide al. c) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 5/2008, de 12 de agosto.

⁷² Regulamentado pela Deliberação n.º 3191/2008.

⁷³ Dar-se-á de acordo com o art.º 8.º da Deliberação n.º 3191/2008.

⁷⁴ Como se prevê no art.º 12.º da Deliberação n.º 3191/2008.

⁷⁵ De acordo com o n.º 4 do art.º 6.º da Lei n.º 45/2004, de 19 de agosto que estabelece o regime jurídico das perícias médico-legais e forenses.

2.3. Da Prova: as Perícias de ADN

2.3.1. Portugal

No nosso sistema, o acesso à base de dados de perfis de ADN, encontra-se bastante limitado e condicionado pelos normativos legais, sendo que a “(...) opinião pública foi sendo confrontada com a defesa do interesse desses recursos forenses para a resolução de crimes e até para a sua prevenção, sempre num horizonte de segurança e tranquilidade” (CNECV, 2007, p. 4).

Como é sabido, “as extraordinárias descobertas ligadas ao Genoma Humano, em sede de genética, levaram a uma verdadeira revolução ao nível do Direito e das ciências procedendo à abertura de novos “horizontes”” (Rodrigues, 2010, p. 29), possibilitando a identificação de autores de ilícitos⁷⁶, apenas através de uma simples amostra biológica⁷⁷ deixada no local do crime, fortalecendo a acusação do futuro arguido no processo-crime. Todavia, a sua utilização encontra-se condicionada⁷⁸ legalmente e “(...) a inobservância dos pressupostos de legitimidade da utilização e obtenção da “prova científica” levará à sua ilicitude e, consequentemente, à sua ineficácia probatória” (Rodrigues, 2010, p. 32).

Este tipo de prova tem vindo a ganhar maior credibilidade decorrente da “(...) alta fiabilidade de tais indicações genéticas, que contrasta, em alta escala, com a sua lesividade na integridade física e com o seu alto preço” (Rodrigues, 2010, pp. 83-84), principalmente quando estamos perante a defesa de um bem jurídico com maior relevância para a sociedade. Este grau de fiabilidade levou a que em determinadas instâncias judiciais estrangeiras se banalizasse o seu uso como meio probatório (Rodrigues, 2010, p. 36). Segundo Rodrigues (2010, p. 56) e outros autores, começou-se a formar a ideia que “(...) a análise genética com fins médico-legais constitui o *Santo-Graal* da luta contra o crime, de

⁷⁶Para Rodrigues “Uma das principais razões da idoneidade do ADN, para surgir como ferramenta individualizadora e identificadora, advém do facto de que não existem duas pessoas com idêntico ADN, apenas disso se ressalvando os gémeos univitelinos.” (2010, p. 90).

⁷⁷De acordo com Rodrigues “(...), dependendo do material biológico colhido, para efeitos de determinação dos perfis de ADN, vemos que, em princípio, tal colheita e apuramento do ADN, não deverá contender com o direito à identidade e imodificabilidade genética, (...)” (2010, p. 205).

⁷⁸Para CNECV “A necessidade de proteger a dignidade humana, a privacidade e a autonomia, remete para o legislador uma necessária ponderação dos vários interesses que compete proteger.” (2007, p. 16)

tal modo que a fé que se colocou em tal meio resultou em avultados esforços de expansão informacional genética (...)”.

O uso de tal técnica, — perícias⁷⁹ de ADN —, contende com determinados direitos constitucionais, mas o nosso Tribunal Constitucional reconhece “(...) que tais exames contendem com a integridade física mas tal lesão, como nas análises sanguíneas, é banal ou quase irrelevante” (Rodrigues, 2010, p. 85), quando estamos perante um ilícito de elevada gravidade, e o seu impacto na sociedade cria um sentimento de insegurança na população. Para além de todas as garantias previstas a fim de salvaguardar as garantias de defesa⁸⁰, “(...), os exames efetuados e as amostras recolhidas só podem ser utilizados no processo em curso ou em outro já instaurado, devendo ser destruídos, mediante despacho de juiz, logo que não sejam necessários»” (Rodrigues, 2010, p. 698) sendo evidente que “(...) este tipo de perícia não beneficia única e exclusivamente a acusação, já que pode ser determinada para o acusado ou suspeito não culpado, podendo este, através de tais provas, demonstrar a sua inocência” (Rodrigues, 2010, p. 277).

O uso das perícias de ADN conflui com o direito à reserva da vida privada que nos surge a três níveis, aquando da recolha da amostra, durante a análise da amostra e quando se disponibiliza o perfil de ADN num ficheiro automatizado com finalidade de identificação civil e criminal (Rodrigues, 2010, p. 206). Tal lesão dos direitos cria a problemática da ponderação entre a vantagem de lesar os direitos em detrimento da descoberta e responsabilização dos autores dos ilícitos criminais que de acordo com o relatório da CNECV,

Para minimizar a força desta intromissão na privacidade individual, muitos textos fazem o paralelismo entre a identificação por ADN e a impressão digital, também ela identificadora; (...) equivalência entre o que já se chama impressão digital genética e a clássica.” (2007, p. 24)

E de acordo, com Rodrigues

“(...), o paradigma da ponderação constitucional e legal não legitima que, mesmo que mediante decisão judicial, os órgãos de polícia criminal ou outras entidades públicas sanitárias, possam compelir ou obrigar, mediante o uso da força, alguém a sofrer uma ingerência no seu corpo ou saúde, já que, por mínima que seja, tal atuação contende com um bem jurídico tido por inviolável pela Constituição da República Portuguesa (artigo 25.º, n.º 1⁸¹) (...)” (Rodrigues, 2010, p. 108).

⁷⁹Segundo Pereira, A. “A perícia é assim uma interpretação dos factos feita por pessoas dotadas de especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos; nesta perspetiva, a partir da análise de vestígios os peritos chegam a determinadas conclusões periciais, as quais são submetidas às autoridades judiciais para a sua apreciação.” ((s. d.), p. 2)

⁸⁰Na opinião de Rodrigues “A admissibilidade das perícias de ADN somente será aceite, a esta luz, se não levar a um encurtamento ou retirada dalguma das garantias de defesa expressamente previstas ou admissíveis à luz da atual evolução do processo criminal.” (2010, pp. 269-267).

⁸¹ “A integridade moral e física das pessoas é inviolável.”

Outra das instituições constitucionais colocadas em causa é o princípio do *nemo tenetur se ipsum accusare*, ou seja o direito de não autoincriminação, mas de acordo com o

“Professor Doutor J.J. GOMES CANOTILHO, «a doutrina dominante e uma boa parte da jurisprudência nacional e internacional de direitos humanos têm entendido que a presunção de inocência do arguido abrange apenas o direito a permanecer calado e a beneficiar da existência de uma dúvida razoável, não impedindo a recolha de material biológico para efeitos de análise de DNA»” (Rodrigues, 2010, p. 331).

Em Portugal, de acordo com o Professor Doutor Corte Real⁸², a base de dados de perfis de ADN possui, inseridos, 1607 perfis, de entre os quais 408 são amostras problema. Porém, a inserção de perfis encontrou-se suspensa, por não estar constituído o conselho de fiscalização⁸³, não se verificando todos os circunstancialismos legalmente previstos.⁸⁴ Tal situação foi sancionada, em junho, aquando da nomeação⁸⁵ do novo conselho de fiscalização. Por outro lado, temos de ter em consideração que “(...), passados quase quatro anos sobre a publicação do Diploma, o reduzido número de perfis introduzidos, face aos constrangimentos legais e procedimentais existentes, traduz uma eficácia insuficiente” (Farinha, C. in CNECV, 2012, p. 178) aliado ao fato de se introduzirem

“(...) requisitos diferentes da rotina — por exemplo, a necessidade de intervenção do magistrado competente no respetivo processo para inserção de amostras problema. Art.º 18.º n.º 2, é uma das soluções adotadas que, pela sua singularidade e ausência de paralelo relativamente à preservação de outros elementos vestigiais, carece de uma estratégia de pedagogia e formação.” (Farinha, C. in CNECV, 2012, p. 179).

E de acordo com Farinha (C. in CNECV, 2012, p. 181) “Talvez seja o momento para concretizar uma solução que: aumente a inserção de amostras-referência, admito perfis de referência não apenas de condenados mas também de arguidos ou suspeitos, mediante decisão da autoridade judiciária competente na respetiva fase processual.”

2.3.2. Espanha: Um modelo restrito

A utilização das perícias de ADN em Espanha criou um sentimento bipolar, e “a doutrina e jurisprudência espanholas dividem-se na hora de admitir as perícias de ADN como meio de prova penal, pelo que se entrou numa fase de “dúvidas jurisprudenciais de admissibilidade legal da prova de ADN” (Rodrigues, 2010, p. 639). Daí que “(...), a sociedade tem vindo a exigir que as autoridades, judiciárias e policiais, encarregadas da

⁸² Responsável pela gestão da base de dados de perfis de ADN em Portugal, e Diretor o INML de Coimbra.

⁸³ Previsto no capítulo IV da Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro.

⁸⁴ Cfr. Anexo

⁸⁵ Através da Resolução da Assembleia da República n.º 81/2013.

investigação criminal dos crimes, contem com os instrumentos de investigação mais eficientes possíveis, especialmente na luta contra aqueles crimes que geram maior alarme final” (Rodrigues, 2010, p. 649), área onde a prova pelas perícias de ADN tem ganho protagonismo⁸⁶, no esclarecimento e na determinação da identidade de autores e que resulta de um bom exemplo onde a interdisciplinaridade é extremamente funcional, já que os resultados advêm do esforço mútuo estabelecido no campo da biologia, nomeadamente da biologia forense, e no campo da IC.

Por outro lado, “o único perigo do uso de tal meio de prova situava-se ao nível de lesão de direitos fundamentais tanto na fase de obtenção de amostras como ao nível do perigo de “difusão ilícita” dos dados genéticos (pessoais) obtidos” (Rodrigues, 2010, p. 637), também em Espanha o seu uso se encontra bastante restringido, de modo a garantir a defesa dos cidadãos.

2.3.3. França: Um modelo em expansão

No caso de França existe uma abertura e valorização das novas técnicas, nomeadamente do uso da informática para o combate à criminalidade. Sendo que “(...) ficheiros automatizados de forma de dados surgindo-nos como uma nova defesa e afirmação dos povos a nível biopolítico” (Rodrigues, 2010, p. 624) na defesa e garantia da segurança da população, para o bem comum da vivência em sociedade.

Este sistema jurídico evoluiu de forma significativa, para a admissão das perícias de ADN como de meio de prova. Assim, “*Loi Guigou*, de 17 de Junho de 1998, viria a criar uma base de dados genéticos para perseguição dos criminosos sexuais, (...)” (Rodrigues, 2010, p. 620) e num espaço de tempo reduzido,

“(…), em 15 de Novembro de 2001, a França adoptaria a *Loi vaillant*, que procedeu ao alargamento da base de dados genéticos para outro tipo de criminalidade, nomeadamente os crimes contra a vida das pessoas, os atos terroristas ou os atentados a bens (privados e públicos) com violência” (Rodrigues, 2010, pp. 620-621).

⁸⁶De acordo com Carracedo Álvarez “A sua utilização no esclarecimento de factos criminosos implicou uma revolução no âmbito da biologia forense e na investigação da autoria do delito.” (*sit. in* Rodrigues, 2010, p. 636).

E mesmo antes de Portugal aprovar a criação da sua base de dados de perfis de ADN, França com “(...), a *Loi Sarkozy*, de 18 de Março de 2003⁸⁷, viria a incluir um leque alargadíssimo de crimes aos quais a base de dados genéticos viria a aplicar-se, tendo-se incrementado a pena pela recusa da recolha da amostra de ADN” (Rodrigues, 2010, p. 621).

Este alargamento, com a penalização⁸⁸ de recusa de se submeter à recolha da amostra, para muitos juristas é considerado uma agressão aos direitos, porém de acordo com Rodrigues (2010, p. 621) “o maior atentado aos Direitos Fundamentais, nessa lei, ainda estava para vir, já que mais tarde se autorizou a inclusão, nessa base de dados dos perfis de ADN, de pessoas meramente suspeitas⁸⁹ (e, por isso, não detendo a qualidade de arguido)”.

Neste sistema jurídico, para além da grande abrangência da base de dados os requisitos de legitimação⁹⁰ para a realização da recolha da amostra também não se encontram revestidos da devida segurança jurídica, permanecendo na disposição do agente de polícia judiciária recolher ou ordenar a recolha da amostra, bastando, para o efeito, a existência de uma mera suspeita. O acesso⁹¹ ao ficheiro automatizado era de tal forma facilitado, que em 2001, que França se viu obrigada a criar um grupo interministerial para

⁸⁷Na opinião de Rodrigues “A LSI de 18 de Março de 2003 alargou as suas disposições ao conjunto das pessoas, sejam elas condenados, sejam suspeitos, relativamente aos quais existam fundadas suspeitas de terem cometido um crime ou uma qualquer outra infração criminal.” (2010, p. 630).

⁸⁸Rodrigues diz-nos que “(...), o legislador francês previu, no Ponto II, do artigo 706-56 do CPPF, que o facto de se recusar a submeter à recolha biológica prevista na alínea do Ponto I é punida com um ano de prisão e €15.000,00 (Quinze Mil Euros) multa. A pena aumenta para dois anos e a quantia para €30.000,00 (Trinta Mil Euros) sempre que a pessoa que se recusa é uma pessoa condenada por crime. Por outro lado, prevê-se que sempre que a pessoa que é alvo da recolha cometa ou tente cometer manobras destinadas a substituir o seu próprio material biológico pelo de uma terceira pessoa, com ou sem acordo da mesma, o mesmo será punido com três anos de prisão e uma multa de €45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Euros).” (2010, p.624).

⁸⁹De acordo com Rodrigues “(...) o FNAEG poderá conservar, além das impressões genéticas de pessoas condenadas, as impressões das pessoas contra as quais existem “indícios graves ou conclusivos” que elas tenham cometido uma das infrações (disposição introduzida por via parlamentar, dado que o texto inicial falava de “razões plausíveis de desconfiar”).” (2010, p. 634), o FNAEG é o Ficheiro Nacional Automatizado de Impressões Genéticas. Mas para garante dos direitos dos cidadão também a lei francesa prevê que “(...) as pessoas suspeitas poderão pedir o apagamento dos seus dados ao Procurador da República se a sua conservação já não se encontra justificada face à finalidade do ficheiro, (...)” (Rodrigues, 2010, p. 634)

⁹⁰De acordo com Rodrigues “Quanto à matéria da legitimidade para proceder à recolha de material biológico, o artigo 706-56, recentemente alterado pela lei n.º 2007-297, de 5 de Março de 2007, dispõe que o agente da polícia judiciária pode proceder ou mandar recolher, sob o seu controlo, no que às pessoas mencionadas nas 1.ª a 3.ª alíneas do artigo 706-54 respeita, uma recolha biológica destinada a permitir a análise de identificação a sua impressão genética.” (2010, p. 623).

⁹¹Segundo Rodrigues “Um primeiro problema, no uso de tal ficheiro, verificou-se ao nível dos procedimentos de restrição de acesso e densidade das redes de circulação da informação (genética) entre os vários intervenientes, de tal modo que se tornou necessária a criação de um grupo interministerial de gestão de tal tipo de informação.” (2010, p. 625).

fiscalização, criando também ficheiros distintos⁹² para pessoas identificadas e pessoas não identificadas.

A França, no combate à criminalidade, vai mais longe, sendo possível a “«um Tribunal Criminal de Acusação (...) ordenar, com base no artigo 16-1 do *Code Civil*, uma perícia sistemática sobre todos os homens compreendidos entre os 15 a 35 anos de idade, residentes numa aldeia, mas com o seu consentimento (...)” (Rodrigues, 2010, p. 629), sendo “os resultados da comparação eram objeto de uma informação imediata do procurador da República ou do Juiz de instrução” (Rodrigues, 2010, p. 630).

Ainda Portugal se debatia por uma lei que previsse a possibilidade de criar uma base de dados de perfis de ADN, e em França “(...), em Maio de 2003, o ficheiro continha 2500 “impressões” e 249 “vestígios”. Além disso, na semana de 20 de Outubro de 2003, mais de 1300 detidos, em quatro centros penitenciários, foram alvo de recolha de ADN, através de colheita de saliva” (Rodrigues, 2010, p. 635).

Apesar da França possuir um sistema mais liberal, existem elementos que afirmam que apesar de estarem “cientes de que a utilização das perícias de ADN pode dar corpo e satisfação a um sonho de perfeição probatória, reconhece-se que o nascimento de tal técnica pode originar um verdadeiro pesadelo se não dispuser de um firme enquadramento legal” (Rodrigues, 2010, p. 626), sendo estes elementos defensores de modelos mais restritivos, como é o caso Português.

2.3.4. Reino Unido: um modelo evoluído

No sistema implementado “no Reino Unido, a recolha de material biológico humano, com a vista à realização de perícias genéticas está na dependência da polícia⁹³ e encontra-se regulamentado por um sistema legal pouco desenvolvido. Não se torna necessário qualquer mandado (“Warrant”) ou autorização judicial, e, por outro lado, funda-se em motivos razoáveis de simplesmente “suspeitar” ou “acreditar”, bem como na convicção de que as análises “tenderão” a convencer ou a desculpar” (Rodrigues, 2010, p. 678).

⁹²De acordo com Rodrigues “Logo aqui, deparamo-nos com a distinção, não despidianda, entre “*vestígios*” (“*trace*”) (pessoa não identificada) e “*impressões*” (pessoa identificada).” (2010, p. 626).

⁹³Segundo Rodrigues “A polícia vê a sua tarefa definida como «a recolha e a consideração de todos os indícios ou provas pertinentes, aí se compreendendo as que podem inocentar o suspeito».” (2010, p. 673).

Neste sistema, apenas os perfis dos culpados são inseridos indefinidamente na base de dados, sendo os perfis dos inocentes destruídos (Rodrigues, 2010, p. 674). Porém, na recolha, para elaborar os perfis, não existe qualquer proibição de autoincriminação⁹⁴. Antes da recolha os agentes referem textualmente ao suspeito que “«não tem de se submeter a esta recolha, devo advertir-vos que se recusa sem qualquer fundado motivo, tal recusa poderá ser valorada contra vós em tribunal»” (PACE Code D Secção 5 (1) citado por Rodrigues, 2010, p. 677).

Graças à abertura deste ordenamento jurídico, “o ficheiro continha, em 1999, à volta de 500.000 perfis. No Outubro de 2002, já abrangia 1,5 milhões de perfis e, em julho 2003, à volta de 2 milhões de impressões e vestígios” (HOME OFFICE citado por Rodrigues, 2010, p. 680), a prevenção e combate da criminalidade levou a que o legislador permitisse que “(...) qualquer pessoa detida, seja qual tiver sido o crime cometido ou suspeito, verá os seus dados digitais e genéticos registados, (...)” (Rodrigues, 2010, p. 681), sendo este registo “(...) sistematicamente acompanhado de um cruzamento com as impressões do ficheiro nacional, (...)” (Rodrigues, 2010, p. 681).

No Reino Unido é possível observar o uso das novas tecnologias à disponibilidade dos órgãos do Estado, de modo a facilitar o cumprimento das tarefas fundamentais, criando o sentimento de segurança na população e reprimindo as ações ilícitas, devido à rentabilização dos meios disponíveis do próprio Estado.

⁹⁴De acordo com Rodrigues “(...), visto que, segundo o TEDH, estes últimos são, doravante, enquadrados pela lei.” (2010, p. 676)

Capítulo 3 – Metodologia e procedimentos

Uma vez concluída a revisão da literatura é hora de passarmos à componente prática desta investigação, que conflui, essencialmente, para a recolha da informação que após tratada, concorrerá para a resolução da problemática estabelecida para o trabalho.

Apesar de na Introdução, nomeadamente no subcapítulo respeitante à metodologia, já nos termos debruçado sobre o assunto em título, será neste capítulo que exporemos, de uma forma mais pormenorizada, o trabalho de campo desenvolvido.

3.1. Método de abordagem

Este trabalho, por ser de investigação aplicada⁹⁵, levou-nos à necessidade de recorrer a um método⁹⁶ de investigação⁹⁷ para recolher informação, a fim de gerar uma problemática⁹⁸ dentro de uma determinada área do saber. Para tal, recorreremos ao método hipotético-dedutivo⁹⁹ utilizando o método conjugado com a leitura exploratória de manuais e legislação relacionada com a temática. Daqui resultou a questão de partida — Qual o Enquadramento legal para uma base integrada de dados ao serviço da

⁹⁵Para Sarmiento “A investigação pode definir-se como sendo o diagnóstico das necessidades de informação e seleção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis.” (2008, p. 3)

⁹⁶De acordo Quivy e Campenhoudt “Os métodos não são mais do que formalização particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados.” (2008, p. 25)

⁹⁷De acordo Quivy e Campenhoudt “Uma investigação é, por definição, algo que se procura.” (2008, p. 31)

⁹⁸Conforme Quivy e Campenhoudt “Conceber uma problemática é igualmente explicitar o quadro conceptual da sua investigação, quer dizer, descrever o quadro teórico em que se inscreve a metodologia pessoal do investigador, precisar os conceitos fundamentais e as relações que eles têm entre si, construir um sistema conceptual adaptado da investigação.” (2008, p. 101)

⁹⁹De acordo Quivy e Campenhoudt “Método hipotético-dedutivo – Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real.” (2008, p. 144)

investigação criminal? O objetivo principal desta investigação, será, assim, responder a este problema e os que deste derivaram.

3.2. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

Após realizado o enquadramento da temática, deparamo-nos com a necessidade de obter mais informação. Para o efeito, recorremos ao método da entrevista, obtendo, desta forma, informação primária¹⁰⁰.

Neste trabalho foram realizadas entrevistas estruturadas¹⁰¹, aplicadas a um universo restrito de especialistas das várias áreas.

3.3. Local e data da pesquisa e recolha de dados

Explicado o método aplicado neste subcapítulo é importante acrescentar ainda alguma informação relativa ao local e momento em que foram aplicadas as entrevistas a cada um dos especialistas¹⁰².

Quadro 1 – Data/Local das Entrevistas

| Entrevista | Local | Data |
|---------------------------------|----------------------------|---------------------|
| Mestre Benjamim Silva Rodrigues | Via eletrónica | 17 de junho de 2013 |
| Coronel Rui Baleizão | Academia Militar (Amadora) | 24 de junho de 2013 |
| Juiz Conselheiro Simas Santos | Via eletrónica | 14 de julho de 2013 |
| Professor Doutor Corte Real | Coimbra, INMLCF | 27 de junho de 2013 |
| Dr.º Carlos Farinha | LPCPJ | 09 de julho de 2013 |
| Dr.º David Freitas | LPCPJ | 04 de julho de 2013 |
| Coronel Albano Pereira | CG-GNR | 03 de julho de 2013 |
| Major Lobo de Carvalho | CARI- GNR | 01 de julho de 2013 |

¹⁰⁰Na opinião de Sarmiento “Dados primários são pesquisados pelo investigador, com vista a satisfazer uma necessidade de informação presente e específica.” (2008, p. 9)

¹⁰¹De acordo com Sarmiento “Entrevistas formais ou estruturadas, quando o entrevistado responde a um conjunto perguntas, que fazem parte de um guião.” (2008, p. 17)

¹⁰²De acordo com Sarmiento “A informação primária qualitativa pode ser obtida em grupos de foco, entrevistas e estudos projetos.” (2008, p. 17)

A seleção do especialista, para a realização das entrevistas estruturadas, prendeu-se com o facto de estes elementos serem especialistas ligados à temática tratada. Assim, o Professor doutorando Benjamim Silva Rodrigues é o autor de um manual, que por várias vezes é citado na revisão da literatura, que explora a temática das perícias de ADN, bem como todo o enquadramento legal que as rodeia.

O Coronel Rui Baleizão é Professor de Direitos Fundamentais, tema que durante a investigação se verifica ser o grande limitador da existência de uma Base Integrada de Dados.

Quando falamos de uma obra, nada melhor que falar com o seu grande impulsionador para realmente percebermos a sua abrangência. Deste modo para falarmos da base de perfis de ADN ninguém mais conhecedor que o Professor Corte Real, que é principal responsável pela existência desta base em Portugal. Ainda sobre a base de perfis de ADN, é fundamental falar do seu conselho de fiscalização. Assim, a recolha do testemunho do Juiz Conselheiro Simas Santos, como presidente do anterior conselho de fiscalização, reveste-se de especial importância para o trabalho.

Numa ótica mais operacional, e com conhecimento de todos os procedimentos médico-legais, recolheu-se o testemunho do diretor do laboratório de polícia científica da Polícia Judiciária o Dr. Carlos Farinha e do Dr. David Freitas, também este elemento da Polícia Judiciária e mestre, sendo a sua tese relativa à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro.

Como especialistas da IC da instituição GNR, recolheu-se o testemunho do Coronel Albano Pereira que esteve toda a sua carreira ligado a estas temáticas desempenhando, principalmente, funções de comando e chefia na IC, sendo também mestre em ciências jurídico-criminais. E também com uma vasta carreira ligada à IC e aos sistemas de informações Criminais, se apresenta o Major Lobo de Carvalho igualmente entrevistado no decorrer do presente trabalho de investigação.

3.4. Descrição dos procedimentos de recolha e análise de dados

Para materialização da investigação optou-se por uma recolha documental informação posteriormente sujeita a uma análise qualitativa do conteúdo.

O trabalho de campo, fundado na análise do conteúdo documental, expressou-se na realização de entrevistas estruturadas a especialistas, estas compostas por dez questões em comum. O guião da entrevista encontra-se em apêndice B.1. Por sua vez, a análise da informação obtida, através da entrevista, foi tratada de forma qualitativa¹⁰³ e quantitativa, com o objetivo de obter resposta à problemática estabelecida, bem como encontrar pontos convergentes e divergentes nas opiniões dos especialistas.

3.5. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados

Para concretização do trabalho de campo as entrevistas aplicadas foram gravadas com o aparelho rádio telefónico Nokia *Music Express*, de modo a possibilitar uma melhor análise¹⁰⁴ das mesmas. Ainda relativamente a este último ponto, para a análise, e com o intuito de identificar aspetos convergentes e/ou divergentes de entre as opiniões manifestadas pelos entrevistados, bem como responder às questões levantadas na fase inicial, foram realizadas matrizes¹⁰⁵. Com a escolha desta metodologia, foi possível estabelecer-se uma conexão entre dos dados recolhidos.

¹⁰³ Análise qualitativa – “seriam intensivos (análise de um pequeno número de informações complexas e pormenorizadas) e teriam como informação de base a presença ou a ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do «discurso» estão articulados uns com os outros.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 227)

¹⁰⁴ “(...) os métodos de entrevista requerem habitualmente métodos de análise de conteúdos, que são muitas vezes, embora não obrigatoriamente, qualitativos.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 185)

¹⁰⁵ “(...) o conteúdo da entrevista será objeto de uma análise de conteúdo sistemática, destinada a testar as hipóteses de trabalho.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 192)

Capítulo 4 — Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

No presente capítulo serão apresentados os resultados obtidos no trabalho de campo através do tratamento dos dados recolhidos na realização de entrevistas aos diversos especialistas.

A apresentação dos resultados será efetuada fazendo uso de quadros, tabelas e figuras, de modo a apresentar as ideias mais importantes que foram referenciadas pelos entrevistados.

Seguidamente junta-se a discussão dos resultados obtidos individualmente por cada questão para melhor perceção da ideia dos especialistas aquando da referenciação de cada fragmento estudado. Para além disto, far-se-á, conjuntamente, uma articulação com a parte teórica do trabalho.

4.1. Análise das entrevistas

A análise das entrevistas iniciou-se com uma breve leitura geral, abrangente à qual se seguiu um estudo mais aprofundado com registo dos fragmentos mais importantes para posterior análise.

Para melhor entendimento e perceção do conteúdo elaborou-se uma matriz de análise quantitativa. Para o efeito, foi necessário determinar os fragmentos a estudar, estabelecendo-se uma relação entre o testemunho de cada entrevistado — Especialistas.

Após a inserção dos dados nas matrizes, os dados quantitativos foram analisados, mediante a conjugação dos mesmos, com a análise qualitativa do conteúdo dos testemunhos dos entrevistados.

4.2. Caracterização dos entrevistados

Como já foi referido anteriormente, para a recolha de informação primária, recorreu-se a especialistas ligados à área do saber envolvente da problemática em

estudo. O quadro que abaixo tem como propósito dar uma visão geral acerca das funções e conhecimentos que cada um dos entrevistados possui acerca do tema em debate.

Quadro 2 – Caracterização dos Entrevistados

| Entrevistado | Identificação | Grau Académico | Função |
|--------------|---|--|---|
| 1 | Coronel Rui Baleizão | Mestre | Juiz Militar nas Varas Criminais do Porto |
| 2 | David Freitas | Mestre em Direito | Inspetor da Polícia Judiciária |
| 3 | Benjamim Silva Rodrigues | Mestre e Doutorando, em Ciências Jurídico-Criminais, na Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra | Assistente – Professor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, regente das disciplinas: Deontologia e História da Solicitoria; Direitos Reais; Direito das Obrigações; Direito Processual Penal Fiscal; Princípios Fiscais, Contencioso e Recurso Tributário; Noções de Direito e Processo Penal (aos Cursos das Licenciaturas de Solicitoria e Administração; Administração e Secretariado; Contabilidade e Auditoria, etc.). Regente de outras disciplinas nas Pós-Graduações. |
| 4 | António Duarte Rodrigues Lobo de Carvalho, Major de Infantaria da GNR | Licenciado pela Academia Militar, em Ciências Militares, especialidade Infantaria – Segurança | 2002 – 2005: Comandante de Destacamento Territorial 2005 – 2008: Chefe da Secção Central de Análise de Informação Criminal, da Chefia de IC da GNR; 2008 – 2009: Chefe da Subsecção de IC do Grupo Territorial de Matosinhos da Brigada Territorial nº 4 da GNR |
| 5 | Manuel José Carrilho de Simas Santos | Licenciado em Direito Mestre em Direito Judiciário | Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça Professor Catedrático Convidado do SMAI Coordenador da Licenciatura em Criminologia e da área de Criminologia no ISMAI |
| 6 | Francisco Corte Real | Professor Associado com Agregação | Diretor da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, IP |
| 7 | Albano Pereira | Mestre (em Ciências Jurídico-criminais) | Assessor do Comandante do Comando Operacional |
| 8 | Carlos Farinha | Licenciado em Direito | Diretor do LPCPJ |

4.3. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Neste subcapítulo encontram-se os resultados obtidos nas diferentes questões que compõem a entrevista recorrendo-se, em primeiro lugar, a uma identificação de palavras-chave (doravante denominadas por fragmentos) que transmitem a ideia fulcral para onde aponta cada resposta, sendo assim exequível comparar a informação referida por cada entrevistado. Desta forma, foi possível proceder a uma referência identificando quais os fragmentos mencionados em cada resposta dada. Estes fragmentos vêm então estabelecidos no quadro n.º 3 que abaixo se indica.

Posto isto, utilizaram-se tabelas quantitativas e figuras representativas da frequência com que determinado fragmento experimenta e portanto, para o qual cada resposta aponta maior número de vezes.

Quadro 3 — Codificação Alfanumérica das Entrevistas

| | Codificação Alfanumérica das Entrevistas | |
|--------------------|---|----------------------------------|
| Questão 1.1 | Segmentação 1.1.1 | Eficiência |
| | Segmentação 1.1.2 | Celeridade |
| | Segmentação 1.1.3 | Uniformização da informação |
| Questão 1.2 | Segmentação 1.2.1 | Fuga de informação |
| | Segmentação 1.2.2 | Violação de Direitos |
| | Segmentação 1.2.3 | Exposição social |
| | Segmentação 1.2.4 | Erros de rotinização |
| Questão 2 | Segmentação 2.1 | Centralização da informação |
| | Segmentação 2.2 | Nível de operatividade |
| | Segmentação 2.3 | Evita sobreposição de informação |
| | Segmentação 2.4 | Fidedignidade da informação |
| Questão 3 | Segmentação 3.1 | Quebra da segurança dos dados |
| | Segmentação 3.2 | Deslealdade investigatória |
| | Segmentação 3.3 | Não existir fiscalização |

| | | |
|-------------------|-------------------------|---|
| Questão 4 | Segmentação 4.1 | Constitucionais, art.º 35.º CRP |
| | Segmentação 4.2 | Alienação do fim para que foram recolhidos |
| | Segmentação 4.3 | Libertinagem de acesso à informação |
| | Segmentação 4.4 | Falta de lei específica |
| | | |
| Questão 5 | Segmentação 5.1 | Sim |
| | Segmentação 5.2 | Não |
| | | |
| Questão 6 | Segmentação 6.1 | Sim |
| | Segmentação 6.2 | Não |
| | | |
| Questão 7 | Segmentação 7.1 | Sigilo |
| | Segmentação 7.2 | Direito de não se autoincriminar |
| | Segmentação 7.3 | Proibição de interconexão de dados pessoais |
| | Segmentação 7.4 | Direitos Fundamentais |
| | | |
| Questão 8 | Segmentação 8.1 | Direito de não se autoincriminar |
| | Segmentação 8.2 | Direito ao silêncio |
| | Segmentação 8.3 | Direitos Fundamentais |
| | Segmentação 8.4 | Poder-se-á constituir como salvaguarda dos Direitos |
| | | |
| Questão 9 | Segmentação 9.1 | Direito do silêncio |
| | Segmentação 9.2 | Direito de "calar o corpo" |
| | Segmentação 9.3 | Não contribuir com prova desfavorável |
| | Segmentação 9.4 | Dever de colaborar com a justiça |
| | | |
| Questão 10 | Segmentação 10.1 | Necessidade de gerar um equilíbrio |
| | Segmentação 10.2 | Consciencialização da população para a necessidade de segurança |
| | Segmentação 10.3 | Dependência entre segurança e liberdade |
| | Segmentação 10.4 | Restrição de Direitos |

4.3.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1

A questão n.º 1 — Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da existência de uma base integrada de dados? — uma vez que contém duas variáveis e para simplificar a sua análise, foi subdividida na questão n.º 1.1 — Quais as vantagens da existência de uma base integrada de dados ao serviço da IC; e na questão n.º 1.2 —

Quais as desvantagens da existência de uma base integrada de dados ao serviço da investigação criminal?

4.3.1.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1.1

Na tabela n.º 1 apresentamos os resultados obtidos nas respostas à questão n.º 1.1.

Os resultados obtidos dizem-nos que os três dos fragmentos estudados, (sendo eles a eficiência, a celeridade e a uniformização da informação) foram referidos por seis dos oito entrevistados, como é possível observar através da figura n.º 2. A maioria dos entrevistados identifica, com facilidade, a eficiência como a maior vantagem da existência de uma BID sendo que essa eficiência resulta, como refere David Freitas, da “(...) centralização de ficheiros, situação que permite uma análise de informação mais célere, mais apurada e efetiva do problema em análise” bem como da “uniformização de protocolos e de acessos” e, como refere Lobo de Carvalho “que ao integrarmos SI, aumentamos a qualidade, a fiabilidade e a consistência das informações. O que no final resultará num aumento de qualidade do processo de IC, reduzindo-se a probabilidade da existência de redundância dos dados e do erro.”

Apesar do que é dito, de acordo com o Diretor do LPCPJ “o acesso à informação não deve ser completamente aberto, deve obedecer a regras, deve ser controlada, auditável, rastreável, deve-se saber quem acede, e depois se necessário porque é que acedeu” sendo evidente que existem vantagens de “um maior acesso à informação, de forma mais célere, de forma a potenciar o apoio para à IC, para os resultados da IC.”

Para Albano Pereira existir apenas uma BID parece “impossível e até desaconselhável” mas considera “muito diferente haver várias BD alojadas em sistemas interconetáveis, com alimentação e acessos diretos decorrentes de uma política de cooperação entre os atores de IC”

Para Benjamim Rodrigues “A legitimidade advirá dos bens ou direitos fundamentais em conflito (...)” e dos “direitos fundamentais do investigado (...)” e por outro lado “(...) o interesse da sociedade”.

Tabela 1- Análise quantitativa da questão n.º 1.1.

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|------------|------|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | Resultados | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | |
| Questão 1.1 | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 1.1.1 | x | x | | x | x | | x | x | 6 | 8 | 0,75 |
| Segmentação 1.1.2 | x | x | | x | x | x | | x | 6 | 8 | 0,75 |
| Segmentação 1.1.3 | x | x | x | x | x | | x | | 6 | 8 | 0,75 |

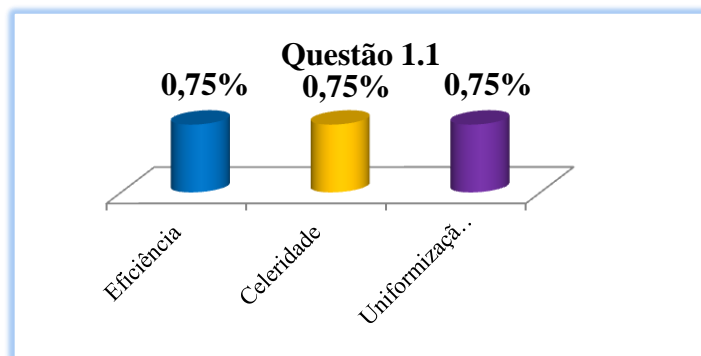


Gráfico 1 – Análise da questão n.º 1.1

4.3.1.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1.2

A tabela n.º 2 apresenta os resultados da análise da questão n.º 1.2 — Quais as desvantagens da existência de uma BID ao serviço da IC?

Da observação da mesma podemos referir que quatro dos entrevistados citaram a fuga de informação como desvantagem da existência da BID. Dos oito entrevistados, seis deles referiram a possível violação dos direitos dos cidadãos, metade dos entrevistados referiu a exposição social dos cidadãos e apenas dois deles referiram a rotinização dos procedimentos policiais. Esta rotinização poderá levar a erros no tratamento da informação criminal. Nenhum dos entrevistados referiu as quatro desvantagens analisadas como é possível observar no gráfico n.º 2.

Logo à partida, Lobo de Carvalho identifica como “[desvantagens] (do) sistema desta natureza permanecem intrinsecamente ligadas à provável existência de conflitos de direitos fundamentais, com a sua materialização” sendo posteriormente evidenciado por David Freitas o fato deste sistema “(...) permitir ou pode permitir obter um maior controlo sobre o cidadão”, alertando ainda que, um “(...) maior fluxo informativo de dados, significa obrigatoriamente uma maior sujeição ou exposição a um eventual ataque cibernético, o que a suceder, implica ou poderá implicar uma perda massiva de dados, com repercussões totalmente imprevisíveis.” Reforçando esta ideia, Corte Real

afirma que “em termos da segurança dos dados, quanto mais integração houver, maiores são os riscos para a salvaguarda dos dados.”

Na perspectiva de Albano Pereira não se pode ter em consideração a “(...) eficácia em matérias de colisão com os direitos fundamentais. Exatamente, porque a atuação subordinada ao princípio da eficácia tende a desvalorizar a observância de condicionantes legais” alertando que uma BID poder-se-ia configurar num “(...) poder desmesurável, e ser utilizado para fins ilícitos.”

Por sua vez Benjamim Rodrigues, alerta para fato de existir “um limite absoluto e inultrapassável das BD, que é o que se reporta com a dignidade da pessoa humana (...), a proibição de aniquilamento do “núcleo essencial” da intimidade imprescindível a uma vida com dignidade.”

Porém para Carlos Farinha “os riscos poderão ser esbatíveis se existirem mecanismos de filtragem, de controlo, e de rastreabilidade” sendo neste sentido referido por Rui Baleizão, que o “conselho de fiscalização tem de saber a que dados o utilizador acedeu e a necessidade de tal, o que pode e o que não pode ir consultar, determinados movimentos têm de ficar registados de forma expressa, e estes registos tem de ser analisados” servindo este controlo como garante dos direitos dos cidadãos.

Tabela 2 – Análise quantitativa da questão n.º 1.2

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|------------|------|--|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | Resultados | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | | |
| Questão 1.2 | | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 1.2.1 | | x | | | | x | x | x | 4 | 8 | 0,5 | |
| Segmentação 1.2.2 | x | | x | x | x | x | x | | 6 | 8 | 0,75 | |
| Segmentação 1.2.3 | | x | x | | | | x | x | 4 | 8 | 0,5 | |
| Segmentação 1.2.4 | | | x | | | | | x | 2 | 8 | 0,25 | |

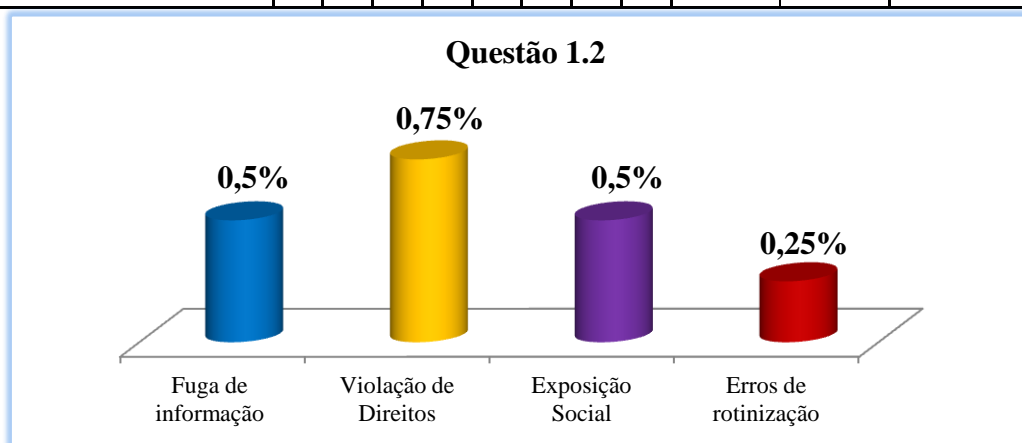


Gráfico 2 – Análise da questão n.º 1.2

4.3.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2

A tabela n.º 3 apresenta os resultados obtidos na análise da questão n.º 2 — Qual a utilidade de uma base integrada de dados ao serviço da investigação criminal?

Dos resultados obtidos pode-se referir que cinco entrevistados referiram a centralização da informação e o nível de operatividade como utilidade da BID. Seis deles referem como utilidade o fato de não existir sobreposição de informação e a fidedignidade da mesma. É pertinente salientar que apenas dois dos especialistas referem os quatro segmentos estudados, três referem três dos segmentos, dois deles identificam apenas dois dos segmentos existindo apenas um dos especialistas a referir apenas um dos segmentos.

Rui Baleizão refere que “para se ter eficácia e eficiência na investigação, é necessário ter-se a informação necessária, a um custo mais baixo, e sem atropelos dos OPC”, ideia que é reforçada por Simas Santos que nos diz que “num trabalho de investigação que é, cada vez mais proactivo, com monitorização em tempo real do cometimento do crime, e imediata recolha de prova, a partilha de informação revela-se igualmente da maior utilidade”, sendo que esta “partilha de informação entre as entidades às quais está entregue a IC permite avanços substanciais em todas as investigações, ao gerar sinergias que se traduzem num completar de sucessivos puzzles (...)”.

Mesmo para Corte Real, que não identifica como necessária a existência de uma ligação da BD de perfis de ADN com outras BD que não sejam elas de ADN, vê “uma importância enormíssima” dizendo que no seu entender “a nossa lei permite muito mais do que atualmente a BD de perfis de ADN está a dar”. Também o professor Benjamin Rodrigues, apesar de defender que BID colocaria em causa os direitos fundamentais dos cidadãos, afirma que “uma BID leva a ganhos ao nível da operatividade, conectividade, fidedignidade e “informação em tempo real”, já que, estando tudo num só lugar e à disponibilidade de todos, evitar-se-iam erros de sobreposição de linhas investigatórias e erros de identificação e investigação. Há ganhos temporais, económicos e de “força probatória” já que a informação aparece toda uniforme e sem contradições.”

Indo de encontro ao afirmado por David Freitas e por Lobo de Carvalho que nos diz que “facilmente se compreende que uma BID ao serviço da IC” se caracteriza como

uma grande utilidade devido ao fato da “informação (ser) recolhida de forma uniforme, resultando numa rápida disponibilização, divulgação e acesso”, o Coronel Albano Pereira relembra “os quatro principais instrumentos de cooperação no âmbito da IC – a partilha de informação criminal, a coordenação, a articulação e o emprego de equipas mistas (...) (dizendo que) estão muito dependentes da existência de BD” e que “a partilha de informação criminal, só permite atingir níveis elevados de eficiência se for efetuada através de acesso direto ao sistema integrado de dados, ou pelo menos interconetáveis”, sendo para ele o “acesso direto a sistemas integrados considerado como o instrumento de cooperação mais qualificado”, afastando a “tendência que o Homem tem, para evitar partilhar a informação que possui”.

Por sua vez Carlos Farinha afirma que “Desde que se esse aproveitamento (respeite) as regras, as tais regras da necessidade e da legitimidade, como princípios norteadores, esse aproveitamento teria consequentemente mais celeridade.”

Tabela 3 – Análise quantitativa da questão n.º 2

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|---|------------|--|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | | Resultados | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | | |
| Questão 2 | | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 2.1 | x | x | | | x | | x | x | 5 | 8 | 0,625 | |
| Segmentação 2.2 | x | | x | | x | x | x | | 5 | 8 | 0,625 | |
| Segmentação 2.3 | x | x | x | x | x | | x | | 6 | 8 | 0,75 | |
| Segmentação 2.4 | x | x | x | x | x | | | x | 6 | 8 | 0,75 | |

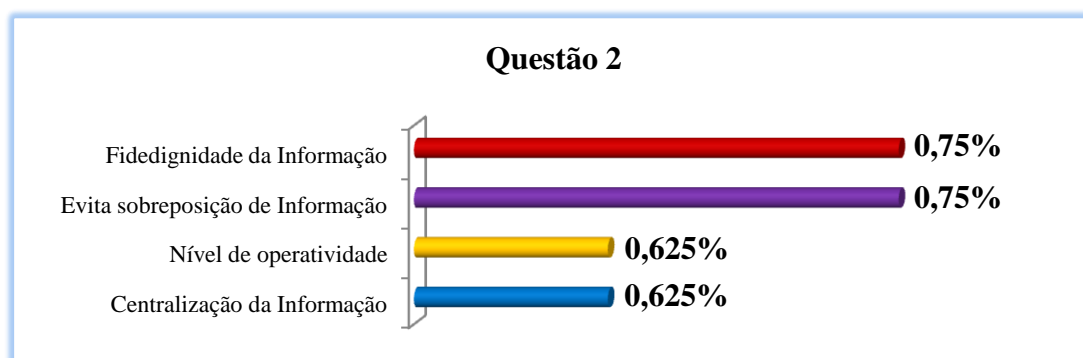


Gráfico 3 – Análise da questão n.º 2

4.3.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3

A tabela n.º 4 apresenta os resultados obtidos da análise da questão n.º 3 — Na sua opinião quais os riscos inerentes à existência de uma base integrada de dados?

Desta demonstra-se que três dos entrevistados identificam como limitação a deslealdade investigatória, seis deles a quebra de segurança relativa aos dados inseridos na BID e sete deles referenciam como principal limitação a não existência de fiscalização da recolha, tratamento e utilização dos dados. Somente um dos entrevistados indica apenas uma limitação, existindo também apenas um que refere os três fragmentos em análise, sendo que 80% dos entrevistados referem duas limitações.

Para Rui Baleizão apesar de relembrar “a necessária legitimidade e legalidade, (alerta-nos que) é necessário que exista uma mentalização da sociedade, para perceber o quanto é importante essa BD.” Tendo isto em mente não identifica dados susceptíveis de “colidir com os direitos dos cidadãos, partindo do princípio que haja confiança por parte das pessoas que esses dados só serão utilizados quando necessários, e na estrita medida do necessário”, acrescentando que “o maior risco é não haver uma fiscalização adequada e oportuna”. Na mesma linha de pensamento o professor Corte Real afirma que “desde que estivesse salvaguardado o sigilo e a segurança dos dados, os riscos poderiam ser reduzidos aos mesmos que existem atualmente.”

Porém numa visão mais restritiva, Benjamim Rodrigues alerta que “uma BID tem problemas de constitucionalidade”, para além dos seguintes riscos “rotinização das investigações; aumento dos riscos de errónea informação por deficiente tratamento; lesão de direitos fundamentais; deslealdade investigatória, devassa da vida privada; ofensa à dignidade da pessoa humana”. Também Simas Santos, nos diz que “os riscos essenciais se prendem com a possibilidade de lesão desproporcionada dos direitos e garantias fundamentais do cidadão (...)”.

Na visão de Albano Pereira, os riscos estão “relacionados com o problema de ser um poder desmesurado e com os riscos associados ao exercício desse poder” alertando que os “riscos justificam e impõem um rigoroso, apertado e sistemático quadro de responsabilização.”

Nesta linha de pensamento, também Lobo de Carvalho refere que “o maior risco será que esta fronteira entre esta natureza distinta de dados se desvaneça e com ela a garantia de proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.”

Tabela 4 – Análise quantitativa da questão n.º 3

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|---|------------|--|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | | Resultados | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | | |
| Questão 3 | | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 3.1 | | x | | x | x | x | x | x | 6 | 8 | 0,75 | |
| Segmentação 3.2 | | | x | | x | | x | | 3 | 8 | 0,375 | |
| Segmentação 3.3 | x | x | x | x | | x | x | x | 7 | 8 | 0,88 | |

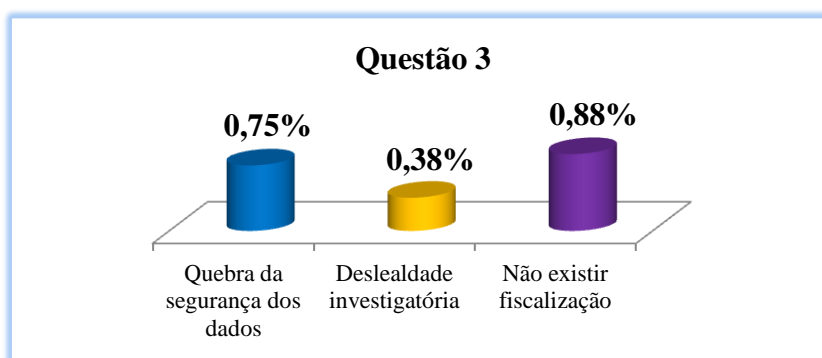


Gráfico 4 – Análise da questão n.º 3

4.3.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4

A tabela n.º 5 representa os resultados obtidos da análise da questão n.º 4 — Na atual situação, o que limita legalmente o cruzamento das diversas bases de dados existentes?

A partir da sua análise podemos afirmar que três dos entrevistados identificam como limites à existência da BID a possibilidade de libertinagem de acesso à informação contida nessa base, quatro deles referiram a existência de limitações constitucionais a nível do art.º 35.º e da falta de lei específica para que a BID seja uma realidade, e seis dos entrevistados referiram como limitação a “alienação do fim” para o qual os dados foram recolhidos. De referir ainda que apenas um dos entrevistados menciona somente um dos fragmentos, sendo também apenas um que refere os quatro fragmentos em estudo. Os restantes entrevistados expõem dois dos quatro fragmentos como é possível observar no gráfico n.º 5.

O juiz conselheiro Simas Santos menciona que “no caso das BD de Perfis de ADN a lei 5/2008 exige que essas bases se mantenham isoladas, parecendo, pois,

impedir a sua integração numa BD mais geral”, o que significa que a BID, na atual situação do ordenamento jurídico, será inconcebível. Apesar de nos dizer que atualmente não é possível ligar a BD de perfis de ADN, Corte Real diz-nos que “a lei não define expressamente que ligação, o que refere é “poderá haver ligações no sentido de satisfazer os compromissos assumidos pelo país, em termos de cooperação internacional”

De forma mais restritiva Benjamim Rodrigues afirma que “há um problema constitucional à partida (...) (alertando para) o artigo 35.º (...) (que) consagra o direito à autodeterminação informacional mesmo relativamente às BD manuais! Ora bem, a interconexão de dados implica o tal problema de [alienação do fim]”, alertando que “com no cruzamento de dados há o perigo de uma maior “libertinagem” no acesso e uso dos dados pessoais.” e para que tal fosse possível era necessário uma “lei específica”. Não deixa contudo de referir que “na verdade, a interconexão é possível em certas situações, mas não em massa”.

Também para David Freitas quando falamos “na criação de uma BD, o art.º 35.º da CRP, representa uma pedra fundamental, na medida em que reconhece três direitos fundamentais em matéria de defesa contra o tratamento informático de dados pessoais (...)”, porém salienta “que o legislador constitucional, prevê algumas exceções que só podem acontecer quando está em causa a proteção de direitos ou bens constitucionalmente protegidos como o combate à criminalidade, a defesa da existência do Estado e outros direitos fundamentais (artigo 18.º da CRP).” Reforçando as limitações legais, Lobo de Carvalho chama-nos à atenção para “a Lei da Proteção de Dados Pessoais (LPDP), que define as linhas gerais pelas quais se orienta a criação de repositórios de informação relativa a dados pessoais. Determina, em concreto, a proibição do tratamento de dados pessoais de determinada natureza, onde se encontram, entre outras variáveis, os dados genéticos.”

Numa vertente mais prática, Albano Pereira relata que “temos de ter sempre presente que é necessário evitar a concentração deste poder” apesar de afirmar que o sistema implementado no SIIC ao “estabelecer o acesso apenas decorrente de pedido em tão elevada quantidade de situações é estabelecer uma exagerada burocracia, é tornar burocrático o que o sistema integrado visou agilizar”

Tabela 5 – Análise quantitativa da questão n.º 4

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|------------|------|--|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | Resultados | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | | |
| Questão 4 | | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 4.1 | | x | x | x | x | | | | 4 | 8 | 0,5 | |
| Segmentação 4.2 | x | | x | x | x | x | x | | 6 | 8 | 0,75 | |
| Segmentação 4.3 | | x | x | | | | x | | 3 | 8 | 0,38 | |
| Segmentação 4.4 | x | | x | | | x | | x | 4 | 8 | 0,50 | |

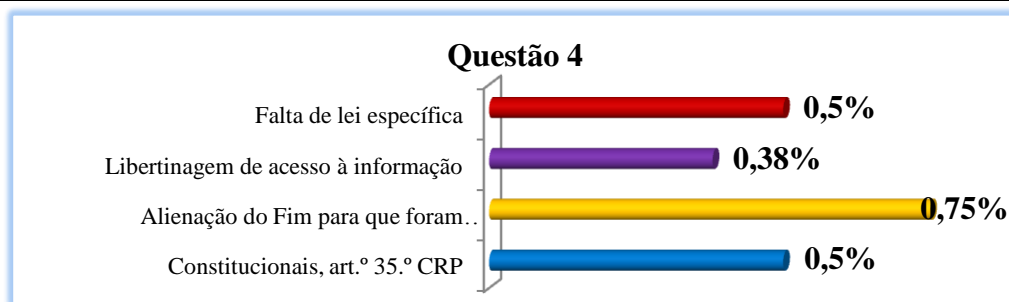


Gráfico 5 – Análise da questão n.º 4

4.3.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5

A tabela n.º 6 representa os resultados obtidos da análise efetuada à questão n.º 5 — A recolha de uma amostra biológica, para a realização de uma perícia de ADN, poderá ser de carácter coercivo/oficioso? Se sim, poder-se-á verificar uma tipificação de desobediência?

Da análise podemos verificar que cinco dos entrevistados defendem que se pode realizar a perícia de ADN mesmo que de forma coerciva. Os restantes três entrevistados defendem que o uso da força torna a recolha da amostra biológica numa prova proibida como é possível verificar de forma simples através do gráfico n.º 6.

De acordo com Rui Baleizão “a lei é igual para todos. Porque estamos num Estado de Direito Democrático, e as leis são para cumprir”, referindo ainda que “de qualquer forma para os mais remitentes, dependendo do grau da ameaça ou a necessidade de utilização deste tipo de meio, assim será determinado, as pessoas acabam por aceder e entender.”. Na mesma linha de pensamento David Freitas defende que “para a obtenção do necessário material biológico para a elaboração do perfil genético, mediante a autorização da autoridade judiciária competente, conforme o artigo 172.º (Sujeição a exame) do CPP, prevê-se o uso da força”. Esta opinião é também

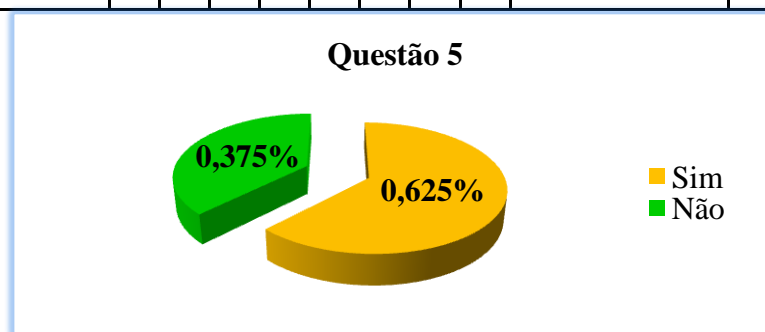
partilhada por Corte Real, que vai mais longe dizendo que “seria muito fácil, para um indivíduo que tenha cometido um homicídio, por exemplo, recusar-se. Eu acho que não se pode admitir, então estamos a brincar”.

Na opinião de Carlos Farinha “numa recolha de uma amostra, para determinação de um perfil de ADN, é necessário ter em consideração o caso concreto, e verificar se existe necessidade e se é legítimo que se comprima os direitos do sujeito alvo”. Também para Albano Pereira, quando “estamos no âmbito do direito à não autoincriminação, ou do chamado princípio do *nemo tenetur* (...) é muito difícil conciliar os direitos dos arguidos com os direitos das vítimas”, dizendo-nos que nestes casos é necessário termos em consideração “o princípio da proporcionalidade nas dimensões dos subprincípios da necessidade e da proporcionalidade em sentido restrito, dado que é inquestionável que a perícia de ADN é, a par das perícias de impressões digitais, aquelas que são mais adequadas a identificar pessoas, pelo que nem se coloca o problema da ponderação do subprincípio da adequação”, acrescentando que “a recusa de colaboração para ato de recolha de ADN é um direito do arguido, que pode ser ultrapassado, por outros métodos, incluindo, numa situação limite, o uso da força física, mas não constitui crime de desobediência.”

Numa perspetiva mais restritiva Lobo de Carvalho, alerta-nos que “não poderá ser considerada válida a prova recolhida com recursos a meios coercivos”, e neste seguimento “contra a vontade do arguido, os testes de ADN não podem ser realizados, mesmo que haja ordem judicial”. Porém “havendo lugar à recusa por parte do arguido, a sua opção, se cominada, poderá preencher os elementos que caracterizam o crime de desobediência, com a subsequente sanção em sede de direito penal”. Com uma visão também restritiva Benjamim Rodrigues defende que “nunca pode ser recolhida substância biológica, para efeitos de fixação dos perfis de ADN, mediante uso da força pública (...)”, reforçando a sua ideia dizendo que tal prática “é um sintoma de [atraso civilizacional]”

Tabela 6 – Análise quantitativa da questão n.º 5

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|---|------------|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | | Resultados |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | |
| Questão 5 | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 5.1 | x | x | | | X | x | | x | 5 | 8 | 0,625 |
| Segmentação 5.2 | | | x | x | | | x | | 3 | 8 | 0,375 |



4.3.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6

A tabela n.º 7 traduz os resultados obtidos na análise da informação recolhida para a questão n.º 6 — Se não existir um arguido/nem mesmo um suspeito poderá se realizar uma perícia ADN para fins de comparação?

Quando questionados se será possível quando não existe um arguido realizar a perícia de ADN, facilmente se observa que existe uma divergência entre os entrevistados, sendo fácil de constatar observando o gráfico n.º 7.

De acordo como inspetor David Freitas, antes de mais “convém realçar a importância de identificação, ou a necessidade de individualização no contexto de IC como sendo provavelmente um dos elementos mais importantes numa IC”.

Para Simas Santos “de acordo com a Lei n.º 5/2008, BD de Perfis de ADN só pode ser colhido material biológico a arguido e não a suspeito (...)”. Porém de acordo com o professor Corte Real “já tem havido situações em que o indivíduo não é arguido em que tribunais mandam fazer a colheita para determinação do perfil de ADN, não para ser inserido na BD de perfis de ADN, mas apenas para uma comparação direta com a amostra problema, num caso concreto”. No seguimento deste pensamento Lobo de Carvalho afirma que “a Lei nacional poderá ser considerada bastante restritiva, sendo espectável que possa a natural evolução deste sistema passe por diminuir o plano da sua

exigência, dando mais capacidades aos OPC, com a salvaguarda de que os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos permaneçam protegidos”.

Na perspectiva de Rui Baleizão a importância do trabalho “quer da magistratura do MP quer da magistratura Judicial, é determinante, no âmbito do princípio da legalidade”, a mesma opinião partilha Carlos Farinha que nos diz que “se ele (o arguido) tem o direito de dizer não, o que eu acho é que este não, pode ser ultrapassado através da intervenção de uma autoridade judicial com competência para esse efeito” expressando ainda que “o facto de ele se recusar após ter havido uma ordem judicial, terá sempre duas consequências: 1.º - Tem que se lhe aplicar a força proporcional e necessária para a realização da recolha; 2.º- deve-se participar criminalmente. Eventualmente, ele poderá ser julgado por um crime de desobediência.”

Esta temática complexa provoca muita divergência de opiniões. Numa perspectiva restritiva Albano Pereira, expressa a sua convicção dizendo que “se não houver um arguido/suspeito, não é possível realizar-se uma perícia de ADN efetuada a amostra decorrente de recolha coerciva, apenas se a recolha tiver sido efetuada sob consentimento ou se a perícia incidir em vestígio biológico recolhido na cena de crime, para comparar com os perfis existente nas BD de ADN”

Tabela 7 – Análise quantitativa da questão n.º 6

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|------------|-----|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | Resultados | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | |
| Questão 6 | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 6.1 | x | x | | | | x | | x | 4 | 8 | 0,5 |
| Segmentação 6.2 | | | x | x | x | | x | | 4 | 8 | 0,5 |

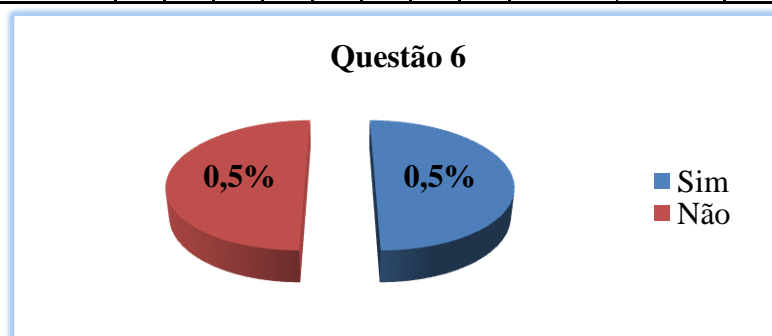


Gráfico 7 – Análise da questão n.º 6

4.3.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7

A tabela n.º 8 traduz os resultados obtidos da análise da questão n.º 7 — Em que medida a existência de uma base integrada de dados poderá interferir com os Direitos das pessoas?

Através destes resultados é possível afirmar que os entrevistados referiam que os direitos dos cidadãos estariam a ser violados com a existência de uma BID. Cinco deles referem que a lei proíbe a interconexão de dados pessoais, cinco deles dizem que estão em causa Direitos Fundamentais e logo, por isso, é necessário que a Lei preveja esta limitação/restricção de direito. Dois deles referem ainda a quebra do sigilo e um deles refere expressamente que o direito de não se autoincriminar está posto em causa. De referir ainda que um dos entrevistados não menciona que os direitos estão a ser violados, um outro apenas não refere a proibição de interconexão de dados, os restantes indicam dois dos fragmentos analisados. Para uma melhor perceção do referido, recorre-se ao gráfico n.º 8.

Para Simas Santos “no que se refere aos perfis de ADN tal seria totalmente interdito pela Lei n.º 5/2008 que pretende que a respetiva BD só possa ser interrelacionada com bases idênticas de outros países”. Para Benjamin Rodrigues “as BD podem tocar na dignidade da pessoa e familiar, no seu [direito a não conhecer]”. Reforçando esta ideia o Coronel Albano Pereira afirma que “as BD, quer sejam integradas ou não integradas, são susceptíveis de colidir, sempre, e em muito, com os direitos das pessoas. Mas também são idóneas a ajudar a prosseguir os direitos das pessoas”, porém “se for em bases integradas, os riscos, a suscetibilidade de ocorrerem e a gravidade dos mesmos tendem a ser muito mais elevadas”.

Apesar de concordar que as BD poderão interferir com os direitos, Rui Baleizão afirma que “dentro da legalidade, este mecanismo — BID — vai servir para serem repostos os direitos, e naturalmente punir aqueles que não cumprem os deveres, aqui a legalidade é perfeitamente estabelecida”. Também David Freitas alerta para legalidade, mas não deixa de parte “a componente humana, presume-se que quem aceda à BD seja idóneo, isto é, que o acesso seja legítimo e em conformidade com os princípios de necessidade, legalidade e proporcionalidade inerentes à IC”, dizendo que o erro está intrínseco à atividade humana. Também consciente da colisão com os direitos, Lobo de Carvalho diz-nos que “importa, no entanto, referir que o êxito da atividade de IC não

reside exclusivamente na operacionalização de sistemas com estas características: estes terão sempre uma natureza auxiliar da atividade de IC, contribuindo, a par de outros instrumentos e capacidades, para o sucesso das investigações em curso.”

Numa visão mais aberta encontra-se Carlos Farinha, dizendo que “em tese, a lei poderá o permitir. Uma vez que os objetivos das comparações, dos perfis, não são apenas objetivos de incriminar. São muitas vezes esclarecer e inocentar.”

Tabela 8 – Análise quantitativa da questão n.º 7

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|------------|-------|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | Resultados | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | |
| Questão 7 | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 7.1 | x | x | | | | | | | 2 | 8 | 0,25 |
| Segmentação 7.2 | x | | | | | | | | 1 | 8 | 0,125 |
| Segmentação 7.3 | | x | x | x | x | | | | 4 | 8 | 0,5 |
| Segmentação 7.4 | x | | x | x | | | x | x | 5 | 8 | 0,625 |

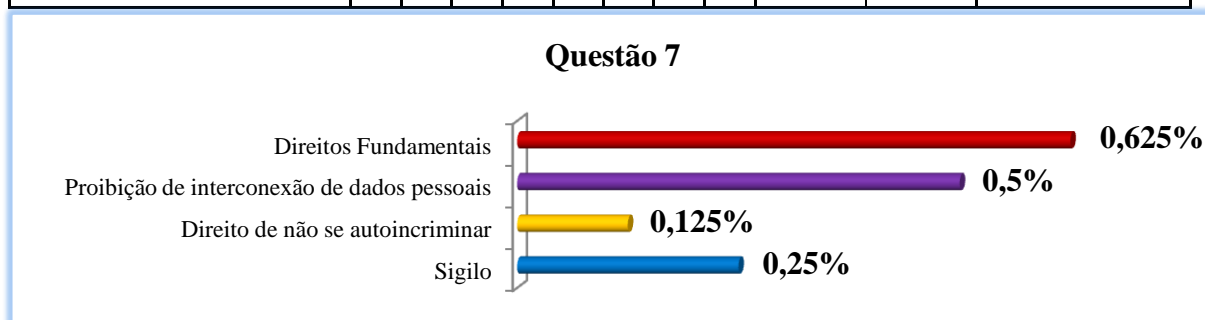


Gráfico 8 – Análise da questão n.º 7

4.3.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8

A tabela n.º 9 expressa os resultados da análise da questão n.º 8 — Em que medida a realização de uma perícia de ADN poderá afetar os direitos do cidadão?

A partir da tabela abaixo referida é fácil afirmar que dois dos entrevistados identificam que a perícia de ADN poderá por em causa o direito de não se autoincriminar e o direito do silêncio do visado. Quatro dos entrevistados dizem que a perícia de ADN interfere com os direitos fundamentais de cada cidadão, sendo de referir que três dos especialistas afirmam que a perícia de ADN se poderá constituir como uma salvaguarda dos direitos contra as atividades delituosas. Cinco dos entrevistados apenas

identificam um dos fragmentos em estudo e os restantes referem dois. (*Vide* gráfico n.º 9).

Para Benjamim Rodrigues é evidente a violação de diversos direitos, tal como é para Simas Santos, que de forma concisa nos diz que “uma perícia de ADN pode afetar o direito à integridade física, à reserva da vida privada, ao direito informacional, à identidade genética”, também Albano Pereira nos diz que “optar pelo silêncio para não se autoincriminar tem a mesma função da recusa de colaborar em ações que visam aceder a dados pessoais.”

Por outro lado Lobo de Carvalho alerta-nos para a “legitimidade para a realização desta tipologia de exames e perícias, num quadro geral de defesa da segurança da sociedade, implica sempre a cedência da reserva da nossa vida privada em detrimento da segurança coletiva”. Também nesta linha de pensamento Corte Real afirma que “desde que seja garantida a segurança no local onde estão as amostras, onde são guardadas, desde que exista um controlo efetivo de acesso a esses locais e aos laboratórios tendo em consideração o tipo de marcadores que vão ser analisados, desde que tudo isto esteja salvaguardado, os direitos dos cidadãos não estão em causa” e “no caso de algum técnico infringir as normas, existe responsabilidade disciplinar e criminal” uma vez que “é impossível garantir a total segurança”. Também para Rui Baleizão “desde que seja tratado de acordo com toda a confidencialidade e dando-lhe um grau de segurança, - grau de segurança máximo” e que o tratamento destes dados seja efetuado “por um núcleo muito restrito” “não considera que haja violação dos direitos, tem que se verificar uma atividade policial, justificada, proporcional, adequada.” Indo mais longe, David Freitas refere que com a “evolução da tecnologia, assistimos a uma exponencial disponibilização de meios em todos os quadrantes da vida humana, sendo que a IC também tem acompanhado tal evolução, nomeadamente através da possibilidade de identificação de um indivíduo, através da análise do ADN” sendo da mesma opinião Carlos Farinha que nos diz que apenas “estamos a falar do aproveitamento das tecnologias da inovação à nossa realidade, à IC. As novas tecnologias não são só um serviço para o crime, também é um serviço de combate ao crime”.

Tabela 9 – Análise quantitativa da questão n.º 8

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|---|------------|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | | Resultados |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | |
| Questão 8 | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 8.1 | | | x | | | | x | | 2 | 8 | 0,25 |
| Segmentação 8.2 | | | x | | x | | | | 2 | 8 | 0,25 |
| Segmentação 8.3 | | x | | x | | | x | x | 4 | 8 | 0,5 |
| Segmentação 8.4 | x | | | | | x | | x | 3 | 8 | 0,375 |

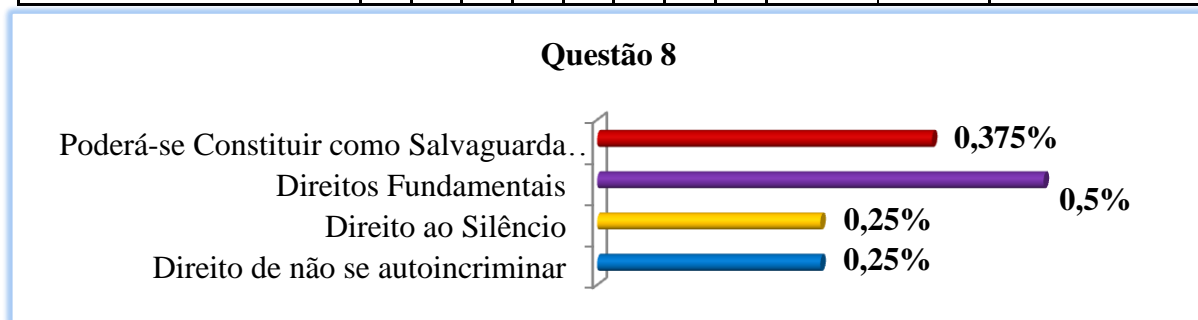


Gráfico 9 – Análise da questão n.º 8

4.3.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9

A tabela n.º 10 apresenta os resultados obtidos da análise da questão n.º 9 — Em que medida as perícias de ADN poderão por em causa, ou condicionar o direito de não se autoincriminar, ou o direito ao silêncio?

Desta análise podemos concluir que um dos entrevistados afirma que caso a perícia seja uma prova proibida, quando a amostra é obtida de forma coerciva, não poderá ser valorada, logo não colocará em causa qualquer um dos direitos referidos na questão. Dois dos especialistas afirmam que ao utilizarmos esta prova, a perícia de ADN, estamos a violar o direito de “calar o corpo”, uma forma do direito ao silêncio, ou seja, estamos a contribuir para produzir prova desfavorável. Acompanhando esses dois entrevistados temos mais dois (no total quatro entrevistados) que veem as perícias de ADN como violadoras do direito ao silêncio, direito que assiste ao arguido, encontrando-se consagrado na Constituição, nomeadamente nas garantias processuais. Por outro lado podemos afirmar que cinco dos especialistas referem que o arguido tem também o dever de colaborar com a justiça, nos quais não se englobam os dois especialistas que defendem que com esta perícia se está a fazer “falar o corpo”.

De acordo com Rui Baleizão, é necessário ter “efetivamente a percepção da necessidade da segurança e da liberdade e que uma condiciona a outra”, por sua vez Corte Real questiona “Qual é o mal, mesmo que não tenha sido ele o autor do crime, em se fazer o perfil? O perfil não codificante? Não tem mal nenhum, é como a impressão digital”.

Para Simas Santos “o direito à não incriminação refere-se ao direito ao silêncio do arguido sobre os factos de que é acusado, mas já não abrange as revistas, bem como a colheita de elementos a ele respeitantes, designadamente para exames periciais”. Também partilhando desta opinião, David Freitas afirma que “o legislador não se preocupa com o direito ao silêncio, dado que o meio de obtenção de prova, relativo aos exames consagrados nos artigos 171.º e seguintes do CPP, não tem em conta as vontades do arguido, muito menos que o direito ao silêncio prende-se unicamente no capítulo da prova, nomeadamente nas declarações do arguido”.

Por outro lado, numa visão mais restritiva, Lobo de Carvalho defende que “ninguém deve ser obrigado a contribuir para a sua própria incriminação, que engloba consequentemente o direito ao silêncio e o direito de não facultar meios de prova”. Da mesma opinião, Benjamim Rodrigues salienta “(...) que as perícias de ADN podem implicar e violar o direito ou proibição de autoincriminação e o direito ao silêncio – na sua vertente de “direito a calar o corpo”. De facto, relembre-se o artigo 126.º, n.º 2, alínea a), do CPP, que proíbe os meios enganosos ou desleais.”

Por sua vez Albano Pereira, diz-nos que nestas matérias “é muito importante considerar que se trata de uma área em que é necessário efetuar reiteradas e sistemáticas ponderações entre os bens jurídicos em confronto e de atender, em especial, aos princípios da legalidade e da proporcionalidade”.

Tabela 10 – Análise quantitativa da questão n.º 9

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|---|------------|--|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | | Resultados | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | | |
| Questão 9 | | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 9.1 | | | x | x | x | | x | | 4 | 8 | 0,5 | |
| Segmentação 9.2 | | | x | | | | x | | 2 | 8 | 0,25 | |
| Segmentação 9.3 | | | | x | | | | | 1 | 8 | 0,125 | |
| Segmentação 9.4 | x | x | | | x | x | | x | 5 | 8 | 0,625 | |

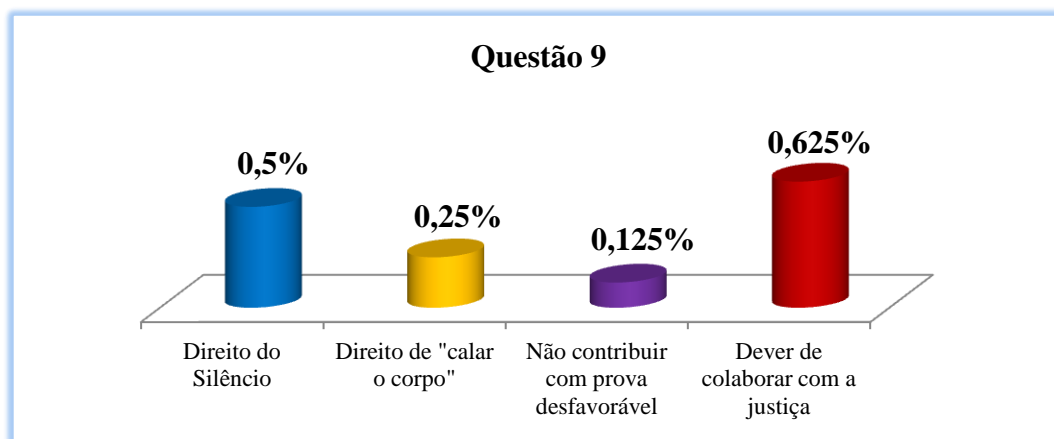


Gráfico 10 – Análise da questão n.º 9

4.3.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10

A tabela n.º 11 apresenta os resultados obtidos da análise efetuada à questão n.º 10 — Em que medida será possível a limitação de Direitos, liberdades e garantias, a fim de obter mais segurança?

Daqui podemos depreender que sete dos especialistas frisam que é necessário gerar um equilíbrio entre a segurança e a liberdade, sendo também sete a referir que a segurança implica sempre a restrição de direitos. Quatro deles referem que a aceitação da restrição de direitos depende a perceção da ameaça e dos riscos e cinco deles afirmam a existência de uma dependência entre o conceito de segurança e a liberdade (como será facilmente perceptível através da observação do gráfico n.º 11).

De acordo com Simas Santos “o equilíbrio tem de ser encontrado à luz do disposto, designadamente no art.º 18.º da Constituição, que estabelece as premissas para essa limitação, bem como invocando o princípio da proibição do excesso: princípio da necessidade, da adequação e proporcionalidade” e segundo Benjamim Rodrigues “há que ter em linha de conta que isso é uma opção de política criminal e, ainda, muito importante, uma sinalização do [estádio civilizacional] de um povo”.

Sempre numa perspetiva da legalidade, Lobo de Carvalho diz-nos que “apenas são admissíveis as restrições que, previstas na lei, se mostrem necessárias para salvaguardar bens ou interesses constitucionalmente protegidos, onde se insere a segurança dos cidadãos”. Também nesta linha de pensamento David Freitas afirma que perante uma “colisão, (que) implica um choque entre direitos fundamentais e bens jurídicos da sociedade e do Estado, que resulta numa violação ou numa restrição de

certos direitos, no caso do [bem da segurança pública], se legitima a restrição de direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e a integridade física.”

Para Corte Real e na posição de “cidadão, numa sociedade globalizada e vendo a criminalidade como um fenómeno transfronteiriço, se os benefícios justificarem os sacrifícios, eu acho que a segurança deve ser privilegiada”, dizendo ainda que “em prol da segurança do Estado, penso, que com certos limites, alguns direitos dos cidadãos têm de ser diminuídos”.

Rui Baleizão diz que “as pessoas entendem que só poderão ter liberdade se tiverem segurança” devendo-se ter ainda em consideração ainda que “a sociedade é dinâmica, tal como os Direitos fundamentais o são, e tão dinâmica tem que ser também a lei que vai permitir, um maior ou menor grau, nomeadamente de restrição dos direitos. Repare-se que não é retirar, é uma restrição dos direitos em circunstâncias devidamente justificadas.”

Por sua vez Albano Pereira “(...) considera que é bem mais nobre pensar e defender que a liberdade é a primeira das seguranças. Pode parecer mais complexo e aparentar ser uma interpretação com menorização da segurança, mas não é.”

Carlos Farinha afirma que no seu entender “a segurança, a liberdade e a justiça, fazem parte de um triângulo de um Estado de Direito, em que os seus lados terão de ser iguais. Nenhum dos lados deve anular os outros lados”.

Tabela 11 – Análise quantitativa da questão n.º 10

| Análise Quantitativa | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---------------|---|---|---|---|---|---|---|------------|---|------------|--|
| | Entrevistados | | | | | | | | Frequência | | Resultados | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | | | | |
| Questão 10 | | | | | | | | | | | | |
| Segmentação 10.1 | x | x | x | | x | x | x | x | 7 | 8 | 0,875 | |
| Segmentação 10.2 | x | x | | x | | | | x | 4 | 8 | 0,5 | |
| Segmentação 10.3 | x | x | x | | | | x | x | 5 | 8 | 0,625 | |
| Segmentação 10.4 | x | x | x | | x | x | x | x | 7 | 8 | 0,875 | |

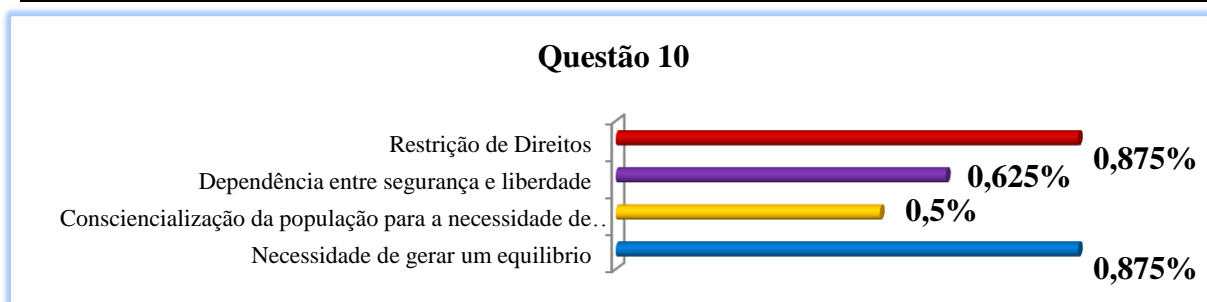


Gráfico 11 – Análise da questão n.º 10

Capítulo 5 — Conclusões e recomendações

O presente capítulo que tem como objetivo rematar toda a investigação realizada ao longo destes últimos meses para que, de uma forma muito breve, fique assim explanado todo o conhecimento obtido com a realização desta investigação que se prende, essencialmente, com o estudo da possibilidade de, em termos legais, existir cruzamento de dados da BD de perfis de ADN com o SIIC.

Como referido na metodologia, apresentada, serão apresentadas as respostas às questões derivadas e, de forma interligada, a refutação ou confirmação das hipóteses, sempre com fundamentando teórico e com base no trabalho de campo, de modo a permitir-nos responder à questão principal.

No final serão apontadas as limitações experimentadas no decurso do trabalho, bem como algumas considerações e recomendações para o futuro.

5.1. Conclusões

Da problemática estudada foram formuladas quatro QD, e levantadas sete H para lhes dar resposta.

No que diz respeito à QD₁ — Quais os impedimentos legais, para a construção da BID? — e à H₁ — A BID limita os Direitos Fundamentais do cidadão — podemos afirmar que, com base na revisão da literatura, quando se aborda os enquadramentos constitucional e legal da temática, existem algumas normas constitucionais que limitam as restrições dos Direitos Fundamentais. Porém, também na própria Constituição se consagram direitos supra individuais, que poderão ser garantidos mesmo com a restrição de Direitos Fundamentais (de cada cidadão), quando se trata de atingir/salvaguardar algum bem jurídico da coletividade, (sociedade).

Com a observação e análise da legislação nacional é possível identificar como principal entrave para a existência da BID (sendo esta materializada através da ligação

da BD de perfis de ADN com o SIIC), o mandado judicial na medida em que o acesso à atual BD de perfis de ADN só é possível com a intervenção da autoridade judicial, devidamente fundamentada.

Também através do trabalho de campo, materializado na recolha de testemunhos a especialistas juntamente com o consagrado no art.º 35 da CRP, ficou bem evidente que a violação dos direitos fundamentais é uma das principais limitações da existência da BID, ficando deste modo a H_1 comprovada.

Em relação à QD_2 — Qual o contributo da BID para a segurança? — e à H_2 — A BID seria um meio dissuasor de criminalidade — apesar das limitações supra identificadas a nível legal e da colisão evidente com os Direitos Fundamentais, no trabalho de campo realizado, os especialistas alertam para a possibilidade de se poder restringir Direitos Fundamentais em prol dos bens jurídicos da coletividade.

Na revisão da literatura, também é possível observar que a segurança é uma tarefa fundamental do Estado, e que a mesma deve ser assegurada em prol da sociedade.

Os entrevistados quando questionados, referem que existe uma relação de dependência entre segurança e liberdade, tal como está expresso no art.º 27 da CRP.

Partilhamos da opinião do diretor do LPCPJ que nos diz que a segurança, liberdade e justiça são parte de um triângulo, em que existe uma mútua dependência, sendo necessário encontrar um equilíbrio entre elas, sem que nunca se anulem. Este equilíbrio visa garantir a salvaguarda dos direitos do cidadão, mas também os direitos da coletividade de modo a gerar harmonia.

Também ficou atestado, por parte dos especialistas, que na atualidade os sistemas integrados de informação não são necessários, mas sim obrigatórios para um combate eficaz à criminalidade devendo os meios tecnológicos serem utilizados em proveito e a favor da sociedade, e não apenas pelos infratores contra a sociedade na prática de ilícitos.

Também partilhando da opinião do Juiz Militar Coronel Rui Baleizão, a BID seria uma salvaguarda dos direitos, contra aqueles que infringem os deveres.

Desta forma a H_2 não fica claramente confirmada, mas também não é possível refutá-la com a matéria obtida, permanecendo a dúvida.

Relativamente à QD_3 — Quais as vantagens e as desvantagens da existência da BID? — e às hipóteses $H_{3.1}$ — A BID seria um pressuposto de eficiência — e $H_{3.2}$ — A BID exponenciaria a possibilidade de fuga de informação — tendo em atenção as limitações legais da existência da BID ao serviço da IC, bem como ao seu possível

contributo para a segurança, surge a necessidade de se saber quais as vantagens e desvantagens da sua existência.

Na recolha dos testemunhos dos especialistas ficou bem evidente que as principais desvantagens se prendem com a possibilidade de fuga de informação, da violação dos direitos fundamentais e a rotinização da atividade de IC. De realçar que a violação dos direitos se destaca, sendo referida por 75% dos entrevistados.

No que diz respeito às vantagens são abordadas de forma uniforme pelos entrevistados, sendo referidas a eficiência, celeridade e a uniformização da informação criminal.

Deste modo se confirma a $H_{3,1}$ bem como a $H_{3,2}$.

Em relação à QD_4 — Quem constará na BID? — e às hipóteses $H_{4,1}$ — Na BID poderão constar apenas condenados —, $H_{4,2}$ — Na BID poderão constar arguidos e a $H_{4,3}$ — Na BID poderão constar suspeitos — de acordo com o que se materializou na revisão da literatura, no caso Português, apenas poderão constar da BD de perfis de ADN os perfis de condenados. Logo daqui se retira que caso fosse possível interconectar a BD de perfis de ADN com o SIIC, seriam estes perfis que fariam parte do sistema.

Por outro lado, quando nos contextualizamos a nível europeu (*Vide* anexo B), em que determinados países possuem sistemas mais abertos/liberais, os resultados obtidos através da existência das BD de perfis de ADN são uma realidade relevante para a atividade da IC. Através deste mesmo anexo é facilmente observável que quando a BD contem perfis de condenados e arguidos, os resultados sobressaem. Porém, quando nela estão também incluídos suspeitos os resultados são muito mais expressivos. De acordo com o diretor do LPCPJ esta situação deve-se ao fato de estarem inseridos indivíduos na fase ativa para a criminalidade.

Através do trabalho de campo ficou claro que a recolha de uma amostra biológica para determinação do perfil de ADN apenas poderá suceder quando existir um mandado judicial a legitimar tal ação. Na opinião de alguns entrevistados, nomeadamente o Major Lobo de Carvalho, o visado poder-se-á recusar a colaborar, uma vez que poderá estar a contribuir para a produção de prova em seu desfavor. Porém também na recolha dos testemunhos, por exemplo, o Juiz Conselheiro Simas Santos afirma que o direito ao silêncio não abrange a não colaboração para a realização desta perícia.

Por último, no que diz respeito à QP — A importância da BID ao serviço da IC — tendo em consideração todo o enquadramento legal, podemos afirmar que apesar de

existirem determinados direitos individuais postos em causa com a sua existência, se tivermos em consideração que o seu “fim” se prende com a satisfação das necessidades da coletividade, a restrição desses direitos é constitucionalmente possível, apesar de ter de obedecer a determinados requisitos.

Para além dos requisitos, é também necessário que a sociedade esteja consciencializada da necessidade e utilidade da existência deste mecanismo — BID.

É necessário criar-se um equilíbrio entre a restrição em causa e os objetivos que se pretendem atingir. Para se conseguir, em consciência, fazer um juízo equilibrado, é ainda necessário ter presente as vantagens e desvantagens da referida BID, caso esta venha a existir.

Ainda relativamente à questão das vantagens e desvantagens e como já foi referido, as primeiras prendem-se com os pressupostos de eficiência, celeridade e uniformização da informação na atividade da IC, enquanto que as segundas, permanecem associadas à possível fuga de informação, exposição social e violação dos direitos dos cidadãos abrangidos. Porém estas limitações, de acordo com alguns entrevistados, poderiam ser ultrapassadas através da implementação de mecanismos de controlo, fiscalização e da implementação de níveis de acesso, sendo mesmo necessário ao utilizador justificar perante o sistema a necessidade de acesso a determinada informação. Também referido pelos especialistas, o acesso à informação não pode ser completamente livre, deve de obedecer aos princípios da necessidade, proporcionalidade e legalidade sendo que a infração destes requisitos deverá ser penalizada disciplinar e penalmente.

Para que a BID se configura-se como um instrumento de relevo para a IC, seria necessário, à semelhança do que acontece noutros sistemas europeus, que nela constassem um número significativo de indivíduos inseridos (*Vide* anexo B). Porém, em Portugal, com o atual ordenamento jurídico, a possível existência da BID encontra-se totalmente vedada, uma vez que não é possível ligar a BD de perfis de ADN com outra BD, que não seja do mesmo tipo para satisfação dos compromissos assumidos pelo país a nível internacional.

Com o trabalho realizado, tanto a nível conceptual como através do trabalho de campo realizado, ficou registada a fraca utilização da atual BD de perfis de ADN ao serviço da IC uma vez que esta base apenas registou quatro *hits* desde a sua existência, muito devido ao reduzido número de perfis inseridos.

Ao nível da cooperação e da partilha de informação criminal entre os diversos OPC, têm-se verificado alguns avanços, materializados no SIIC.

Apesar de na situação jurídica atual não se configurar a possibilidade da existência da BID, com ela poder-se-ia obter bastante proveito para IC. Todavia, esta BID não se poderia materializar num ficheiro automatizado único, porque a nível de concretização seria difícil de implementar e teria associado a si um grande número de desvantagens, difíceis de colmatar. Desde modo, esta BID teria de ser materializada num sistema integrado de BD, geridas pelos diversos OPC, mas consultável por todos, para que assim existisse um controlo/fiscalização interna de consulta dos dados, sendo salvaguardados os direitos dos cidadãos, conseguindo-se obter as vantagens referidas para IC — eficiência, celeridade e uniformização da informação — sem atropelos entre OPC, conferindo à prova careada maior valor probatório.

Limitações

Na realização desta investigação as principais limitações sentidas prendem-se com a limitação do número de páginas, no corpo do trabalho bem como da limitação do número de páginas de anexos e apêndices.

5.2. Recomendações e propostas

Apesar das conclusões referidas, é ainda evidente que a temática abordada nesta investigação provoca muitas divergências, mesmo no seio dos especialistas, sendo necessário desenvolverem-se trabalhos que contribuam para a consciencialização da necessidade e utilidade deste tipo de meios bem como, para esclarecer alguns conceitos relacionados com a temática. A título de exemplo, poder-se-iam desenvolver temáticas acerca do que é uma perícia de ADN, desde a recolha da amostra ao seu tratamento, à determinação do perfil e ao que é inserido na BD de perfis de ADN. Estes estudos revestem-se de especial relevo para clarificação e desmitificação de alguns tabus relacionados com este tema.

Capítulo 6 — Bibliografia

Livros

Andrade, J. (2012). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 5.^a Edição Almedina, Coimbra, março, 2012.

Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), 2012. *A base de Dados de Perfis de ADN em Portugal*, Coleção Bioética, n.º 15, Impressão europress.

Miranda, J., Medeiros, R. (2005). *Constituição Portuguesa Anotada: Introdução Geral Preâmbulo*, Tomo I, Coimbra Editora, março, 2005.

Quivy, R., Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gravidia editora, 5.º Edição, fevereiro, 2008.

Rodrigues, B. (2010). *Da Prova Penal. A Prova Científica: Exames, Análises ou Perícias de ADN? Controlo de Velocidade, Álcool e Substâncias Psicotrópicas*, Tomo I, 3.^a Edição, Rei dos Livros, novembro, 2010.

Sarmento, M. (2008). *Guia Prático Sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrados e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Coleção Manuais, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2008.

Valente, M. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial* 3.^a Edição Almedina Coimbra, fevereiro, 2012.

Dissertações

Albano, P. (2011). *A Cooperação na Investigação Criminal Contributos para uma maximização Operacional*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, Lisboa, 2011.

Carvalho, A. (2011). *As competências do AGSSI, Estabelecidas na Lei de Segurança Interna e na Lei de Organização de Investigação Criminal: Facilidades e Dificuldades no Exercício do Dever de Coordenação*. Trabalho de Investigação Individual, Curso de Promoção a Oficial Superior da GNR, Instituto de Estudos Superiores Militares e Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

Legislação

Lei n.º 45/2004, de 19 de agosto. (2004). Estabelece o regime jurídico das perícias médico-legais e forenses. *Diário da República* – 1ª Série – A – N.º 195, 5362 – 5368.

Lei n.º 17/2006, de 23 de maio. (2006). Aprova a Lei de Quadro de Política Criminal. *Diário da República* – 1ª Série – A – N.º 99, 3462 – 3463.

Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro. (2007). Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 213, 8043 – 8051.

Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro. (2008). Aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação Civil e Criminal. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 30 – 12, 962 – 968.

Lei n.º 49/2008, de 27 agosto. (2008). Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 165, 6038 – 6042.

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. (2008). Aprova a Lei de Segurança Interna. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 167, 6135 – 6141.

Lei n.º 38/2009, de 20 de julho. (2009). Define os objetivos, prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2009 – 2011, em cumprimento da Lei

n.º 17/2006, de 23 de maio (Lei de Quadro de Política Criminal). *Diário da República* – 1ª Série – N.º 138, 4533 – 4541.

Lei n.º 73/2009, de 12 agosto. (2009). Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre Sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 155, 5217 – 5220.

Decreto-Lei n.º 67/98, de 26 de outubro. (1998). Lei da Proteção de Dados Pessoais. *Diário da República* – 1ª Série – A – N.º 247, 5536 – 5546.

Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de abril. (2007). Aprova a Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 82, 2643 – 2648.

Decreto-Lei n.º 84/2010, de 14 de julho. (2010). Define as normas de funcionamento do Secretariado Permanente do Gabinete Coordenador de Segurança, bem como da respetiva sala de situação. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 135, 2599 – 2600.

Resolução da Assembleia da República n.º 81/2013. (2013). Eleição dos membros do conselho de fiscalização da base de dados de perfis de ADN. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 114, 3335.

Deliberação n.º 3191/2008, de 3 de dezembro. (2008). Regulamento de Funcionamento da base de dados de perfis de ADN. *Diário da República* – 2ª Série – N.º 234, 48881 – 48886.

Portaria n.º 522/2007, de 30 de abril. (2007). Estabelece o Estatutos do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 83, 2833 – 2838.

Acórdão n.º 9/2007, de 7 de julho. (2007). Processo n.º 2925/2006-3. *Diário da República* – 1ª Série – N.º 129, 4353 – 4363.

Sítios na internet

Santos, M., (s. d.). *Princípio Nemo Tenetur se Detegere e os Limites a um Suposto Direito de Mentir*. Retirado: Junho, 04, 2013, de

<http://www.pgj.ce.gov.br/esmp/publicacoes/ed12010/artigos/3Prncipiopionemotenetur.pdf>.

CNECV, (2007). *Relatório Sobre O Regime Jurídico Da Base De Dados De Perfis De ADN*. Retirado: 04, junho, 2013, de http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1273054082_Parecer_052_CNECV_2007_BasesdadosADN.pdf.

Pereira, A., (s. d.). *As Perícias na Polícia Judiciária*. Retirado: em 04, junho, 2013, <http://www3.bio.ua.pt/Forense/As%20Pericias%20na%20Pol%C3%ADcia%20Judiciaria%20ArturPereira.pdf>.

Oliveira, J., 2013. *A Identificação Criminal do Arguido*. Retirado: 04, junho, 2013, de http://www.verbojuridico.com/ficheiros/teses/penal/josecarlosoliveira_identificacaocriminalarguido.pdf.

Apêndice A — Esquema

Esquema descritivo da hierarquia legislativa a nível nacional

Legenda:

LSIOPC — Lei da Interoperabilidade entre Sistemas de Informação dos órgãos de Polícia Criminal

LOIC — Lei de Organização da Investigação Criminal

LPDP — Lei de Proteção de Dados Pessoais

LSI — Lei de Segurança Interna

PM — Polícia Marítima

SEI/PSP — Sistema Estratégico Informações da Polícia de Segurança Pública

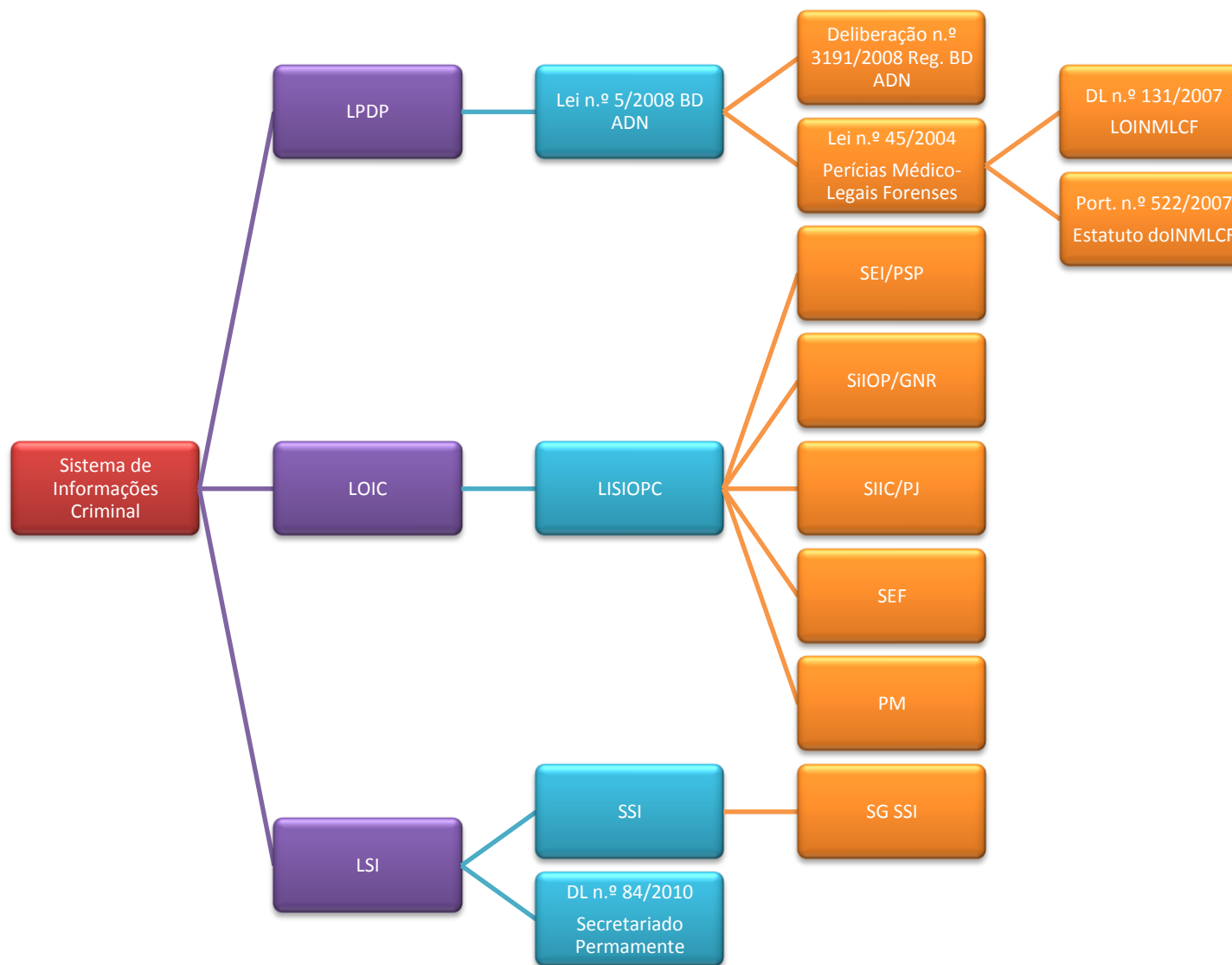
SG SSI — Secretário-geral do Sistema Segurança Interna

SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIIC/PJ — Sistema de Informações de Investigação Criminal da Polícia Judiciária

SIIOP/GNR — Sistema de Informações operacionais da Guarda Nacional Republicana

SSI — Sistema de Segurança Interna



Apêndice B — Entrevistas

B.1. Guião da Entrevista

1. Na sua opinião quais as vantagens e desvantagens da existência de uma base integrada de dados?
2. Qual a utilidade de uma base integrada de dados ao serviço da investigação criminal?
3. Na sua opinião quais os riscos inerentes à existência de uma base integrada de dados?
4. Na atual situação, o que limita legalmente o cruzamento das diversas bases de dados existentes?
5. A recolha de uma amostra biológica, para a realização de uma perícia de ADN, poderá ser de carácter coercivo/oficioso? Se sim, poder-se-á verificar uma tipificação de desobediência?
6. Se não existir um arguido/nem mesmo um suspeito poderá se realizar uma perícia ADN para fins de comparação?
7. Em que medida a existência de uma base integrada de dados poderá interferir com os Direitos das pessoas?

8. Em que medida a realização de uma perícia de ADN poderá afetar os direitos do cidadão?
9. Em que medida as perícias de ADN poderão por em causa, ou condicionar o direito de não se autoincriminar, ou o direito ao silêncio?
10. Em que medida será possível a limitação de Direitos, liberdades e garantias, a fim de obter mais segurança?

B.2. Resumos das entrevistas

B.2.1. Entrevistado n.º 1 — Rui Baleizão

| Questões | Juiz Militar Rui Baleizão |
|----------|---|
| 1 | <p>Na perspetiva da IC há todas as vantagens todavia, têm que se assegurar os Direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.</p> <p>Os dados só poderão ser utilizados para o “fim em causa” para o qual foram recolhidos tendo em consideração que todo o cruzamento deverá ser legal. No caso do ADN deve-se ponderar entre o direito a restringir e o fim a obter.</p> <p>Dando especial atenção à existência de um conselho de fiscalização que deve assegurar, controlar, rastrear e fiscalizar os operadores, que deveram possuir níveis de acesso.</p> |
| 2 | <p>A utilidade é enorme, possibilitará aos OPC ter maior eficácia e eficiência para a IC uma vez que esta depende de ter a informação necessária, a um custo mais baixo e sem atropelos entre OPC.</p> |
| 3 | <p>As bases de dados, com dados pessoais do tipo perfis de ADN, terão de ser muito bem salvaguardadas partindo-se do pressuposto que existe confiança por parte do cidadão (uma vez que se encontra consciencializado da importância da existência destas bases de dados) e que as mesmas só serão utilizadas na estrita medida do necessário, encontrando-se devidamente controladas e fiscalizadas. O maior risco é</p> |

| | |
|---|---|
| | não haver uma fiscalização adequada e oportuna. |
| 4 | <p>O que limita tem haver essencialmente com o respeito dos direitos, liberdade e garantias, com a reserva da vida, da intimidade e a reserva de determinados dados de cariz pessoal.</p> <p>Num contexto de globalização d as bases de dados, os direitos estão salvaguardados através de mecanismos de defesa. Através destes mecanismos e pensando em termos de custos, vai poupar-se muito. A relação custo-eficácia compensa e os direitos encontram-se salvaguardados.</p> |
| 5 | <p>A Lei é igual para todos porque estamos num Estado de Direito Democrático em que as leis são para cumprir. Porém, estou convencido que se deverá evitar a existência de um ilícito, caso a pessoa não colabore na colheita.</p> <p>O conceito de utilidade destes dados é importantíssimo tendo que haver uma consciencialização da população/sociedade para isso.</p> <p>Não gosto de empregar a palavra coercibilidade. As pessoas têm de compreender a necessidade e a utilidade de acordo com o grau de ameaça ou a necessidade de utilização deste tipo de meios para a IC.</p> |
| 6 | Quando existir legislação aprovada para o efeito, a recolha acontecerá logo automaticamente, o problema coloca-se no período de transição. Neste período a sociedade tem de se mentalizar que os órgãos de fiscalização, o Ministério Público e o Magistrado Judicial são patamares de segurança para a informação, isto para além dos patamares de acesso dentro da própria IC. |
| 7 | Claro que poderá interferir caso não sejam bem utilizadas. É necessário perceber a sua utilidade, uma vez que em todas as situações existem pessoas ofendidas. As bases de dados serão um mecanismo que servirá para repor a verdade, servirá para serem repostos os Direitos e naturalmente punir os infratores. |
| 8 | Para os OPC a base Integrada de dados poder-se-á considerar extremamente importante. Por outro lado, estamos a preservar efetivamente os direitos. Se um homicida for descoberto graças à existência desta base integrada de dados, esta estará a trabalhar em prol da segurança, da persecução do Estado de Direito. Não considero que haja aqui qualquer tipo de violação dos direitos. Apenas tem que se verificar que a atividade policial é justa, proporcional e sempre com a devida confidencialidade. |
| 9 | Para se realizar uma perícia de ADN, no âmbito da IC, esta terá que ser autorizada pelo MP e pelo juiz responsável pela investigação. Estamos a falar de situações limite. O próprio arguido também tem o dever de colaborar com a justiça. A realização do exame de ADN na realidade só trás vantagens, a sua utilização é que |

| | |
|----|---|
| 10 | tem de ser adequada. |
| | Torna-se muito importante quando existem fortes indícios que determinado indivíduo cometeu o crime. |
| | Porém terá de existir uma alteração legislativa para possibilitar a recolha, para tal é necessário ter a perceção da necessidade de segurança e liberdade, e que uma condiciona a outra. |
| | As pessoas entendem que só poderão ter liberdade se tiverem segurança. Prende-se com a perspetiva das pessoas em relação ao medo, este relaciona-se com as ameaças e os riscos. |
| | Tal como a sociedade a lei também é dinâmica. Levando a uma restrição dos direitos, em maior ou menor grau, conforme a consciencialização da sociedade, desde que devidamente justificados. Se tivermos isto em consideração eu penso que não estamos a ferir qualquer Direito. |

B.2.2. Entrevistado n.º 2 — David Freitas

| Questões | Dr.º David Freitas |
|----------|---|
| 1 | A maior vantagem em existir uma BID é a centralização de ficheiros, o que permitirá uma análise mais célere, mais apurada e efetiva de um dado processo. Por outro lado, poderá tornar-se mais económica e menos onerosa em relação à manutenção das diversas bases de dados. |
| | A centralização dos dados permitirá uma uniformização de protocolos e de acessos. Em contrapartida, as desvantagens prendem-se com o fato de haver algumas dificuldades em manter o controlo sobre o cidadão que poderá tornar-se, facilmente, um alvo aliciante de obtenção de informação. |
| | Com um aumento do fluxo de informação a própria confidencialidade e segurança da própria BD poderá vir a ser corrompida, potencializando um eventual ataque cibernético. |
| | Tal concentração de dados implica em caso de anomalia ou bloqueio do sistema, uma inacessibilidade que poderá ser um constrangimento com consequências imprevisíveis. |
| 2 | Num contexto de globalização, e tendo em consideração que a criminalidade organizada que atualmente não conhece fronteiras, poder-se-á retirar partido dos |

| | |
|---|---|
| | <p>conhecimentos e das fraquezas estruturais dos vários ordenamentos jurídicos. Por razões que se prendem com a transnacionalidade, quer pelas tecnologias que atualmente existem ao alcance de todos quer pelos fluxos migratórios, poderão daqui advir verdadeiros cataclismos sociais com graves repercussões económicas. Assim é urgente promover um combate eficaz ao crime.</p> <p>Facilmente se compreende que uma base integrada de dados ao serviço da IC não é apenas útil, mas sim uma necessidade vital para a sua própria subsistência, pretendendo-se que a mesma que seja célere, eficaz e respeite naturalmente os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.</p> |
| 3 | <p>Os riscos são equivalentes às desvantagens. Estão relacionados com o acesso aos dados, à necessidade da existência de protocolos de acesso, bem como às respetivas penalizações por quebra dos protocolos.</p> <p>Na situação atual poder-se-á verificar uma perda mínima/residual de dados mas no caso de uma BID, esta perda poderá ser massiva, com consequências totalmente imprevisíveis.</p> <p>Por fim a possibilidade da quebra da segurança derivado de um ataque cibernético.</p> |
| 4 | <p>De acordo com o art.º 35.º da CRP, representa uma perda fundamental ao se impor uma proibição de interconexão de ficheiros de bases e bancos de dados pessoais, uma vez que a centralização de ficheiros poderá permitir o controlo total do cidadão.</p> <p>Porém o legislador Constitucional prevê algumas exceções, quando estão em causa a proteção de direitos e bens constitucionalmente previstos, a defesa da existência do Estado e outros direitos fundamentais.</p> |
| 5 | <p>Os métodos utilizados nas perícias de ADN de ser não invasivos, como se prevê legalmente. Não devemos, contudo, esquecer que o cidadão tem também deveres a cumprir. Porém quando a perícia é realizada sem o consentimento do visado, esta poderá ser posta em causa, podendo mesmo configurar uma violação dos direitos consagrados.</p> <p>Apesar disto, mediante a autorização da autoridade judicial competente, prevê-se a possibilidade do uso da força para a realização da perícia.</p> <p>No meu entendimento não se chega a verificara a tipificação de uma desobediência, uma vez que a feitura do citado exame já pressupõem o uso da força.</p> |
| 6 | <p>É necessário realçar a importância da identificação ou a necessidade de individualizar no contexto da IC.</p> <p>É urgente que a equipa de cenário de crime, aquando da ocorrência de um crime, proceda à recolha de vestígios biológicos, de forma a possibilitar a determinação do</p> |

| | |
|----|--|
| | <p>perfil de ADN, para que com o surgimento de novos elementos durante a investigação se possa, para futura identificação, comparar e confirmação a identidade do eventual suspeito ou arguido.</p> |
| 7 | <p>Sempre que não se verifique o respeito pelos preceitos legais, ou quando se verificarem “erros humanos”. Por sermos humanos o erro encontra-se implícito em qualquer atividade, não sendo IC exceção.</p> <p>De referir que o art.º 35.º da CRP, relacionado com as garantias processuais, expressa a preocupação de defender o cidadão.</p> <p>Pensando na existência de uma BID, para ser praticável a sua materialização, teriam de se estabelecer filtros, níveis de acesso, de modo a salvaguardar os direitos dos cidadãos.</p> <p>Todavia, os operadores e fiscalizadores são pessoas que se presume que sejam idóneas e respeitem os princípios da necessidade, legalidade e proporcionalidade inerentes a toda atividade policial.</p> |
| 8 | <p>Atualmente o ADN é considerado um elemento chave na identificação por ser definidor de características únicas de cada ser humano.</p> <p>Com a evolução tecnológica, assistimos a uma exponencial disponibilização de meios, e a IC também tem que acompanhar esta evolução.</p> <p>Toda esta evolução levanta dificuldades em assimilar os conhecimentos e potencializa as repercussões em todos os setores, podendo criar mecanismos de discriminação e estigmatização.</p> |
| 9 | <p>Estamos no âmbito da prova pericial, consagrada no art.º 151.º e seguintes do CPP, e pelo art.º 6.º da Lei 45/2004 de 19 de agosto onde se prevê a obrigatoriedade de sujeição a exames, no qual refere no seu n.º 2.º que após ter sido notificado para perícia os visados devem de comparecer para a realização da diligência. Tal leva-nos a crer que o legislador não se preocupou com o direito ao silêncio, uma vez que este tipo de prova na sua obtenção, não tem em conta a vontade do arguido aplicando-se o direito ao silêncio unicamente no capítulo da prova, ou seja nas declarações do arguido.</p> |
| 10 | <p>Esta colisão implica um choque entre direitos fundamentais e bens jurídicos da sociedade e do Estado, que resulta numa violação ou numa restrição de certos direitos mas que poderá ser legitimada como acontece nas situações em que há restrição de alguns direitos fundamentais para garantir a segurança pública.</p> |

B.2.3. Entrevistado n.º 3 — Benjamim Silva Rodrigues

| Questões | Professor Doutorando Benjamim Rodrigues |
|----------|---|
| 1 | <p>Existe a necessidade de delimitar e identificar o conceito de “dados” tendo em consideração o princípio da vinculação ao fim ou, dito de outra forma, o princípio da não alienação do fim.</p> <p>O referido poderá ser um notório ganho da existência de BD mas difícil de acontecer neste Estado de Direito assente na eminente dignidade da pessoa humana e na proteção mais elevada dos direitos fundamentais em termos proporcionalmente não excessivos (o tal princípio da proibição de excesso ou proporcionalidade <i>lato sensu</i> – adequação, necessidade e proporcionalidade <i>stricto sensu</i>.</p> <p>Temos de ter presente que alguma informação de carácter pessoal somente poderá ir para bases de dados em contexto específico. Devem existir BD mas com restrições de edificação, construção, manutenção e de acesso o que permitirá resolver os conflitos entre interesses ou conflitos relacionados com a questão dos direitos fundamentais.</p> |
| 2 | <p>Uma base de dados integrada tem problemas de constitucionalidade, artigo 35.º, da CRP onde está consagrado o direito à autodeterminação informacional. Porém traz ganhos ao nível da operatividade, conectividade, fidedignidade e “informação em tempo real”, já que, estando tudo num só lugar e para todos, evitam-se erros de sobreposição de linhas investigatórias e erros de identificação e investigação. Há ganhos temporais, económicos e de “força probatória” já que a informação aparece toda uniforme e sem contradições.</p> |
| 3 | <p>Os riscos estão bem presentes e são os seguintes: rotinização das investigações; aumento dos riscos de errónea informação por deficiente tratamento; lesão de direitos fundamentais sem consciência ou conhecimento dos visados; deslealdade investigatória ou “desigualdade de armas entre a acusação e a defesa”, devassa da vida privada; ofensa à dignidade.</p> <p>Julgo que o risco de “desestruturação estético-existencial” é o mais forte, ficando o sujeito completamente exposto perante a sociedade.</p> |
| 4 | <p>Há um problema constitucional à partida, relacionado com o direito à autodeterminação informacional. Por outro lado a interconexão de dados implica o tal problema de “alienação do fim”, que leva à violação do “compromisso de início”. Quando se cria uma BD há um responsável e todos os acessos são monitorizados ou controlados.</p> |

| | |
|----|--|
| | <p>Nesse modelo há o perigo de uma maior “libertinagem” no acesso e uso dos dados pessoais, a “alienação do fim”, ou seja, a utilização dos dados para fins, pressupondo ainda a existência de uma lei específica.</p> <p>A interconexão é possível em certas situações, mas não em massa, para todos os órgãos de investigação criminal, tal qual subjaz à interrogação.</p> |
| 5 | <p>Nunca pode ser recolhida substância biológica para efeitos de fixação dos perfis de ADN mediante uso da força pública.</p> <p>As perícias implicam um juízo técnico-científico ou artístico.</p> <p>E como se torneia a proibição de prova dos artigos 32.º, n.º 8</p> |
| 6 | <p>Não. Falta o pressuposto de legitimação de toda a investigação criminal. Na verdade, toda a investigação implica restrição de direitos fundamentais e somente estará justificada se o valor da investigação – descoberta da verdade – for contrabalançado com o valor da lesão dos direitos fundamentais das pessoas implicadas. Há mais benefícios do que sacrifícios, ou os sacrifícios são em dimensão tal que são contrabalançados pelas vantagens.</p> |
| 7 | <p>A base integrada de dados interfere com os direitos das pessoas a vários níveis.</p> <p>Poderá tocar na dignidade da pessoa, na reserva da intimidade da vida privada pessoal e familiar, no seu “direito a não conhecer”.</p> |
| 8 | <p>Com a realização de uma perícia (coerciva e não voluntária ou querida), poderão entrar em liça os direitos à integridade pessoal.</p> |
| 9 | <p>As perícias de ADN podem implicar e violar o direito ou proibição de autoincriminação e o direito ao silêncio – na sua vertente de “direito a calar o corpo”, essa atuação é susceptível de legitimar o uso de tal prova proibida.</p> |
| 10 | <p>É uma opção de política criminal, há estudos fidedignos e isentos a dizer que não é por esse aumento de controlo que há menos crimes, até porque esse controlo é falível tendo em conta que as máquinas não tomam decisões e são sempre “humanizadas” ou dominadas por humanos e pessoas frágeis.</p> <p>Não veria com bons olhos o aumento dos níveis de constrição dos direitos fundamentais para a luta contra a pequena ou média criminalidade.</p> |

B.2.4. Entrevistado n.º 4 — António Lobo de Carvalho

| | |
|---|---|
| 1 | <p>O conceito de “<i>Base Integrada de Dados</i>” totaliza, pois, a articulação estruturada entre sistemas, alicerçada numa aplicação informática específica para gerir a comunicação entre os mesmos. Exigirá um elevado grau de articulação entre cada um dos sistemas, sustentado num conceito sólido de partilha de informação e das necessidades de coordenação.</p> <p>A base integrada de dados materializa-se com a ligação do SIIC com outras Bases de Dados detentoras de informação relevante para os OPC, onde se incluirá, também, a Base de Dados de Perfis Genéticos (BDPG).</p> <p>Vantagens: que ao integrarmos SI, aumentamos a qualidade, a fiabilidade e a consistência das informações o que no final resultará num aumento de qualidade do processo de IC, reduzindo-se a probabilidade da existência de redundância dos dados e do erro.</p> <p>Desvantagens: permanece intrinsecamente ligado à provável existência de conflitos de direitos fundamentais, com a sua materialização.</p> <p>A “Informação pessoal” terá sempre uma dimensão distinta da “Informação Criminal”, reguladas por sistemas especificamente desenhados para o controlo, fiscalização e utilização sendo, que ao ser disponibilizada, na mesma plataforma, poderá colocar em causa princípios garantísticos.</p> |
| 2 | <p>Utilidade = vantagem</p> <p>A dimensão do registo da informação, a sua classificação e o seu acesso, assentam em sistemas de supervisão e controlo que naturalmente preservam a necessidade de saber. A informação é recolhida de forma uniforme, resultando numa rápida disponibilização, divulgação e acesso.</p> <p>A utilidade desta tipologia de sistema decorre da efetiva utilização dos recursos de tecnologias de informação (TI) nos processos de gestão da informação.</p> |
| 3 | <p>A “privacidade informativa” constitui um direito fundamental previsto no art.º 35.º da CRP.</p> <p>A base integrada de dados deverá possuir mecanismos de controlo, supervisão e fiscalização permanentes, internos e externos à instituição responsável pelo seu funcionamento, que atestem não só sobre a segurança dos dados mas, também, sobre a forma como são utilizados, havendo a necessidade de delimitar uma fronteira entre a base de dados que contém a informação genética e a base de dados que possui informação pessoal dos cidadãos.</p> <p>O maior risco será, em suma, que esta fronteira, entre esta natureza distinta de dados, se desvaneça e, com ela, a garantia de proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.</p> |

| | |
|---|--|
| 4 | <p>A Lei da Proteção de Dados Pessoais (LPDP) define as linhas gerais pelas quais se orienta a criação de repositórios de informação relativa a dados pessoais. Determina, em concreto, a proibição do tratamento de dados pessoais, nomeadamente dos dados genéticos.</p> <p>Para fins de IC, permanece regulado neste texto legal, sendo possível a sua integração em plataformas de SI, devendo, contudo, limitar-se ao necessário, para a prevenção de um perigo concreto.</p> <p>Os regimes legais que tutelam a proteção de dados pessoais, bem como os SI dos OPC (SIIC) utilizados nas atividades próprias do serviço de IC, constituem um obstáculo à criação de uma “Base Integrada de Dados”, limitando a possibilidade de cruzamento das diversas bases de dados existentes.</p> |
| 5 | <p>Os princípios consagrados na Lei devem ser respeitados. Não poderá ser considerada válida a prova recolhida com recursos a meios coercivos, bem como ao uso da força.</p> <p>Entendo, ainda, que contra a vontade do arguido, os testes de ADN não podem ser realizados, mesmo que haja ordem judicial. No entanto e havendo lugar à recusa por parte do arguido, a sua opção, se cominada, poderá preencher os elementos que caracterizam o crime de desobediência, com a subsequente sanção em sede de direito penal.</p> |
| 6 | <p>Para as finalidades da IC apenas é possível comparar perfis de ADN com amostras recolhidas em locais de crime, o que poderá ser insuficiente.</p> <p>Se não existir um arguido ou um suspeito do cometimento de um crime a perícia não poderá ser realizada. A Lei nacional poderá ser considerada bastante restritiva.</p> |
| 7 | <p>Poderá suscitar o conflito de direitos. Porém o êxito da atividade de IC não reside exclusivamente na operacionalização de sistemas.</p> |
| 8 | <p>Através da perícia de ADN é possível obter informação sobre a raça, a cor da pele, doenças genéticas. Um exame ao ADN exigirá, neste sentido, ao indivíduo, restrições ao direito da sua intimidade genética.</p> <p>A realização desta tipologia de exames e perícias, num quadro geral de defesa da segurança da sociedade, implica sempre a cedência da reserva da nossa vida privada em detrimento da segurança coletiva</p> |
| 9 | <p>Ninguém deve ser obrigado a contribuir para a sua própria incriminação, o que engloba, consequentemente, o direito ao silêncio e o direito de não facultar meios de prova. Direito em não se autoincriminar poderá ser encarado não apenas através da possibilidade de permanecer calado – direito ao silêncio - mas de se negar a produzir qualquer tipo de prova que lhe possa ser desfavorável na esfera penal.</p> |

| | |
|----|---|
| 10 | As provas que eventualmente dependam da invasão do corpo de quem é acusado, onde se inserem as perícias de ADN, para serem válidas em processo Penal, necessitam sempre da autorização do sujeito. |
| | A Segurança é um direito constitucionalmente consagrado e constitui uma necessidade básica dos cidadãos. |
| | A lei, só pode intervir para restringir ou limitar direitos, liberdades e garantias fundamentais quando isso se revele imprescindível para acautelar outros direitos tão fundamentais, onde se insere a segurança dos cidadãos. |

B.2.5. Entrevistado n.º 5 — Manuel Simas Santos

| Questões | Juiz conselheiro Simas Santos |
|----------|--|
| 1 | Em tese geral, a partilha adequada da informação pertinente à investigação criminal e permitida por lei entre os OPC e o Ministério Público. Com a compatibilização das diversas plataformas em uso tem essencialmente vantagens e tem sido faz já muito tempo, um objetivo perseguido pelos diversos governos, contudo ainda com resultados ainda francamente insatisfatórios. |
| 2 | <p>A partilha de informação entre as entidades às quais está entregue a investigação criminal permite avanços substanciais em todas as investigações, ao gerar sinergias que se traduzem num completar de sucessivos puzzles, de que, por vezes, cada uma das instituições detêm parcelas que sozinhas são quase despidas de significado e que só juntas se revelam. Por outro lado, evita duplicações na investigação criminal, que muitas vezes se traduzem mesmo em perturbação dessas várias investigações.</p> <p>Num trabalho de investigação que é cada vez mais proactivo, com monitorização em tempo real do cometimento do crime e imediata recolha de prova, a partilha de informação revela-se igualmente da grande utilidade.</p> |
| 3 | Penso que os riscos essenciais se prendem com a possibilidade de lesão desproporcionada dos direitos e garantias fundamentais do cidadão (art. 18.º da Constituição) dependendo do âmbito e natureza dos dados inseridos nessas bases de dados. |
| 4 | As limitações resultam desde logo dos art. ^{os} 26.º e 35.º da Constituição, da Lei de Proteção de Dados e da restante legislação ordinária que é convocada a propósito |

| | |
|----|--|
| | <p>de cada caso específico.</p> <p>No caso das Bases de Dados de Perfis de ADN a lei 5/2008 exige que essas bases se mantenham isoladas, parecendo pois, impedir a sua integração numa base de dados mais geral.</p> |
| 5 | <p>A questão tem vindo a ser discutida tendo por exemplo sido considerado pelo Tribunal da Relação do Porto, em acórdão, objeto de uma anotação discordante do Prof. Mário Monte da Escola de Direito da Universidade do Minho, publicada na Revista do Ministério Público, que refere que se pode obter essa amostra, por zaragatoa bocal, mesmo contra a vontade da pessoa, por coerção física.</p> <p>O tribunal Constitucional veio a confirmar esta posição desde que, em caso de oposição da pessoa visada, a ordem fosse dada pelo juiz.</p> <p>Concordo com esta posição, que a meu ver respeita o princípio de proporcionalidade previsto no art.º 18.º da Constituição.</p> |
| 6 | <p>De acordo com a Lei n.º 5/2008, para as Bases de Dados de Perfis de ADN só pode ser colhido material biológico a arguido e não a suspeito (podendo este apresentar-se, no entanto, como voluntário), mas essa circunstância não deve, por forma nenhuma impedir que se faça a colheita da amostra-problema em local de crime ou na vítima ou cadáver com vista a obter o perfil de ADN problema que depois será comparado com os perfis existentes na base (o perfil do arguido, como tal, nunca vai para a base; isso só acontece se vier a ser condenado com transito em julgado em pena de 3 anos ou superior) com o ficheiro de perfis de condenados e voluntários (perfis referência).</p> |
| 7 | <p>Seria totalmente interdito pela Lei 5/2008 que pretende que a respetiva Base de Dados só possa ser interrelacionada com bases idênticas de outros países quando for transposta para a ordem jurídica interna a decisão da União Europeia sobre a cooperação no combate ao terrorismo, o que ainda não aconteceu, apesar do prazo ter terminado em Agosto de 2011.</p> |
| 8 | <p>Uma perícia de ADN pode afetar o direito à integridade física, à reserva da vida privada, ao direito informacional e à identidade genética.</p> |
| 9 | <p>Sinteticamente direi que para mim o direito à não incriminação se refere ao direito ao silêncio do arguido sobre os factos de que é acusado, mas já não abrange as revistas, bem como a colheita de elementos a ele respeitantes, designadamente para exames periciais.</p> |
| 10 | <p>O equilíbrio tem de ser encontrado à luz do disposto, designadamente no art.º 18.º da Constituição, que estabelece as premissas para essa limitação, estabelecendo como pode ter lugar e qual o limite absoluto, bem como invocando o princípio da</p> |

proibição do excesso: princípio da necessidade, da adequação e proporcionalidade.

B.2.6. Entrevistado n.º 6 — Francisco Corte Real

| Questões | Professor Doutor Corte Real |
|----------|---|
| 1 | <p>Em termos da segurança dos dados, quanto mais integração houver, maiores serão os riscos para garantir a salvaguarda dos dados.</p> <p>A única vantagem que teria era em estar ligada a outras bases de dados de perfis, e por isso é que há o tratado de <i>Prüm</i>, para possibilitar a ligação desta base de dados às bases de dados de outros países.</p> <p>O processo poderia ser mais rápido mas deixo no ar a questão. Aquilo que se consegue de forma mais lenta conseguir-se-ia de forma mais rápida? Se estiverem salvaguardados os direitos das pessoas, aliás como se passa em alguns países, não vejo inconvenientes. Porém a nossa legislação não o permite, por causa do receio da má utilização da informação.</p> |
| 2 | <p>Na minha opinião, acho que terá uma importância enormíssima, acho que a nossa lei permite muito mais do que atualmente a base de dados de perfis de ADN está a dar.</p> <p>Temos muito poucas amostras problemas e das que temos de condenados existem muitas mais. Neste fato há aqui um papel muito importante por parte do Ministério Público, que poderia emanar muito mais ordens de inserção dos perfis na BD</p> |
| 3 | <p>Desde que estivesse salvaguardado o sigilo e a segurança dos dados, na minha opinião, os riscos poderiam ser reduzidos aos mesmos que existem atualmente.</p> <p>É óbvio que há pessoas que tutelam essas bases e se essas pessoas prevaricarem não se pode garantir a 100% a segurança dos dados. Para fazer frente a esta desventura, lei prevê (e a meu ver muito bem) a possibilidade de punir essas pessoas. Não haveria um risco acrescido, desde que se mantivessem as cautelas.</p> |
| 4 | <p>A Lei n.º 5/2008 não permite a possibilidade deste tipo de cruzamento de dados. O que permite sim a ligação a outras bases de dados de perfis de ADN.</p> <p>Para haver uma ligação a outras bases, teria de haver uma ligação pelos nomes. Pelo nome íamos ver o perfil, pelo nome íamos ver a impressão digital. Isso nem sequer está feito de momento. De referir que talvez se esteja a pecar por excesso, por cautela.</p> |

| | |
|----|---|
| 5 | <p>Na minha opinião sim, mas não sou jurista. Entendo que pode e deve ser colhido à força, desde que haja, uma ordem do juiz e/ou o mandado judicial para o efeito.</p> <p>Agora eu acho que devemos utilizar a força caso seja necessário, como é possível em alguns países. Até agora nunca tivemos de recolher usando a força, mas já tivemos algumas recusas.</p> <p>Não se trata de se achar bem ou achar mal, trata-se de uma ordem de um juiz, que tem de ser cumprida portanto ou deixa colher ou se colhe à força, e normalmente depois as pessoas já deixam.</p> |
| 6 | <p>O Instituto faz é cumprir as ordens dos tribunais. Nós não pomos em questão qual é a situação do indivíduo, se ele está ou não constituído arguido mas já tem havido situações em que o indivíduo não é arguido e que tribunais mandam fazer a colheita para determinação do perfil de ADN, isto não para ser inserido na base de dados de perfis de ADN, mas apenas para uma comparação direta com a amostra problema, num caso concreto.</p> |
| 7 | <p>Como cidadão, caso existisse uma base integrada de dados, eu não teria nada a opor em pertencer a esta base, se fosse de carácter geral. Aliás a minha impressão digital deve estar numa base de dados, na direção geral dos registos e notariado e eu não tenho qualquer problema quanto a isso. Se fosse para todos os cidadãos não veria os meus direitos reduzidos.</p> |
| 8 | <p>Na minha opinião, os direitos das pessoas não são afetados. Desde que sejam seguidas algumas regras, para sua salvaguarda.</p> <p>A lei da base de dados veio dizer que “as amostras biológicas utilizadas para determinar o perfil de ADN, nos casos de indivíduos identificados, as amostras são imediatamente destruídas.”. Num caso hipotético de assalto por exemplo, a amostra já não está lá, a não ser que esteja ainda para ser analisada (processamento), e caso algum técnico infringir as normas, existe responsabilidade disciplinar e criminal. É impossível garantir a total segurança, uma vez que uma amostra pode ser transportada muito facilmente devido às dimensões.</p> |
| 9 | <p>Sendo uma questão jurídica, dou a minha opinião como cidadão.</p> <p>Qual é o mal, mesmo que não tenha sido o autor do crime, em se fazer o perfil? Qual é o grande mal que vem ao mundo se nós soubermos o perfil? O perfil não codificante? Não tem mal nenhum. É como a impressão digital.</p> <p>Na minha opinião acho que tal como o CPP está poder-se-á recolher à força mais, dever-se-á mesmo. É uma questão de se solicitar a autorização ao juiz de Instrução criminal.</p> |
| 10 | <p>Como cidadão, numa sociedade globalizada e vendo a criminalidade como um</p> |

fenômeno transfronteiriço, se os benefícios justificarem os sacrifícios, eu acho que a segurança deve ser privilegiada.

Em prol da segurança do Estado, penso que com certos limites, alguns direitos dos cidadãos têm de ser diminuídos. Pergunto-me frequentemente se os criminosos não terão demasiados direitos.

B.2.7. Entrevistado n.º 7 — Albano Pereira

| Questões | Coronel GNR Albano Pereira |
|----------|--|
| 1 | <p>Quando se fala em base de dados é sempre necessário delimitar o que se está a tratar, pois tudo pode ser objeto redutível à BD. Quando falamos de BD, não se trata de uma única BD, já que, no mundo relacionado com as necessidades da IC, não é fácil conceber apenas uma BD pois há diversos grupos de crimes e diversos (e diferentes) organismos estaduais com competências para os investigar.</p> <p>Assim existir apenas uma base integrada de dados (BID) – o que me parece impossível e até desaconselhável – é muito diferente de haver várias BD alojadas em sistemas interconetáveis, com alimentação e acessos diretos decorrentes de uma política de cooperação entre os atores de IC, que terá de ser definida por lei (em sentido formal e material), e devidamente implementada, uma vez que se trata de uma área em direta e permanente colisão com os direitos, liberdades e garantias (DLG).</p> <p>As vantagens podem sintetizar-se, genericamente, ao nível da eficiência. A partilha de informação através do acesso direto à BD é um pressuposto de eficiência nas atividades de prevenção e de IC. Todavia não gosto de utilizar a palavra eficiência quando estão em causa DLG uma vez que a atuação subordinada ao princípio da eficácia tende a desvalorizar a observância de condicionantes legais, o que não se pode aceitar.</p> <p>As desvantagens da existência de uma única BID estão, desde logo, relacionadas com os riscos associados a um poder desmesurável por parte de um só organismo.</p> <p>Em síntese as vantagens são uma inequívoca capacidade para aumentar a eficiência, as desvantagens são os riscos que advêm do fato de um poder desmesurável poder vir a ser utilizado para fins ilícitos.</p> |
| 2 | <p>Desde logo vimos que não deve haver uma BD única, mas várias BD. Se houver apenas uma BID, esta tem que ser gerida por um órgão supra policial o que acarreta</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>e faz surgir outros tipos de problemas.</p> <p>Teremos de ter sempre presente, numa lógica de eficiência, o respeitando pelas condicionantes legais, quer da recolha dados, quer do tratamento, quer do tempo de conservação dos dados, quer o fim para que foram e são recolhidos. A partilha de informação através de acessos diretos a sistemas integrados é considerada por algumas pessoas, e nomeadamente por mim, como o instrumento de cooperação mais qualificado. Para que, de fato exista cooperação e esta contribua, de forma significativa, para a tal eficiência da IC (e nas matérias em que isso é possível, para a eficácia) a existência de uma BD, ou melhor, a existência de bases eletrónicas, com dados e informações que permitam o acesso direto de quem deles precisa é importantíssimo para a qualificação da atividade e para o sucesso.</p> |
| 3 | <p>Está relacionado com o problema de ser um poder desmesurado e com os riscos associados ao exercício desse poder. Além dos riscos, há o problema das dificuldades da própria conceção de um tal sistema e de quem seria a responsabilidade da sua gestão. Por princípio, deveria ser uma entidade supra policial o que, como sabemos, também acarreta problemas vários.</p> <p>Deste modo, quem não estiver a tratar de um processo para o qual é competente e quem não tiver necessidade de uma determinada informação, não pode ter acesso ou não deve aceder ao sistema. Há, assim, uma necessidade em existir uma disciplina de acesso ao sistema que discipline também os elementos a que ele aceder, elementos estes que estão, naturalmente, vinculados aos princípios da competência, da necessidade e da responsabilidade, aspetos que devem ser fiscalizados de forma sistemática e rigorosa tendo por base que o sistema regista todos os movimentos que nele forem efetuados pelos seus “autores”.</p> <p>É pelo referido, é que o modelo de haver mais do que uma BD e de corresponsabilização entre os OPC, acaba por diminuir a suscetibilidade da informação criminal, acabando por ser cada vez mais uma área “contaminada” pela política.</p> <p>Os riscos inerentes à existência de uma BID podem situar-se na fase da recolha de dados, pois a mesma pode ser ilegal e ilícita. Contudo, o mais comum é resultar do acesso às bases por parte de pessoas que não têm nem competência nem necessidade ou, pelo menos, não têm esta última. Poderem ser utilizados para fins ilícitos.</p> <p>Estes riscos justificam e impõem um rigoroso, apertado e sistemático quadro de responsabilização. Existem algumas normas, mas trata-se de uma área muito difícil, onde há uma enormidade de coisas a fazer, tanto mais que os mecanismos de</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>fiscalização efetiva (decorrentes da lei, da tecnologia e das práticas bem como, das fragilidades humanas dos próprios operadores que têm acesso à informação e aos dados) são manifestamente insuficientes.</p> |
| 4 | <p>A pergunta leva-nos à LISIOPC, associada a um outro conceito, que é a plataforma que permite o intercâmbio de informação criminal entre tais sistemas, vulgarmente designada através da sigla PIIC. Temos de ter sempre presente que é necessário evitar a concentração deste poder e que, para além das questões legais, interessam também as questões práticas que lhe estão associadas. Este regime demasiado restritivo decorre da mentalidade que nós, portugueses, evidenciamos nas últimas décadas, a qual tem eventualmente a ver com o período anterior da nossa história recente, associada ao “Estado Novo”.</p> <p>No atual sistema implementado, a informação disponível é, de facto, muita mas, aquela que está mais apegada às investigações que estão a decorrer, só é acedida através de pedido, o qual, como qualquer outro pedido, pode não ser satisfeito intempestivamente. Estabelecer o acesso apenas decorrente de pedido em tão elevada quantidade de situações é estabelecer uma exagerada burocracia, é tornar burocrático o que o sistema integrado visou agilizar, pois foi criado para desburocratizar os processos.</p> <p>Mas, se fosse mais flexível, como é que se controlava? Através de um adequado recrutamento e seleção, de formação específica de analistas e de implementação de mecanismos que apenas permitam a estes (e aos elementos de nível superior, que a lei estabelece) aceder ao sistema, e a mais ninguém. Depois, implementar sistemas que permitam identificar, a todo o tempo, todo o histórico do percurso que foi realizado por quem acedeu a uma determinada informação, seja ele quem for. Outra coisa importante seria haver normas, em lei, que estabeleçam sanções para os incumprimentos.</p> <p>A atual lei não contemplou aspetos de especial importância, como os seguintes: a arquitetura dos sistemas de informação dos diversos OPC, que devem ser semelhantes ou suficientemente semelhantes para serem conectáveis; permitir o emprego de regimes de acesso, de partilha, de segurança e de responsabilização semelhantes; os dados e as informações têm de ter uma classificação de segurança; tem de haver grelhas com os paralelismos e as correspondências entre os OPC, nas matérias em que se verificam diferenças.</p> |
| 5 | <p>A minha tendência é dizer que não, dado que estamos no âmbito do direito à não autoincriminação ou do chamado princípio do <i>nemo tenetur</i>.</p> <p>Ora, quando se entender que é necessário efetuar uma recolha de ADN numa</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>situação em concreto, impõe-se que se efetue uma prévia ponderação dos bens jurídicos em presença, em termos constitucionais.</p> <p>Mas uma coisa é certa, todos nós sabemos que uma perícia de ADN para fins criminais pode conter elementos que vão para além da simples identificação biológica. O que faz com que o acesso e a gestão destes dados seja uma matéria muito crítica, dado que se os dados pessoais forem indevidamente utilizados pode resultar em prejuízos graves para as pessoas a que os mesmos se referem. As pessoas podem mostrar disponibilidade, expressando o seu consentimento, ou podem, única e simplesmente, recusar-se.</p> <p>É importante salientar que, relativamente a estas questões, não basta dizer isto, é necessário ter também presente o princípio da legalidade e, em especial, o princípio da proporcionalidade que são os mais importantes quando falamos dos associados à não autoincriminação. Ora, em que aspetos? Desde logo a legalidade, no âmbito das provas e de todas as cautelas relacionadas com as mesmas, e a proporcionalidade, na questão de optarmos, ou não, pelo emprego de medida tão intrusiva para a pessoa ou pessoas visadas.</p> <p>O princípio da proporcionalidade terá ainda que ter tido em conta nas dimensões dos subprincípios da necessidade e da proporcionalidade em sentido restrito, dado que é inquestionável que a perícia de ADN é, a par das perícias de impressões digitais, aquelas que são mais adequadas a identificar pessoas, pelo que nem se coloca o problema da ponderação do subprincípio da adequação.</p> <p>A recusa de colaboração para o ato da recolha de ADN é um direito do arguido, que pode ser ultrapassado por outros métodos, incluindo o uso da força física, numa situação limite, não constituindo, porém, crime de desobediência.</p> |
| 6 | <p>A resposta é tendencialmente não, mas não quer dizer que, em certas circunstâncias, não possa ser efetuada. Ou seja, ao nível da recolha coerciva a resposta é não, pois não é possível que algum juiz de instrução criminal emita qualquer mandado, porque não tem qualquer sustentação para o fazer se o visado não tiver a qualidade de arguido ou de suspeito.</p> <p>Em síntese, se não houver um arguido/suspeito, não é possível realizar-se uma perícia de ADN efetuada numa amostra decorrente de recolha coerciva. Isto só poderá ser possível se a recolha tiver sido efetuada sob consentimento ou se a perícia incidir em vestígio biológico recolhido na cena de crime para comparar com os perfis existente nas bases de dados ADN.</p> |
| 7 | <p>As BD, quer sejam integradas ou não integradas, são susceptíveis de colidir, sempre, e em muito, com os direitos das pessoas, mas também são idóneas a ajudar</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>a prosseguir os direitos das mesmas.</p> <p>Se for em bases integradas a suscetibilidade e a gravidade dos riscos ocorrerem, tendem a ser muito mais elevadas.</p> <p>Temos de ter em consideração o enorme edifício jurídico relacionado com os direitos fundamentais. Para além do tempo permitido para conservar os dados nos sistemas de informação, há que considerar se estão a ser utilizados para fins legais e lícitos, dado que, se forem para fins de IC e cumprirem as regras da IC, a colisão é legalmente acolhida, se extravasarem estes fins a colisão não é legalmente aceite, sendo ilegal e ilícita.</p> |
| 8 | <p>Se a recolha tiver sido coerciva, e essa coercividade não estiver dentro das situações previstas, a colisão é uma violação grosseira e a prova não pode ser valorada, isto é, não deve ter validade processual.</p> <p>O próprio princípio <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>, relacionado com o direito ao silêncio, refere que, optar pelo silêncio para não se autoincriminar tem a mesma função da recusa de colaborar em ações que visam aceder a dados pessoais. Mas agora, em processo-crime, a suscetibilidade de se ferir este direito é muito superior à valoração indevida do silêncio e os direitos podem ser afetados decorrente do facto da perícia de ADN permitir obter dados em que a rutura do sigilo e o uso para fins ilícitos podem resultar em coações, extorsões e, até, condutas associadas a outros crimes de elevada gravidade, a serem cometidos contra as pessoas a que respeitam os dados, por conterem aspetos pessoais com relevância criminal, mas também por poderem conter outros de âmbito da saúde ou de cariz eminentemente social, por exemplo.</p> |
| 9 | <p>Interessa ter presente: o direito à não autoincriminação e o princípio do <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i> existem no direito português, no direito constitucional, embora não existam de forma expressa num artigo em concreto. Outra dimensão relacionada com as perícias de ADN, é que os exames de cariz intrusivo estão sempre em colisão com os direitos, liberdades e garantias, fazendo parte das suas próprias características.</p> <p>Como sabemos, todo o edifício penal e processual penal é construído de acordo com a Constituição, respeitando, naturalmente, a hierarquia das leis e a preservação dos bens jurídicos pela ordem que a própria lei estabelece. É muito importante considerar que se trata de uma área em que é necessário efetuar reiteradas e sistemáticas ponderações entre os bens jurídicos em confronto e de atender, em especial, aos princípios da legalidade e da proporcionalidade. Mas, o mais importante é termos sempre presente que há um conjunto de circunstâncias, as</p> |

quais vão permitir identificar um conjunto enorme de situações, em que não se deve chegar a fazer qualquer ponderação, e quais são elas? As que uma primeira (e superficial) análise permite concluir é que se pretende fazer colidir determinadas questões, de modo grosseiro e por isso, ilegal e eventualmente ilícito, com o direito à não autoincriminação ou com outros direitos fundamentais.

A recolha de amostra de elemento biológico humano, para fins de comparação, é tradicionalmente efetuada por método intrusivo, numa situação em que as pessoas têm direito a recusar-se a colaborar. Mais que através da perícia de ADN é possível aceder a informação que pode ir para além das necessidades da IC. A recusa de colaboração só pode ser ultrapassada com a observância dos princípios da legalidade e da proporcionalidade.

Para terminar, considero que as perícias de ADN, tendo presente os aspetos relacionados com a recolha de amostra para fins de comparação e as características dos dados pessoais cientificamente obtidos, são o exemplo mais consistente de exame que tende a colidir com o direito à não incriminação e com o princípio do *nemo tenetur se ipsum accusare*.

Uma coisa é certa, só pode ser no âmbito e de acordo com a Constituição da República Portuguesa portanto, os direitos liberdades e garantias podem ser comprimidos, tendo como finalidade melhorar ou manter um bem comum, como é o caso da segurança, mas apenas nas circunstâncias e nos termos do art.º 18º da Constituição.

Depois, as restrições têm de se limitar ao necessário, para salvaguardar outros direitos, ou interesses constitucionalmente protegidos. O necessário está no âmbito do princípio da proporcionalidade mas ter-se-á que atender também ao princípio da legalidade, tanto ao nível da produção legislativa como na aplicação das leis restritivas.

Numa visão mais sociológica, podemos referir que os assuntos relacionados com a segurança são tradicionalmente muito complexos, sendo que nos Estados democráticos não basta que seja garantida a segurança, é necessário conciliar os valores da liberdade e da segurança, isto é, os Estados têm o dever de desenvolver atividades no sentido de garantirem “a segurança dos cidadãos em liberdade”. É esta dimensão, este dever de aproximar a segurança da justiça que torna a segurança interna (mas, também, a segurança externa) uma área de especial complexidade.

O art.º 27.º da CRP associa liberdade e segurança, isto é, o direito à liberdade e o direito à segurança. O nosso discurso, de guardas, de polícias e da maioria das

pessoas, tende a priorizar que **não há verdadeira liberdade sem segurança**. Neste sentido, a segurança seria a primeira das liberdades. Mas, na esteira do professor Guedes Valente, que frequentemente abordava estas matérias na Universidade, considero que é bem mais nobre pensar e defender que **a liberdade é a primeira das seguranças**. Pode parecer mais complexo e aparentar ser uma interpretação com menorização da segurança, mas não é. Primeiro, porque decorre da precedência na epígrafe do artigo da Constituição e, principalmente, por que as atividades que visam a segurança só podem ser realizadas com o respeito pelo regime das liberdades, constitucionalmente consagrado. Daí, e sem deixar de dar especial importância ao direito à segurança, a minha preferência pela expressão: **a liberdade é a primeira das seguranças**.

B.2.8. Entrevistado n.º 8 — Carlos Farinha

| Questões | Diretor LPCPJ Carlos Farinha |
|----------|---|
| 1 | As vantagens estão ligadas à eficácia, as desvantagens aos riscos. Estes últimos poderão ser esbatíveis se existirem mecanismos de filtragem, de controlo, e de rastreabilidade ou seja, os riscos existem sempre, não podemos ignorá-los, mas são susceptíveis de serem reduzidos ao mínimo. Quanto às vantagens, destaca-se o fato de haver um maior acesso à informação, de forma mais célere e de forma a potenciar o apoio à investigação criminal (IC). |
| 2 | O aproveitamento desta informação traduz-se num aumento da eficácia da IC mas para que tal aconteça, é necessário que esse aproveitamento seja feito com regras, as tais regras da necessidade e da legitimidade. Para além disto, esse aproveitamento traria, consequentemente, mais celeridade. |
| 3 | Os riscos advêm da possibilidade de existência do erro que, sendo algo que sucede da própria condição humana, resulta do fato de todos os sistemas serem interpretados por pessoas isto é, todos estes sistemas tem uma aplicação ou direta ou se não direta, pelo menos filtrada por homens. Ora partindo deste pressuposto, que o risco não está no modelo, ele está ou poderá estar nas pessoas já que este último pode ser desvirtuado por estas e sabendo disto, têm de se criar rigorosos mecanismos e regras adicionais, para assim se reduzir essa possibilidade. Tudo tem que ser controlado desde o rastreamento que se faz a um sistema, à justificação prévia, posterior, ou a todo o tempo desse mesmo sistema e às perguntas que se fazem ao mesmo. Tudo isto numa perspetiva global, para evitar |

| | |
|---|---|
| | que um investigador, seja qual for a sua origem institucional, se sinta dono de qualquer coisa. Ele é apenas um utilizador legítimo daquela informação, informação esta que existe para ele como meio para servir a sociedade. |
| 4 | Legalmente não se vê nenhum obstáculo. Julgo que tenham sido dados os passos legais para a admissibilidade da plataforma de intercâmbio de informação criminal e para existir cada vez mais cruzamento de dados de uma forma integrada. |
| 5 | <p>Em termos legais, não vejo que haja grandes obstáculos, poderá haver aqui é alguns desequilíbrios como são exemplo os pareceres e as avaliações da comissão nacional de proteção de dados (CNPd), que têm uma função preventiva e uma função de controlo de avaliação.</p> <p>Ter-se-á que avaliar se determinado tipo de medidas em concreto vão gerar compressões de liberdade face ao que é legítimo, face ao objetivo que se visa atingir. Quando queremos saber determinado tipo de informação, porque dela necessitamos, temos de avaliar até que ponto estamos a comprimir a liberdade de alguém, porque se a comprimir de tal forma que o fim não justifica os meios, estamos num caminho da ilicitude.</p> <p>Um exemplo muito concreto no caso da base de dados de perfis de ADN é a recolha de um perfil, através de uma zaragatoa. Esta situação é inequivocamente, por mais pequeníssima que seja, uma violação da integridade física de alguém. Daqui colocam-se questões como: “Mas eu devo autorizar até às últimas consequências? E se eu nunca autorizar? Nunca vão poder fazer a zaragatoa? E isso será legítimo? Então se o sistema precisa do meu perfil de ADN, definido através da zaragatoa, será legítimo ter o poder absoluto da recusa?</p> <p>Há momentos em que a minha integridade física tem que ceder perante um valor mais importante é uma questão de equilíbrio de valores.</p> |
| 6 | <p>Sim, desde que legitimamente ordenada, e essa legitimidade advém da ordem do juiz.</p> <p>Se o protocolo de recolha prevê o consentimento do visado, pressupõe naturalmente que ele possa dizer sim ou não. Tendo o direito de dizer não, o que eu acho é que este “não” pode ser ultrapassado através da intervenção de uma autoridade judicial com competência para esse efeito.</p> <p>Se nós estamos a falar da necessidade de uma intervenção judicial, não estamos a considerar ilegítima a recusa. Ele recusa-se no âmbito de dar ou não dar o seu consentimento ou seja, opta por não dar o seu consentimento, isto não é uma desobediência, isto é um não consentimento.</p> <p>A partir do momento em que chega a decisão judicial para a recolha coerciva, esta</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>tem que se realizar, mesmo que se recorra o uso da força, sempre na medida do necessário e de forma proporcional. Uma coisa aqui é certa, haverá sempre a recolha.</p> <p>O facto de ele se recusar após ter havido uma ordem judicial e por conseguinte sejam forçados a usar a força para realizar a recolha, haverá sempre 2 consequências: 1.^a - Tem que se lhe aplicar a força proporcional e necessária para a realização da recolha; 2.^a - Deve-se participar criminalmente. Eventualmente, ele poderá ser julgado por um crime de desobediência.</p> <p>A partir do momento em que há legitimidade para o recurso à força, o consentimento é manifestamente irrelevante.</p> <p>No entanto, manda o bom senso avisar o indivíduo acerca do procedimento dizendo-lhe que temos mandado que nos permite fazer a recolha e, se for o caso disso, podemos fazer uso da força para o conseguir. A experiência diz-nos que, com alguma frequência, surgem recusas à primeira mas nunca surgiu nenhuma recusa à segunda.</p> <p>Digamos que é uma espécie de direito de prestativo legítimo, o detido, a quem é necessário recolher a zaragatoa, também está inserido num meio prisional, é observado pelos seus pares e dizer não é uma forma de afirmação.</p> |
| 7 | <p>Em tese, admito que a lei o poderá permitir desde logo. As comparações dos perfis não têm apenas como objetivo incriminar ao contrário, não raras vezes o objetivo é esclarecer e inocentar. Portanto digamos que existe aqui um interesse mútuo, não é só o da parte acusatória, é um interesse no sentido de clarificar as coisas.</p> <p>De todo o modo parece-me, por uma questão cautelar face ao nosso ordenamento, que o ideal é que haja sempre uma constituição prévia de arguido, anterior à realização da diligência. Porquê? Porque se a diligência é uma diligência visando uma comparação, é porque se calhar estão já presentes os requisitos legais para a constituição de arguido.</p> <p>O problema colocou-se aqui quando em 2007 se mudou o conceito de arguido, é que até 2007 bastaria que houvesse indícios contra alguém para se constituir arguido, mas com a alteração o código, passou-se a exigir-se fortes/fundadas suspeitas. O estatuto de arguido tornou-se algo um pouco mais exigente.</p> |
| 8 | <p>Sim e não, depende do funcionamento, da concretização e do modelo. Os modelos abstratos são sempre difíceis de avaliar, porque permitem tudo. Um modelo abstrato de uma base integrada de dados, de uma plataforma integrada de dados, se não for sujeita a regras de uso, a filtros, colide sempre com os direitos, liberdades e garantias.</p> |

Se for sujeito a regras de uso e de controlo pode não colidir. Portanto se as regras forem aplicadas com o respeito pelos princípios da necessidade, da proporcionalidade e da legitimidade, no recurso à base de dados, não vejo qualquer tipo de problema na sua existência.

Agora, tem é que ser usada legitimamente, tem é que ser suscetível de controlo, tem que ser avaliada e sufragada por quem tem competência, por quem tem o poder de avaliar as bases de dados, que é a CNPD. Tudo tem que estar em conformidade.

Estamos a falar essencialmente do aproveitamento das tecnologias da inovação à nossa realidade, à IC. As novas tecnologias não são só um serviço para o crime, são também um serviço de combate ao crime.

Na minha opinião, a sociedade tem que comprimir certos direitos para ter liberdade e a lei deve ser vista não como limitação, mas como uma garantia. Ela existe para garantir um determinado tipo de coisas.

Acho que não. Onde está a pessoa?

A amostra foi qualquer coisa que a pessoa expeliu. Qualquer coisa que eu faça na amostra não vai prejudicar a pessoa embora existam sempre direitos, além da forma, que temos de ter em atenção ou seja, temos direitos além do corpóreo.

No momento da análise em concreto da amostra, aquando da determinação do perfil de ADN, os direitos dos cidadãos estão salvaguardados porque estamos a falar de um perfil não codificante e portanto não há aí nenhuma informação protegida, a única questão que isso poderia colocar era relativamente ao género uma vez que o técnico, aquando da observação do perfil de ADN não codificante, para além do código, se observar o marcador que corresponde ao género, consegue dizer se se trata de um elemento feminino ou masculino.

9

No momento da análise dos marcadores codificantes, o técnico precisaria de um tipo de equipamento completamente diferente do existente no laboratório, isto em termos técnico-científicos porque em termos metodológicos, é uma coisa perfeitamente rastreável.

No que diz respeito aos nossos equipamentos, estes são sintonizados para determinarem perfis não codificantes, para passar a determinar perfis codificantes teriam de ser reconstruídos todos desde o início. Fazer algo contrário à determinação existente, é algo que é perfeitamente rastreável. E é um rastreio não apagável, porquê? Porque os equipamentos têm memória, têm registos. Para além disto, nem se quer é algo susceptível de ser feito por apenas uma única pessoa, porque normalmente a alteração do equipamento obriga a várias fases, a várias chaves e a várias intervenções enfim, obrigam a um conjunto de vontades. O fato

| | |
|----|---|
| | <p>de serem necessárias varias vontades, no meu entender, é o que torna o controle efetivo.</p> <p>Dizer-se que uma pessoa se auto incrimina por se sujeitar a uma comparação não me parece que seja de todo exato, porque o resultado da comparação é que pode se incriminatório e não o ato de se sujeitar à comparação, ou seja, eu não acho que alguém quando autoriza uma zaragatoa esteja a confessar um crime, acho que não se está a autoincriminar, está apenas a cumprir uma ordem legítima. É uma opinião completamente discutível.</p> <p>O direito ao silêncio não é um direito absoluto, o arguido tem direito ao silêncio mas tem o dever de dizer a sua identidade. O direito ao silêncio também é relativo, e por ser relativo também tem uma densidade, que obedece a um equilíbrio. É uma densidade que se tem de equilibrar com o direito que o sistema tem em requerer a sua compressão para obter a identidade do indivíduo.</p> |
| 10 | <p>Na medida do admissível. Sempre e só na medida do admissível.</p> <p>Na minha opinião, a segurança não é um fim em si mesma, a segurança é um meio para atenuar os sentimentos de insegurança da sociedade. Julgo que a segurança, a liberdade e a justiça, fazem parte de um triângulo de um Estado de Direito, em que os seus lados terão de ser iguais. Nenhum dos lados deve anular os outros lados.</p> <p>Não devemos de estar só preocupados com a justiça, não podemos só estar preocupados com a segurança, não podemos só estar preocupados com a liberdade. Temos de estar preocupados com as três coisas. As três de forma equilibrada.</p> <p>Quando alguém está preso, a liberdade dessa pessoa está comprimida, mas está comprimida por uma razão legítima. Quando alguém é sujeito a uma zaragatoa bocal ou quando alguém presta contas à justiça ou ao sistema, estamos de qualquer das formas, a infligir contra a sua vontade, mas trata-se de algo que é legítimo pois visa um fim que justifica o meio utilizado.</p> |

Anexo A

Dados Inseridos na Base de dados de perfis de ADN

| Art. 15.º da Lei 5/2008 | Categoria 'CODIS' | Sufixo | TOTAIS |
|--|---|--------|--------|
| a) Voluntários | Volunteer | RV | 4 |
| b1) Amostras Problema - Id. Civil | Unidentified Person | RO | 1 |
| b2) Amostras Problema (misturas) - Id. Civil | Civil Mixture | RO | 0 |
| c1) Am. Ref. - Pessoas Desaparecidas - Id. Civil | Missing Person | PI | 1 |
| c2) Am. Ref. - Familiares Pes. Des. - Id. Civil | Biological Child, Father, Mother and Sibling, Maternal and Paternal Relatives | RF | 7 |
| d1) Amostras Problema - Inv. Criminal | Forensic, Unknown | PC | 408 |
| d2) Amostras Problema (misturas) - Inv. Criminal | Forensic Mixture | PC | 1 |
| e) Condenados | Convicted Offender | RC | 1134 |
| f) Profissionais | Staff | RP | 51 |
| Totais por Lab. (1607) | | | 1607 |

Tabela Fornecida pelo Professor Corte Real

Anexo B

Dados inseridos nas bases de dados de alguns países Europeus

| Country | Pop. Total (million) | Database Persons (thousand) | Database Stains (thousand) | Database Population % | Persons % | Stains % | Total Hits (thousand) | Person Hits (thousand) | Per Hits % | Including suspects |
|---------------|-------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|--------------|-------------|--------------------------|---------------------------|---------------|-----------------------|
| Austria | 8,1 | 145,5 | 44,8 | 1,8 | 76 | 24 | 19,9 | 13,9 | 70 | Y |
| Belgium | 10,4 | 21,8 | 24,6 | 0,21 | 47 | 53 | 4,5 | 1,7 | 38 | N |
| Denmark | 5,5 | 73,9 | 40,2 | 1,34 | 65 | 35 | 19,6 | | | Y |
| Finland | 5,4 | 111,9 | 12,4 | 2,07 | 90 | 10 | 15,6 | 14,0 | 90 | Y |
| France | 59,3 | 1698,1 | 103,7 | 2,86 | 94 | 6 | 52,4 | 45,7 | 87 | (Y) |
| Germany | 82,4 | 746,9 | 201,9 | 0,91 | 79 | 21 | 126,9 | 100,0 | 79 | Y |
| Netherlands | 16,1 | 118,9 | 47,1 | 0,74 | 72 | 28 | 32 | 27,1 | 85 | (Y) |
| Sweden | 9,0 | 99,4 | 33,1 | 1,10 | 75 | 25 | 42,3 | 30,0 | 71 | Y |
| Switzerland | 7,8 | 126,6 | 33,1 | 1,62 | 79 | 21 | 36 | 29,0 | 81 | Y |
| England/Wales | 53,7 | 5369,0 | 387,5 | 10,00 | 93 | 7 | 1659 | 1423,0 | 86 | Y |

Retirada: (Peter, S. in CNECV, 2012, p. 18)